



“SOCIALISMO.
EXPERIÊNCIAS.
PROBLEMAS.
PERSPECTIVAS”

V. Dolguine

A Comunidade Socialista



EDIÇÕES
PROGRESSO
MOSCOVO

Livraria Página Ltda.

Rua das Marrecas n.º 36

Tel. 240-8017 - 220-1483

Rio de Janeiro - 20031



**“SOCIALISMO.
EXPERIÊNCIAS.
PROBLEMAS.
PERSPECTIVAS”**

V. Dolguine

A Comunidade Socialista

A igualdade de direitos e a cooperação mutuamente vantajosa é uma lei objectiva dos países da comunidade socialista. O autor examina as questões actuais da cooperação entre os países socialistas e os resultados alcançados neste campo, baseando-se na análise dos factos concretos. Mostra como se opera, no quadro da integração económica socialista, o nivelamento e a aproximação económica dos países socialistas e se revela a comunidade dos seus interesses nacionais e internacionais. Aborda também a unidade de objectivos e acções dos países socialistas na arena internacional.



EDIÇÕES
PROGRESSO
MOSCOVO

Tradução de *G. Mélnikov*

A LAIA DE INTRODUÇÃO

В. Долгин

СОДРУЖЕСТВО

Na portuguêsalском языке



A poderosa comunidade socialista — família de Estados iguais em direitos — influencia cada vez mais o desenvolvimento do mundo.

Os resultados de cada etapa de construção da nova sociedade reflectidos nos documentos dos partidos irmãos dos Estados socialistas, exprimem o desenvolvimento da cooperação multilateral entre a URSS e os outros países socialistas e o fortalecimento das suas posições conjuntas no cenário internacional. O florescimento de cada nação socialista e a consolidação da soberania dos Estados socialistas criam condições propícias a uma maior estreiteza das relações entre eles, ao aparecimento de novos elementos comuns na sua política, economia e vida social e a aproximação progressiva dos seus níveis de desenvolvimento.

A comunidade dos Estados com regime socialista é uma lei objectiva. A aproximação dos Estados socialistas e a sua amizade e cooperação são determinadas pela identidade de relações de produção e de ideologia e pelo facto dos partidos governantes destes países lutarem pelo mesmo grande objectivo — o comunismo. A sua comunidade é também imposta pela evolução dos factores da política externa.

© Издательство политической литературы, 1977

© Tradução para o português com alterações
Edições Progresso, 1984

Д 0802000000—559
014(01)—83 176—84

Com a edificação do socialismo e do comunismo aumenta a necessidade e a importância da coesão dos países socialistas. A sua cooperação, unidade e acções conjuntas são necessárias para a concretização mais rápida e eficaz das tarefas do desenvolvimento da sociedade socialista, para a defesa da paz e a luta contra o perigo de guerra no interesse de toda a humanidade. «O reforço da cooperação e da união destes países, assinala Iú. V. Andrópov, Secretário-General do CC do PCUS e Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, é, diria eu, a primeiríssima orientação da actividade internacional do PCUS e do Estado soviético»¹

O fortalecimento da amizade e cooperação entre os países socialistas é objecto da atenção e preocupação dos partidos comunistas e operários irmãos, o que se reflecte nos seus documentos, na prática diária das amplas relações multilaterais entre os partidos irmãos dos Estados socialistas, na cooperação cada vez mais profunda entre os países socialistas em todos os domínios da edificação da economia e do Estado, na estreita coordenação das acções no sector da política externa e na preocupação colectiva com a defesa das conquistas do socialismo.

Assinala-se que os problemas das relações entre os países socialistas não escapam aos políticos e ideólogos burgueses. Estes fazem os possíveis para, por um lado, minar a unidade dos países socialistas e dividir os povos irmãos e, por outro, embalar a tese de

¹ *Materiais do Plenário do CC do PCUS. 14-15 de Junho de 1983.* Moscovo, Politizdat, 1983, p. 20, ed. em russo.

que hoje já não é necessário fortalecer essa unidade. Os estrategas do imperialismo avançam estas «ideias» para provocar optimismos infundados, reduzir a vigilância dos povos e introduzir a erosão ideológica na comunidade dos países socialistas.

A táctica de minar a unidade internacionalista das massas não tem nada de novo nem de original. V. I. Lénine já nos primeiros anos de existência do Estado soviético advertia: «Tanto a burguesia de todos os países como todos os partidos pequeno-burgueses, os partidos «conciliadores», que admitem alianças com a burguesia contra os operários, se esforçaram antes de mais para dividir os operários das diferentes nacionalidades, atizar a desconfiança, destruir a estreita união internacional e a fraternidade internacional dos operários. Quando a burguesia o consegue, a causa dos operários está perdida»¹.

O sistema socialista mundial compreende Estados que se encontram em diferentes estádios da construção socialista e comunista. Entre eles há diferenças tanto no nível de desenvolvimento das forças produtivas como nas condições políticas, o que tem incidências nos ritmos das transformações sociais e imprime certas especificidades à acção das leis gerais da edificação socialista e às formas e métodos da sua aplicação. Também na composição social da população de alguns países existem diferenças: há países socialistas com camadas pequeno-burguesas ou com

¹ V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Edições «Avante!» (Lisboa) — Edições «Progresso» (Moscovo), 1980, t. 3, p. 249.

remanescentes das antigas classes exploradoras, o que proporciona um terreno favorável a estados de espírito nacionalistas. Simultaneamente aparecem factores subjectivos, inclusive erros e desvios.

Tudo isto cria certos problemas e dificuldades nas relações entre os países socialistas e na formação das suas relações com os outros países.

Aos esforços dos círculos imperialistas e às acções dos oportunistas com vistas à decomposição da comunidade socialista, os partidos comunistas e operários irmãos, que se guiam consequentemente pelos princípios do marxismo-leninismo, opõem a sua linha de consolidação da unidade dos Estados socialistas, ampliação da cooperação e aprofundamento das relações em todos os domínios.

«A história do socialismo mundial confirma, diz Iú. V. Andrópov, que o regime socialista cria todas as possibilidades para um progresso seguro da sociedade e para relações harmónicas entre os países»¹.

¹ *Materiais do Plenário do CC do PCUS. 14-15 de Junho de 1983*, p. 21.

A APROXIMAÇÃO DOS PAÍSES SOCIALISTAS É UMA LEI OBJECTIVA

*O reforço da coesão dos povos
que iniciaram a construção
do regime socialista
através do prisma
da experiência histórica*

A unidade dos Estados com regime socialista mergulha as suas raízes nas origens do movimento operário.

A luta da classe operária contra a exploração e pela libertação dos povos do jugo capitalista só se podia coroar de êxito desde que o proletariado mundial estivesse unido e solidário. Esta ideia encontrou a sua expressão máxima na palavra de ordem «Proletários de todos os países, uni-vos!». «A experiência das épocas passadas provou — escreveu K. Marx — que desprezar a aliança fraternal que deve existir entre os operários de diferentes países e estimular estes a se defenderem uns aos outros, conduz ao fracasso geral dos seus esforços separados»¹. V. I. Lénine também frisou que «o capital é uma força internacional. Para o vencer, é necessária a união internacional dos operários, a sua fraternidade internacional.

Nós somos inimigos da hostilidade nacional, da discórdia nacional, do isolamento nacional. Somos internacionalistas»².

¹ K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 41, pp. 3 e 4, 2ª ed. em russo.

² V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. 3, p. 246.

A unidade do movimento operário e a coesão da classe operária na luta pelo poder mantêm-se durante a luta pela consolidação do poder da classe operária e, depois, durante a edificação socialista e o desenvolvimento do novo sistema social.

Aqui convém abordar a experiência histórica do Estado soviético.

Quando V. I. Lénine se referiu à enorme importância histórica da Grande Revolução Socialista de Outubro, tinha em mente a sua influência revolucionária no desenvolvimento de todos os países, tanto os capitalistas como aqueles que se encontram em diferentes etapas de progresso histórico. No sentido restrito cumpre interpretar esta sua ideia como o imperativo histórico da repetição de algumas características da Revolução de Outubro à escala internacional¹. Partindo disto, é justo e lógico que ao analisar questões da formação e evolução dos países da comunidade socialista se recorde a experiência do Estado soviético. Que se tenham presentes as condições históricas da formação de cada Estado socialista, a conjuntura internacional, os factores da política interna, etc. E as particularidades da formação do regime socialista nos quadros de um Estado multinacional com os laços económicos e de outra índole estabelecidos entre os povos que o formam, as relações tradicionais entre diversas camadas da população, a interpenetração das diferentes culturas nacionais, cos-

tumes, conceitos, etc. A Rússia era um Estado multinacional destes.

As relações entre as repúblicas soviéticas que se fundaram no território da Rússia constituem o primeiro exemplo das relações internacionais de novo tipo. Elas formaram-se segundo os importantes postulados de V. I. Lénine. Nas obras leninistas foram teoricamente elaborados os princípios da política internacional do Partido Comunista que contribuíram para a aproximação dos povos então libertados e para a instauração de relações de novo tipo entre as repúblicas soviéticas soberanas, relações de amizade, fraternidade e confiança mútua. Neste contexto não se revestiu de menor importância o reconhecimento do direito de cada nação à soberania, igualdade e autodeterminação, assim como a ajuda mútua, multilateral e desinteressada.

As repúblicas independentes que se formaram no território do antigo império russo em resultado da Revolução de Outubro sentiam uma necessidade premente de unidade. Na conjuntura internacional de então e perante o cerco capitalista, nenhuma república soviética em separado podia evitar a ruína económica e a derrota militar face aos Estados imperialistas. Isoladas, as repúblicas soviéticas teriam uma existência fugaz e instável. Os interesses comuns de defesa, as tarefas da reconstrução das forças produtivas destruídas pela guerra e a necessidade que muitas repúblicas sentiam de ser ajudadas em produtos alimentares fizeram com que a coesão fosse o seu único caminho de salvação do jugo imperialista.

No apelo dos Sovietes de deputados operários e

¹ Ver: V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. 3, pp. 279 e 280.

soldados de várias cidades da Letónia (Riga, Libava, Valka) de 29 de Dezembro de 1918 pode-se ler: «... a luta, iniciada pela classe operária da Letónia e dirigida pelo Governo soviético, pela libertação da Letónia dos opressores nacionais e estrangeiros enfrenta enormes dificuldades e só pode ser levada a cabo com a ajuda activa do proletariado vizinho e internacional... Olhamos para a Rússia soviética com quem já formámos um todo único na longa luta pelo socialismo e dela esperamos em primeiro lugar, apoio material e moral na nossa luta»¹. Este apelo autorizou o Governo soviético letão a solicitar um lugar para a Letónia na família dos Estados socialistas, lugar esse que havia de ser conquistado com o auxílio do proletariado russo.

Ideias congêneres transparecem na declaração do Governo provisório de operários e camponeses da Ucrânia sobre as tarefas do Poder Soviético na Ucrânia de 28 de Janeiro de 1919. Nela dizia-se: «... as relações estreitas, fraternas e contínuas com os poderes soviéticos instaurados em outros países, com o proletariado insurrecto nos países onde este ainda não conquistou o poder e com os partidos comunistas em todo o mundo constituem uma condição do triunfo e da consolidação do Poder soviético na Ucrânia. Em primeiro lugar, declaramos solenemente a nossa solidariedade com a República Soviética Federativa Russa, o berço da revolução mundial que dá apoio moral e material à insurreição prole-

¹ *Formação da URSS. Colectânea de Documentos, 1917-1924*, Moscovo—Leninegrado, 1949, p. 105, ed. em russo.

tária mundial... Os inimigos da Rússia soviética são também inimigos da Ucrânia soviética. Temos as mesmas tarefas políticas, económicas e militares»¹.

Após a vitória da Revolução de Outubro, a burguesia e os latifundiários derrubados tentam desesperadamente recuperar o poder e asfixiar o novo Estado dos trabalhadores ainda na fase embrional. Os generais czaristas organizam marchas contra Petrogrado, o berço da revolução. Nas regiões mais afastadas formam-se exércitos contra-revolucionários reforçados pelas tropas intervencionistas de 14 países capitalistas. A Guerra Civil exigiu a mobilização de todas as forças militares das repúblicas soviéticas para combater a contra-revolução e defender as conquistas revolucionárias. O Conselho de Defesa da Lituânia e Bielo-Rússia enviou um telegrama ao Comité Executivo Central (CEC) da Rússia e ao CC do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia, propondo a todas as repúblicas soviéticas que «estabelessem uma aliança militar estreita com o comando militar único e dividissem as forças armadas unificadas de acordo com as tarefas operacionais e não segundo o princípio nacional ou estatal»².

A 1 de Junho de 1919, o CEC da Rússia levando em consideração a resolução do Comité Executivo Central da Ucrânia supramencionada e as propostas dos Governos soviéticos da Letónia, Lituânia e Bielo-Rússia, adoptou uma disposição sobre a união mili-

¹ *Formação da URSS. Colectânea de Documentos, 1917-1924*, pp. 80-81.

² *Formação da URSS. Colectânea de Documentos, 1917-1924*, p. 125.

tar das repúblicas soviéticas de Rússia, Ucrânia, Letónia, Lituânia e Bielo-Rússia em que apontava como «indispensável a unidade mais estreita nos seguintes domínios: (1) organização militar e comando militar, (2) Conselhos da economia nacional, (3) coordenação dos caminhos-de-ferro, (4) finanças, (5) organização de trabalho nas repúblicas socialistas soviéticas da Rússia, Ucrânia, Letónia, Lituânia, Bielo-Rússia e Crimeia, para concentrar a gestão dos referidos sectores nas mãos de colégios únicos»¹.

Outras repúblicas soviéticas precisavam naquele período difícil de ajuda militar. Por exemplo, no radiograma que o Comité militar revolucionário provisório da República Soviética Independente do Azerbaijão mandou a V. I. Lénine em 29 de Abril de 1920, assinalava-se: «Dada a impossibilidade de repelir com as suas próprias forças os bandos unidos da contra-revolução interna e externa, o Comité militar revolucionário propõe ao Governo da República Soviética Russa a formação de uma aliança fraternal para combater o imperialismo mundial. Como forma de ajuda real pedimos o envio imediato de destacamentos do Exército Vermelho»². Na altura, a uma ordem do Governo soviético foram enviados destacamentos do XI Exército Vermelho para ajudar os trabalhadores do Azerbaijão.

O imperativo da unidade e ajuda mútua foi igualmente consagrado em acordos então concluídos

¹ *Decretos do Poder Soviético*, Moscovo 1971, t. V, p. 260, ed. em russo.

² *Formação da URSS. Colectânea de Documentos, 1917-1924*, M., 1972, p. 126, ed. em russo.

entre várias repúblicas. É digno de citação o Acordo das Uniões entre a RSFSR e a República Popular Soviética de Khorezm, datado de 13 de Setembro de 1920 cujo artigo 16 especificava: «... partindo do postulado que preconiza a necessidade da firme união fraternal de todas as Repúblicas soviéticas, ambas as partes se comprometem a ajudar-se mutuamente com todos os recursos disponíveis das Repúblicas, inclusive militares, para defender a independência e a liberdade de ambas as Repúblicas soviéticas dos atentados de todos os inimigos»¹.

Paralelamente à unidade política e militar, as repúblicas soviéticas organizavam cada vez mais acções conjuntas no domínio das relações externas e na solução dos problemas práticos das relações internacionais. Por exemplo, em Junho de 1921 «tendo em vista a organização planificada das trocas nos mercados externos e o aproveitamento dos fundos de exportação, as repúblicas socialistas soviéticas da Geórgia, Arménia e Azerbaijão constituem um organismo unificado de comércio externo...»². Mesmo alguns acordos com outros países foram subscritos por representantes de várias repúblicas soviéticas. A comunidade de tarefas políticas e interesses internacionais exigiu a aliança diplomática das várias repúblicas soviéticas. Depois da Guerra Civil e da intervenção militar estrangeira, no momento em que os Esta-

¹ Ver: *Documentos da Política Externa da URSS*, (1 de Julho de 1920 — 18 de Março de 1921), Moscovo, 1959, t. 3, p. 183, ed. em russo.

² *Formação da URSS. Colectânea de Documentos, 1917-1924*, pp. 271-272.

dos imperialistas passaram a pressionar política e economicamente as repúblicas soviéticas, a união política e militar foi complementada com a união diplomática das repúblicas soviéticas.

Em Fevereiro de 1922 foi assinado o protocolo em que ao Governo da RSFSR era delegado o direito de representar e defender os interesses das repúblicas soviéticas do Azerbaijão, da Arménia, da Bielo-Rússia, da Bukhará, da Geórgia, da Ucrânia, do Khoresm e da República do Extremo Oriente na Conferência de Génova, onde o Estado Soviético entrou pela primeira vez em negociações com países capitalistas.

O problema da unidade dos povos e dos Estados livres tinha uma importância transcendente, porquanto os nacionalistas com o apoio directo das potências imperialistas faziam os possíveis para separar os povos da Ásia Central, da Transcaucásia, da Ucrânia e de outras regiões da Rússia revolucionária, desmembrar e debilitar esta e depois esmagar as repúblicas soviéticas e derrubar o Poder Soviético.

Os operários e camponeses das repúblicas soviéticas nos seus esforços para unir os povos na luta contra os inimigos da revolução proletária foram activamente apoiados pelos trabalhadores de outros países e representantes do movimento operário internacional.

A Revolução de Outubro e a formação das repúblicas soviéticas na Rússia assinalaram o advento de uma nova etapa no desenvolvimento da solidariedade internacional de classe operária e dos trabalhadores que se levantaram em defesa do primeiro Estado operário e camponês do mundo. Nas frentes da

Guerra Civil e nos combates contra os intervencionistas ao lado dos trabalhadores das diversas nacionalidades da Rússia lutaram dezenas de milhares de internacionalistas de muitos países. No estrangeiro surgiu um poderoso movimento de apoio às repúblicas soviéticas.

Em muitos países da Europa e América desencadeou-se um amplo movimento de solidariedade com a Rússia Soviética. Por exemplo, a 1 de Setembro de 1920, o sindicato de operários de transportes da Bulgária, organização bastante influente no seio dos trabalhadores do país, exortou todos os operários dos transportes a aderirem ao movimento de solidariedade dos trabalhadores da Europa com a Rússia Soviética e boicotarem o transporte de cargas militares enviadas contra ela. Num comício realizado no Verão de 1920 na cidade checoslovaca de Iglava, com a presença de 6 mil operários foi adoptada uma resolução exigindo que “o Governo da República Checoslovaca estabelecesse imediatamente relações diplomáticas com a Rússia Soviética... Exortamos todos os trabalhadores da República Checoslovaca—dizia-se nesta resolução— a permanecerem vigilantes e atentos a todas as manobras diplomáticas dos Estados capitalistas e, se necessário, a fazer fracassar as intrigas internacionais do mundo capitalista dirigidas contra a revolução russa para que nós próprios estejamos também prontos para acções em prol da solidariedade internacional”.¹

¹ Ver: L. I. Iákovlev. *Ensaio sobre a História da Solidariedade Internacional dos Trabalhadores*, p. 254, ed. em russo.

Os ferroviários italianos declararam greve em Junho de 1920 recusando-se a transportar armas que se destinassem a ser utilizadas contra a Rússia Soviética. Esta acção foi uma das causas principais da demissão do Governo. Pronunciaram-se em apoio das repúblicas soviéticas os trabalhadores da França. Na Inglaterra, criaram-se por todo o país comités "Tirem as mãos da Rússia!". Nos Estados Unidos, os operários negaram-se a carregar munições para os intervencionistas e para a Guarda Branca e exigiram a retirada imediata das tropas norte-americanas da Rússia Soviética.

Uma das expressões da solidariedade foi a recolha de dinheiro e alimentos para os trabalhadores soviéticos. Em quase todos os países foram criados comités de apoio à Rússia Soviética. Por exemplo, no Verão de 1923 de Havana, em nome de Vladímir Ilitch Lénine, chegaram cerca de 5 milhões de marcos, arrecadados pelos trabalhadores cubanos como ajuda aos trabalhadores da Rússia soviética.

Os comunistas consideravam que a causa do socialismo só podia ser defendida com a fraternidade e a unidade dos povos que se libertaram. A história mostrou que eles estavam certos. Mais de cem nacionalidades e etnias da União Soviética unidas pelo desejo de construir a sociedade socialista souberam defender a sua independência e liberdade dos contrarrevolucionários e dos intervencionistas, da fome e destruição, do bloqueio imperialista.

Em 1922, formou-se a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, agrupando os povos das repúblicas nacionais num único Estado socialista. Ao usar da

palavra na sessão de encerramento do I Congresso dos Sovietes da URSS a 30 de Dezembro de 1922, o Presidente do Comité Executivo Central da URSS (entre 1922 e 1938 foi o órgão supremo da soberania na URSS nos intervalos entre sessões dos Sovietes da União), "Presidente Vermelho", M. I. Kalínine sublinhou: "O que se opera hoje neste ambiente relativamente despretençioso é um acontecimento de importância mundial. Agora talvez seja difícil tomar consciência de todo o significado deste acontecimento, que decerto irá adquirindo cada dia um significado crescente no horizonte político. E não há a mínima dúvida de que será precisamente assim. Primeiro, este Congresso de unificação permitir-nos-á multiplicar os nossos recursos materiais contra o hostil mundo burguês. Segundo, a unificação política das repúblicas soviéticas aumentará grandemente o seu peso real em relação ao mundo burguês. E, por fim, hoje, damos o primeiro passo com vista a uma verdadeira convivência fraternal. Há milénios que os melhores espíritos da Humanidade procuram encontrar formulas teóricas que possibilitem aos povos viver em paz e fraternidade sem grandes tormentos e lutas entre si. Entretanto, só hoje damos o primeiro passo prático neste sentido".¹

Na sua política o Partido Comunista e o Estado de operários e camponeses levaram sempre em conta tanto os interesses de cada república como os interesses de todo o Estado.

¹ M. I. Kalínine. *Obras Escolhidas*, Moscovo, 1960, t. 1, p. 359, ed. em russo.

Foi adoptado o curso para o desenvolvimento económico e sócio-político, acelerado e dinâmico, das periferias nacionais. À luz desta política, as regiões mais industrializadas do país prestavam assistência multiforme às nações e etnias anteriormente oprimidas. A Federação Russa ocupou um lugar de destaque nesta campanha, que se iniciou logo nos primeiros dias após a revolução. A Rússia Soviética, embora ela própria se debatesse com a fome e a devastação, já em 1918 começou a canalizar dezenas de milhões de rublos para obras de irrigação no Turcomenistão; nos anos da Guerra Civil foi tomada a decisão de conceder ajuda financeira, técnica e alimentar ao Azerbaijão; canalizaram-se verbas apreciáveis para os ferroviários de Khárkov e os mineiros de Donbass; as economias da Bielo-Rússia, Arménia, Letónia e Lituânia soviéticas receberam um apoio substancial.

A ajuda mútua desinteressada dos povos soviéticos possibilitou igualar o nível de desenvolvimento das regiões outrora atrasadas e criar em todas as repúblicas uma indústria e uma agricultura modernas. Nas províncias da Rússia outrora feudais e semifeudais surgiram centros industriais e culturais, novas cidades e aldeias.

O Partido Comunista orientou-se invariavelmente pelo preceito leninista de levar em consideração as condições locais, o nível de desenvolvimento económico e social, as dimensões das contradições de classe, os remanescentes nacionalistas e religiosos e o nível de consciência política das massas. V. I. Lénine numa carta aos camaradas da Transcaucásia dizia: “O

mais importante é que os comunistas da Transcaucásia compreendam as *particularidades* da sua situação, assim como da situação das suas respectivas repúblicas, que é bem diferente da situação e das condições existentes na RSFSR, e a necessidade de não copiar a nossa tática, mas, antes pelo contrário, transformá-la de modo ponderado e adequado às condições concretas”¹.

A política nacional do Partido Comunista de desenvolvimento planificado da economia e cultura de todas as repúblicas irmãs, de fortalecimento e alargamento das relações entre elas, trouxe a verdadeira prosperidade à economia nacional, à ciência, à arte, à instrução e saúde pública e à elevação do bem-estar e do nível cultural de todos os povos do País soviético. Aqui é de referir o exemplo do Uzbequistão, outrora um dos territórios mais atrasados da Rússia czarista. Antes da Revolução socialista no território da actual República Socialista Soviética do Uzbequistão praticamente não existia indústria exceptuando algumas dezenas de oficinas semiartesanaes especializadas principalmente na transformação primária da produção agrícola. Hoje a indústria do Uzbequistão conta com mais de 1 500 empresas grandes. Criou-se a indústria química, mecânica, petrolífera, mineira, metalúrgica, electrotécnica, de gás e carvão, ligeira, alimentar e muitas outras. A produção do Uzbequistão é exportada para muitos países. A agricultura registou um avanço considerável. A colheita de algo-

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, 5ª ed. em russo, t. 43, p. 198.

dão, a principal cultura de República, aumentou desde 1924 (ano da fundação da República) até 1980 de 200 mil toneladas para 6,24 milhões de toneladas. Na República, cujo índice de alfabetização antes da Revolução era da ordem dos 3,6%, presentemente existe uma Academia das Ciências, cerca de 200 organismos científicos, 43 estabelecimentos de ensino superior, muitos outros estabelecimentos de ensino, etc.

— Em prazos historicamente curtos foi superado o atraso económico do Cazaquistão, que actualmente constitui um território com indústria altamente desenvolvida — metalurgia ferrosa e não ferrosa, indústrias de combustível e energética, de cimento, mecânica, ligeira, alimentar, etc. O Cazaquistão é também um dos celeiros da URSS.

Cada república soviética oferece exemplos semelhantes. O seu desenvolvimento atesta o triunfo da política nacional leninista do Partido Comunista da União Soviética.

Com a eliminação da desigualdade entre os povos das repúblicas soviéticas o carácter da sua cooperação económica mudou substancialmente. Esta tornou-se mais diversificada e planificada. A ajuda, na maioria, unilateral foi substituída por uma ampla ajuda mútua, que permitiu às repúblicas iniciar-se na divisão do trabalho nos quadros da União e aumentar o contributo de cada uma para o progresso económico, técnico e científico do país.

Com o desenvolvimento da economia nacional da URSS fortalecem-se as relações económicas entre as várias repúblicas e aumenta a eficácia da divisão

territorial do trabalho e contribuição de cada república para a solução das tarefas gerais do Estado. Além disso, verifica-se uma distribuição mais racional das forças produtivas entre as repúblicas, a redistribuição dos recursos materiais e de mão-de-obra e a aproximação dos seus níveis de desenvolvimento económico, o que determina o ascenso geral e a prosperidade de cada república soviética e contribui para a formação e elevação constante do papel e do significado das características gerais de todas as nações e etnias.

Tudo isto mostra que a formação e o desenvolvimento do Estado assenta na unidade e na cooperação entre os povos que optaram pela construção do novo regime sócio-político, na solidariedade de classe dos trabalhadores e nos princípios indestrutíveis do internacionalismo proletário.

A experiência da União Soviética diz que no socialismo diferentes povos fazem a história em conjunto, ao mesmo tempo que desenvolvem a sua economia e a sua cultura. A comunidade das aspirações políticas e ideológicas e a aplicação consequente da política do internacionalismo proletário e do patriotismo socialista criam uma união indestrutível de povos capaz de suportar as controversias mais difíceis. Os povos que acabaram com o jugo nacional e colonial ascendem a uma nova vida. As relações de igualdade e ajuda mútua favorecem a prosperidade da economia. O enriquecimento recíproco com os valores espirituais de cada um contribui para o florescimento da cultura geral, que absorve o que há de melhor nas culturas nacionais de cada povo. A ex-

periência da URSS demonstra a enorme importância de uma atitude cuidadosa para com todas as nações, grandes e pequenas, e da inconciliação em relação ao niilismo nacional e ao nacionalismo burguês. Demonstra ainda a importância de encontrar uma forma de organização estatal que assegure a participação igual e democrática de todas as nacionalidades e etnias nos órgãos de soberania de todos os escalões, assim como na solução das tarefas comuns.

A edificação socialista e as transformações sociais realizadas pelos povos da União Soviética confirmaram a justeza dos postulados do marxismo-leninismo.

A experiência da União Soviética fez valer pela primeira vez as leis gerais da edificação socialista e as particularidades ligadas às condições concretas da sua aplicação. A experiência dos países da comunidade socialista comprova a existência de características gerais de edificação socialista em paralelo com as particularidades nacionais que se destacam em alguns países.

As principais características gerais da formação de um Estado socialista encontram-se dialecticamente vinculadas às particularidades que se fazem valer nos países que constroem a nova sociedade.

*A unidade dialéctica
do geral e do particular
no desenvolvimento
dos países socialistas*

«Para que os povos possam unir-se de facto — disse K. Marx —, devem ter interesses comuns. E para que os seus interesses sejam comuns, é preciso suprimir as relações de propriedade existentes, pois as relações de propriedade existentes condicionam a exploração de uns povos por outros. . .”¹

Deste modo, nos países socialistas que suprimiram as relações de propriedade capitalista surgem condições objectivas para a unidade, aproximação multilateral e cooperação com vista à construção de uma nova sociedade e à defesa dos seus interesses.

A doutrina marxista-leninista aborda o desenvolvimento das formações sócio-económicas como um processo natural que confere a cada formação as suas características e leis comuns a todos os países, não obstante a diversidade das condições e particularidades em cada um deles. K. Marx exemplifica as suas conclusões teóricas sobre as leis gerais de desenvolvimento do capitalismo, como o caso da Inglaterra, considerando-o o exemplo do desenvolvimento capitalista noutros países. «O objecto do meu estudo na presente obra — escreveu K. Marx no prefácio à primeira edição de «O Capital» —, é o modo de produção capitalista com as suas relações de produção e troca. A Inglaterra é até agora o país clássico deste

¹ K. Marx. F. Engels. *Obras*, t. 4, p. 371.

modo de produção. Essa é a razão principal porque a utilizo para esclarecer as minhas conclusões teóricas. Mas se o leitor alemão duvidar como fariseu das condições em que vivem os operários industriais e agrícolas ingleses ou consolar-se com a ideia de que na Alemanha tudo é diferente e não tão ruim, devo dizer-lhe objectando: *De te fabulā narratur*. (É de ti que fala esta história).

Pois, a questão no essencial, não reside no nível mais ou menos elevado de desenvolvimento dos antagonismos sociais decorrentes das leis de produção capitalista. A questão reside nestas próprias leis, nestas tendências que vigoram e se realizam como um imperativo inexorável. Só um país industrialmente mais evoluído proporciona a outro menos evoluído o panorama do futuro que este terá¹.

As leis de construção e desenvolvimento do socialismo foram formuladas e cientificamente fundamentadas pelos fundadores do marxismo-leninismo. As Conferências internacionais dos partidos comunistas e operários e os documentos programáticos dos partidos irmãos adaptaram as leis de desenvolvimento da revolução e de edificação do socialismo e comunismo às condições actuais. A profunda compreensão destas leis gerais e o apoio nelas em combinação com uma atitude criativa e a consideração das condições concretas de cada país continuam a ser características inalienáveis dos marxistas-leninistas.

¹ K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 23, pp. 6 e 9.

As leis gerais pressupõem a direcção das massas trabalhadoras pela classe operária cujo núcleo é o partido marxista-leninista e a instauração do poder da classe operária sob formas concretas. A aliança da classe operária com o grosso dos camponeses e outras camadas trabalhadoras; a implantação da propriedade social dos principais meios de produção; a transformação socialista progressiva da agricultura; o desenvolvimento planificado da economia nacional com vista à edificação do socialismo e comunismo e à elevação do nível de vida dos trabalhadores; a revolução socialista nos campos da ideologia e da cultura; a liquidação do jugo nacional e a proclamação da igualdade e amizade fraternal entre os povos; a defesa das conquistas socialistas dos atentados dos inimigos internos e externos; a solidariedade fraternal da classe operária de um país com a classe operária dos outros.

As leis gerais não são, de modo algum, receitas para o desenvolvimento orientado da sociedade ou dados baseados em discernimentos especulativos. São o produto de uma profunda análise dos processos e fenómenos históricos por parte dos partidos comunistas e operários, o resultado de previsões científicas assentes nas bases teóricas do marxismo-leninismo e da generalização da rica experiência de aplicação das ideias do socialismo em vários países.

Eis por que os princípios e as leis da edificação socialista têm ressonância internacional e são característicos de todos os países que escolhem a via de desenvolvimento socialista.

Mas, estas leis gerais adquirem, sem dúvida, expressões específicas em diversos países.

Cada partido, a classe operária e os trabalhadores que constroem o socialismo no seu país, são livres na escolha das formas e dos métodos de construção da nova sociedade, devendo por isso respeitar as particularidades nacionais. Segundo V. I. Lênine, a tarefa consiste em «saber aplicar os princípios gerais e fundamentais do comunismo àquela *peculiaridade* das relações entre as classes e os partidos, àquela *peculiaridade* do desenvolvimento objectivo para o comunismo que é própria de cada país...»¹ V. I. Lênine partia do princípio de que enquanto existem diferenças nacionais e a nível de Estados entre povos e países, a táctica unitária internacional do movimento operário de cariz comunista em todos os países não impunha a supressão da diversidade nem das diferenças nacionais, mas sim «uma aplicação tal dos princípios *fundamentais* do comunismo... que *modifique acertadamente* estes princípios *nos pormenores*, que os adapte, que os aplique acertadamente às diferenças nacionais e nacional-estatais»². V. I. Lênine afirmou em seguida que era necessário «investigar, estudar, descobrir, adivinhar, captar o que há de particularmente nacional e de especificamente nacional nas abordagens *concretas* de cada país da solução da tarefa internacional *comum*...»³.

¹ V. I. Lênine. *Obras Escolhidas*, t. 3, p. 328.

² V. I. Lênine. *Obras Escolhidas*, t. 3, p. 330.

³ V. I. Lênine. *Obras Escolhidas*, t. 3, p. 330.

A experiência já existente de-edificação socialista em diferentes condições históricas, nacionais, políticas e internacionais confirma a previsão leninista de que todas as nações chegarão inevitavelmente ao socialismo e que cada uma delas «trará a sua peculiaridade para as formas de democracia, para as modalidades de ditadura do proletariado, para a dinâmica das transformações socialistas em diferentes aspectos da vida social»¹.

Por exemplo, o poder de Estado da classe operária, único na sua essência, reveste diversas formas em alguns países. A par da forma soviética estabelecida na URSS a seguir à Revolução de Outubro, depois da Segunda Guerra Mundial, com a vitória das forças socialistas, numa série de países surgiu a forma democrático-popular de ditadura do proletariado. A vida e as condições históricas concretas podem proporcionar outras formas de poder estatal da classe operária.

No processo de edificação da sociedade socialista desenvolvida, os países socialistas enfrentam a tarefa da transformação gradativa do Estado da ditadura do proletariado em Estado socialista de todo o povo. Actualmente a União Soviética constitui um Estado deste tipo. «Com a construção do socialismo evoluído — frisou L. I. Bréjnev no discurso sobre o Projecto da Constituição da URSS (Maio de 1977) — e com a passagem de todas as camadas da população para as posições ideológicas e políticas da classe operária,

¹ V. I. Lênine. *Obras Completas*, t. 30, p. 123.

o nosso Estado que surgiu como ditadura do proletariado transformou-se em Estado de todo o povo”¹.

Os países socialistas também proporcionam diferentes soluções para o problema da supressão da propriedade privada. Nalguns continuam a existir, em escala limitada e sob o controlo do Estado, pequenas indústrias privadas e o pequeno comércio privado (Hungria e Polónia).

São também diferentes as formas e os ritmos das transformações socialistas na agricultura. Na União Soviética, já nos primeiros dias depois da Revolução de Outubro, foi nacionalizada toda a terra, que se tornou património de todo o povo, sendo distribuída entre aqueles que a trabalhavam. A passagem das explorações individuais camponesas para as grandes unidades colectivas de produção agrícola só foi possível graças à ajuda do Estado soviético que enviou especialistas da cidade para as zonas rurais e forneceu, através das estações de aluguer de máquinas e tractores, a tecnologia indispensável aos kolkhozes. Entretanto, na Hungria, Bulgária, RDA e Checoslováquia a terra não foi toda nacionalizada durante a cooperativização da agricultura.

Há países socialistas com sistema pluripartidário. A título de exemplo, na Bulgária, além do Partido Comunista Búlgaro, existe a União de Agricultores Búlgaros; na RDA, ao lado do Partido Socialista

¹ L. I. Bréjnev. *Sobre o Projecto da Constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*. Discurso no Plenário do Comité Central do PCUS em 24 de Maio de 1977, Moscovo, 1977, p. 4, em russo.

Unificado da Alemanha aparecem a União Democrática Cristã da Alemanha, o Partido Liberal Democrático da Alemanha, o Partido Nacional Democrático da Alemanha e o Partido Democrático Camponês; na RS da Checoslováquia há cinco partidos, nomeadamente o Partido Comunista da Checoslováquia, o Partido Popular Checoslovaco, o Partido Socialista Checoslovaco, o Partido Eslovaco da Liberdade e o Partido Eslovaco de Reconstrução; na RPD da Coreia, o Partido de Trabalho da Coreia, o Partido Social-Democrata da Coreia e o Partido Chondo de cariz religioso; na RS do Vietname, o Partido Comunista do Vietname, o Partido Democrático do Vietname, o Partido Socialista do Vietname e etc. Nos países onde não havia base social para a formação de vários partidos ou os outros partidos se comprometeram na política antipopular, existe um só partido da classe operária: na Roménia, o Partido Comunista Romeno; na Hungria, o Partido Socialista Operário Húngaro; na RP da Mongólia, o Partido Revolucionário Mongol; em Cuba, o Partido Comunista de Cuba.

As Constituições dos países socialistas reflectem particularidades ligadas às suas condições sócio-políticas, económicas e históricas peculiares. Em alguns países o chefe de Estado é o presidente com amplos direitos e poderes (casos da RS da Roménia e RS da Checoslováquia), noutros, as funções do chefe de Estado são da competência de um órgão colectivo.

Outros problemas da edificação socialista encontram soluções diferentes em diversos países. Isto revela-se particularmente em reformas económicas com

vistas ao aperfeiçoamento da direcção planificada da economia nacional dos países socialistas. Não obstante a orientação geral das reformas económicas para a dinamização da produção, elevação da produtividade do trabalho, utilização mais intensa dos métodos de estímulo material e aperfeiçoamento da planificação e gestão nas empresas, estas reformas não são materializadas da mesma forma em cada país socialista. Os aspectos gerais que reflectem a essência das leis económicas do socialismo têm expressões diferentes conforme o país.

Tudo isto ilustra a diversidade das formas na formação do sistema socialista.

É natural que assim aconteça pois os países iniciam a construção do socialismo com diferentes níveis de desenvolvimento da economia, cultura, ciência e instrução pública e em diferentes condições históricas de organização estatal: nalguns, o socialismo substitui uma república burguesa, noutros, implanta-se após o derrube da monarquia, etc. As tradições nacionais seculares também são de destacar. A posição de cada país no cenário internacional pode ser diferente. Há do mesmo modo que atribuir certa importância à sua posição geográfica, etc.

Os factores objectivos que determinam os ritmos e formas de formação e desenvolvimento do regime socialista, podem ser agravados por factores subjectivos, nomeadamente erros nas relações entre países, manifestações nacionalistas, imperfeições na organização da produção e planificação da economia, insuficiente aproveitamento da experiência acumulada na solução de problemas concretos, resolução demorada

de problemas técnicos e organizativos e assim por diante. Tudo isto imprime determinada especificidade à edificação socialista, assim como torna mais complexa a formação da comunidade socialista e explica as dificuldades que surgem de vez em quando nas relações entre os países socialistas. O mundo do socialismo encontra-se em movimento, encontra-se em constante aperfeiçoamento. E é natural que no seu desenvolvimento enfrente a luta entre o novo e o velho, enfrente as contradições internas.

No entanto, o regime social, a ideologia, os interesses vitais e os objectivos comuns dos países socialistas e o internacionalismo dos partidos comunistas e operários governantes que se identificam com as posições do marxismo-leninismo permitem superar as divergências e dificuldades e consolidar invariavelmente a unidade e o poderio da comunidade socialista. Tal acontece porque no socialismo não há lugar para as contradições antagónicas inerentes ao capitalismo. Algumas divergências entre os níveis de desenvolvimento económico, estrutura social e posição no cenário internacional, assim como as peculiaridades nacionais, «podem e devem ser superadas positivamente na base do internacionalismo proletário, mediante a discussão amistosa e a cooperação voluntária e fraternal»¹

Nas várias décadas da sua existência, o sistema socialista acumulou larga experiência no domínio da

¹ *Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários. Documentos e Materiais*, Moscovo, 1969, p. 24, ed. em russo.

cooperação política, económica e ideológica entre os seus países membros. Os partidos comunistas e operários irmãos fortalecem consequentemente a unidade dos países socialistas, indispensável tanto na luta contra o imperialismo, pela paz e pelo progresso social, como para resolver as tarefas do próprio sistema socialista e concretizar os planos da edificação socialista e comunista em cada Estado socialista.

No que respeita à unidade, convém sublinhar que as formas objectivas da sua expressão não são imutáveis. Pelo contrário, elas adaptam-se constantemente aos processos sócio-políticos no mundo.

Por exemplo, durante a formação das repúblicas soviéticas, após a Revolução de Outubro, as próprias condições objectivas da estabilização do novo regime social exigiam acções coordenadas, ajuda mútua e esforços conjuntos na luta contra as forças das potências imperialistas agrupadas numa frente única contra as novas repúblicas soviéticas. Com o tempo, estes esforços desembocaram numa estreita aliança político-militar, económica e diplomática e, finalmente, na unificação voluntária das repúblicas independentes no quadro da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. As longas relações económicas e culturais, a interpenetração das tradições e relações em muitas esferas da vida contribuíram para o aceleração da unificação dos povos no quadro de um único Estado socialista, a URSS. Ao mesmo tempo era importante superar a alienação e inimizade nacionais praticadas na Rússia czarista e impostos pelo governo czarista.

Assim, das ruínas do Império russo multinacional ergueu-se um Estado socialista único.

O sistema socialista mundial depois da Segunda Guerra Mundial já se desenvolveu em condições diferentes. As suas dimensões, as tradições históricas e condições de desenvolvimento de cada país socialista, o seu potencial económico, a estrutura social, a situação internacional e mesmo a posição geográfica exigiram outras formas de unidade, dentro das quais, mantendo a independência soberana total e a igualdade, era viável a cooperação voluntária e fraterna entre Estados que iniciaram a criação do novo regime social e económico, dentro das quais a ajuda mútua e a estreita coordenação das acções no domínio da política externa se destinam apenas a assegurar condições para a edificação do socialismo e comunismo em cada país, dentro das quais a preocupação pelos interesses nacionais se combina com a defesa dos interesses internacionalistas de todo o sistema socialista.

Hoje os países que empreenderam a construção do novo regime fortaleceram e desenvolveram a sua economia e cultura, conseguiram êxitos relevantes em todos os campos da edificação socialista e, ao mesmo tempo, passaram a ser mundialmente reconhecidos como Estados soberanos que participam activamente na solução de importantíssimos problemas internacionais.

Desenvolvendo-se como Estados soberanos e independentes, os países socialistas satisfazem os seus interesses nacionais dentro do sistema socialista e fora deste, mantendo relações com países capitalistas e em vias de desenvolvimento.

Como já foi dito antes, as formas de realizações das transformações socialistas, o nível das relações com

outros países socialistas e o grau de coordenação das acções políticas externas podem ser variáveis. Em certos casos isto pode originar posições diferentes para com problemas da edificação socialista e pontos de vista divergentes em torno da solução de importantes problemas internacionais.

Mas quando os interesses nacionais se opõem abertamente aos interesses internacionais (e no pior dos casos quando os interesses nacionais são interpretados segundo pontos de vista nacionalistas), é patente o desvio dos princípios internacionalistas do marxismo-leninismo. Este desvio e o nacionalismo, como é evidente, prejudicam irrecuperavelmente os interesses dos povos.

Os factores subjectivos exercem, sem dúvida, grande influência no desenvolvimento das relações entre os diversos países e, naturalmente, os socialistas. No entanto, o principal papel, apesar de tudo, pertence às leis gerais que decorrem da natureza do regime social de cada país, do carácter das relações de produção, da correlação das forças de classe, etc.

Um país onde a revolução socialista já está consumada, onde os trabalhadores, sob a direcção da classe operária e do seu partido, são detentores do poder e se realizam transformações socialistas, pode ser considerado fora da órbita do sistema mundial do capitalismo, tornando-se objectivamente uma parte do sistema socialista mundial, que se opõe ao mundo capitalista e se identifica objectivamente com o mundo socialista. Quando o Governo deste país transgride as normas das relações económicas e políticas com outros países socialistas, apesar do enorme

prejuízo que este delineamento acarreta à causa da unidade dos países socialistas, não é possível considerá-lo componente do sistema capitalista, enquanto existirem interesses e objectivos que o liguem a outros países socialistas. Contudo, é claro que as deformações dos princípios socialistas num país deterioram as relações com os países irmãos e colocam em perigo as conquistas socialistas.

Entretanto, as perturbações na cooperação económica entre os Estados socialistas, as divergências políticas entre eles sobre algumas questões e as relações complexas entre os partidos comunistas no poder não constituem a base da separação dos países irmãos face ao imperialismo, inimigo do socialismo.

Os materiais dos Congressos do PCUS e dos partidos comunistas e operários dos países socialistas, outros documentos do PCUS e dos partidos irmãos e as intervenções dos líderes destes partidos destacam a crescente tendência para o reforço da unidade dos Estados socialistas, das posições e acções unitárias dos partidos marxistas-leninistas, o que fortalece e multiplica o peso e a influência de cada país irmão na resolução de importantes problemas mundiais.

«A unidade completa e a cooperação fecunda caracterizam em geral as nossas relações com a maioria dos partidos dos países socialistas. Alguns partidos têm os seus próprios pontos de vista sobre uma série de questões. Mas a tendência geral é indubitavelmente de reforço da unidade dos países socialistas. Valorizamos esta tendência e, tal como antes, continuaremos a contribuir para

o seu desenvolvimento. O caminho para isto passa pelos esforços conjuntos dos partidos irmãos na base dos princípios indestrutíveis do marxismo-leninismo, do internacionalismo socialista, da igualdade em direitos e da cooperação no espírito de camaradagem”¹.

Deste modo a essência da unidade dos países socialistas pode ser definida como estado de relações naturais entre Estados socialistas que decorre das leis objectivas de desenvolvimento do mundo e se caracteriza por acções conjuntas e coordenadas em defesa dos interesses do socialismo, estado baseado na comunidade de regime social, ideologia e objectivos consoantes à sua natureza de classe e avançados pelos partidos comunistas irmãos que se identificam com as posições marxistas-leninistas.

Os inimigos do socialismo nos países capitalistas, compreendendo que a unidade dos países e povos que edificam a nova sociedade multiplica as forças do socialismo, procuram por todos os meios destruí-la. Tentando arranjar uma base teórica para as suas tentativas de dividir os países socialistas, afirmam que a história dos povos é um processo de desenvolvimento de formações nacionais específicas e fechadas, para as quais as leis gerais são inaceitáveis. Absolutizando as particularidades nacionais e exibindo as suas teorias, de essência anti-socialista, como suposta defesa dos interesses nacionais de cada país, opõem a ideia de pluralismo de «socialismos nacionais» ao

¹ *Relatório do CC do PCUS e as Tarefas Imediatas do Partido no Campo da Política Interna e Externa. Discurso ao XXV Congresso do PCUS*. Moscovo, Politizdat, 1976, p. 19, ed. em russo.

conceito do socialismo internacional, marxista-leninista.

Ao recusarem a óptica de classe dos fenómenos sociais, os autores de «modelos nacionais» do socialismo negam as leis gerais da edificação do socialismo, o carácter internacional do leninismo e o significado histórico da Grande Revolução Socialista de Outubro, que deu início à construção da nova sociedade socialista. Negam também a experiência dos países da comunidade socialista e, em primeiro lugar, da União Soviética.

Os autores e propagandistas de diversos modelos do socialismo exortam ao não reconhecimento da experiência da edificação socialista na URSS e noutros países socialistas irmãos, adiantando um dos seus argumentos principais: as dificuldades objectivas e subjectivas e os erros na edificação do socialismo em diferentes países, «esquecendo-se» de referir que estes erros têm a sua explicação, pois tratava-se de uma obra nova e complexa e não havia experiência suficiente neste campo. Não dizem que estes erros ou já foram ou estão a ser corrigidos sob a direcção e por iniciativa dos partidos comunistas dos respectivos países. Silenciam os êxitos dos países socialistas e o seu crescente prestígio e influência em todo o mundo, assim como as alterações na correlação das forças no cenário internacional a favor do socialismo.

A própria vida deu provas da inconsistência teórica do pluralismo de «modelos» de socialismo. Não há nenhum país que construa o socialismo segundo esses «modelos». Podemos, entretanto, citar vários

países onde o poder está ou esteve nas mãos de partidários destes «modelos». Por exemplo, na Suécia o partido social democrata dirigiu o país durante 40 anos; na RFA e na Áustria o poder pertence a partidos que se autoproclamaram socialistas e operários; na Inglaterra o partido trabalhista governou mais de uma vez o país. Seria lógico perguntar: que os impediu de aplicar as recomendações dos autores dos «modelos» aqui referidos?

Os capitalistas não receiam governos «operários» deste tipo, porque, como disse o conservador P. Worsthorne no seu livro «O Mito Socialista», «quanto mais o governo socialista intervém nos assuntos do Grande *Business*, tanto mais o Grande *Business* pode intervir nos assuntos do governo socialista»¹.

Todos os «modelos» de socialismo sugeridos pelos teóricos oportunistas apontam o abandono das leis gerais da edificação do socialismo. Porém, o socialismo é inconcebível sem a propriedade social dos meios de produção básicos, o que só é viável com o poder da classe operária. É impossível falar de socialismo sem desenvolvimento planificado da economia, revolução socialista no campo da cultura e da ideologia, supressão do jugo nacional e instauração da igualdade em direitos e da amizade fraternal entre os povos, realização de outras leis universais da revolução e edificação socialistas.

¹ P. Worsthorne. *The Socialist Myth*, Cassell. London, 1971, p. 12.

Por muito diferentes que sejam os países quanto às suas particularidades nacionais, a propriedade social dos meios de produção básicos é a única base do regime social sem exploração do homem pelo homem. É nela que assenta a nova estrutura social que une todos os homens no processo de produção socialista. A natureza desta sociedade corresponde ao regime político onde a classe operária desempenha o papel de impulsionador. O partido comunista dirige todas as actividades do Estado e tem por objectivo fomentar as relações sociais socialistas, desenvolver planificadamente a economia nacional, satisfazer ao máximo as necessidades dos trabalhadores, defender a integridade territorial do país e garantir a ordem social e a legislação socialistas. A edificação do socialismo pressupõe do mesmo modo o ascenso da cultura, da ciência e da instrução pública com base na ideologia marxista-leninista.

Todos os princípios e leis gerais do regime socialista estão organicamente interligados.

Os teóricos e ideólogos burgueses procuram impôr os seus «modelos» a cada país socialista, na mira de separá-los do socialismo real, cindir a comunidade socialista e a longo prazo fazer estes países retornar à órbita capitalista. Testemunham-no os acontecimentos na Checoslováquia em 1968 e as acções de alguns revisionistas noutros países socialistas.

Depreende-se que os críticos do socialismo real — independentemente das togas que vestem e dos «modelos» e «alternativas» que inventam — têm uma só aspiração: restabelecer o antigo regime. Por isso atacam em primeiro lugar o Estado socialista e o

papel dirigente do partido comunista. Ao adaptar a sua tática às condições existentes, as forças anti-socialistas procuram afastar os partidos comunistas da direcção da sociedade, fazendo-os desviar para posições falsas.

O alvo principal dos inimigos do socialismo é a União Soviética, o país mais poderoso da comunidade socialista. O anti-sovietismo descarado aparece ao lado de tentativas de dividir o movimento comunista internacional e afrouxar os laços de solidariedade que ligam os partidos comunistas dos países socialistas a outros partidos comunistas irmãos. Para o efeito são avançadas teorias, segundo as quais os comunistas só ganham prestígio entre as massas populares do seu país se provarem defender os interesses legítimos da nação e não serem accionados pela «mão do Kremlin», mantendo-se «independentes em relação à União Soviética» e assim por diante. Os que não compreendem ou não querem compreender que é impossível a um tempo lutar pelo socialismo e ganhar prestígio entre a burguesia, podem cair facilmente nesta cilada. Pois, é inconcebível defender os direitos das massas trabalhadoras e a unidade das forças de esquerda no seu próprio país e prejudicar a unidade do movimento comunista internacional. Não é natural negar, sob o pretexto das condições específicas da luta, as leis gerais comprovadas por dezenas de anos de edificação do socialismo em diferentes países.

Alguns teóricos burgueses, nos últimos anos, têm procurado frequentemente impor discussões sobre o carácter do Estado socialista e a ditadura do proleta-

riado, opondo-lhe um conceito abstracto de democracia separado da realidade política.

Por exemplo, afirma-se que o facto de nos países socialistas não existirem partidos da oposição, que agrupem os dissidentes, é o principal factor indicativo de que no socialismo não há democracia e de que nos Estados burgueses esta existe. Vejamos a realidade. Poderá o regime capitalista existir sem oposição, sem partidos que se oponham aos que têm o poder nas mãos? Claro que não. O regime capitalista baseia-se na exploração da maioria pela minoria; a existência de uma classe explorada é a primeira condição da existência da própria burguesia, sendo por conseguinte os antagonismos de classe imprescindíveis no capitalismo. Daí a inevitabilidade da luta entre as classes antagónicas, entre exploradores e explorados, entre os partidos que traduzem os interesses destas classes, independentemente do facto de o governo burguês legalizar ou não os partidos na oposição (não se trata dos partidos burgueses, mas dos partidos que exprimem os interesses e a vontade das massas exploradas e oprimidas).

A classe operária defende os seus interesses numa luta intransigente contra a classe dos exploradores em que utiliza diversos métodos e formas, inclusive a rivalidade dos partidos burgueses na luta pelo poder e a sua aspiração de ganhar mais votos nas eleições, o que os obriga a levar a cabo reformas limitadas e incompletas a favor dos trabalhadores e permite denunciar as figuras mais odiosas da hierarquia governamental e arrancar certas concessões. Contudo, apesar do pluralismo partidário, a burguesia, como

classe, continua a manter, de facto, as suas posições de ditador.

No Estado socialista, livre da exploração do homem pelo homem, as próprias relações de produção suprimem os antagonismos sociais. Assim desaparece a base da oposição política. Com o desaparecimento das classes antagónicas, deixa também de ser necessário existirem partidos na oposição que traduzam os seus interesses. Num país socialista, um partido na oposição exprimiria não os interesses de uma classe dentro do país, mas de alguns círculos hostis no estrangeiro. Os camponeses, enquanto classe, os intelectuais e outras camadas das massas trabalhadoras podem constituir partidos que traduzam a sua vontade e os seus interesses e se pronunciem pelo socialismo sem se opôr ao regime. Tais partidos já existem em vários países socialistas.

A experiência dos Estados socialistas demonstra que a ditadura do proletariado pressupõe muitas formas de atrair representantes das mais diversas camadas da população para a construção do socialismo, nomeadamente a frente popular, o sistema pluripartidário, os sindicatos, organizações sociais, etc. Os partidos comunistas e operários dos países socialistas procuram que todos os trabalhadores, mesmo os activistas dos partidos unificados e não comunistas, participem na concretização dos planos da edificação socialista. Por exemplo, o Relatório do CC do Partido Socialista Unificado da Alemanha ao IX Congresso do PSUA constatou: «No quadro do Bloco Democrático e da Frente Nacional da RDA aprofundou-se a cooperação entre o nosso partido, o Partido Demo-

crático Camponês, a União Democrática Cristã, o Partido Liberal Democrático e o Partido Nacional Democrático da Alemanha. A confiança mútua e as acções conjuntas destes partidos reflectem a crescente unidade moral e política do nosso povo. O Partido Socialista Unificado da Alemanha aprecia o considerável contributo dos partidos amigos na formação do espírito de civismo socialista entre os seus militantes e as camadas da população parentes deles”¹.

A democracia socialista, embora conte apenas com algumas décadas de existência, já demonstrou a sua vitalidade e maturidade em relação à democracia burguesa.

Os ideólogos burgueses e os oportunistas silenciam os factores que garantem a verdadeira democracia e acentuam manifestações e atributos externos e fictícios: a existência de partidos da oposição, da imprensa que reflecte as posições destes partidos, etc.

A democracia socialista garante autênticas liberdades aos cidadãos. Trata-se da vida livre da exploração do homem pelo homem, produto da propriedade privada, do jugo nacional e social, da discriminação racial. Trata-se também da defesa e da garantia dos direitos fundamentais do homem: ao trabalho, à instrução, à previdência social, à assistência médica gratuita e às férias pagas. O socialismo não só proclamou, como libertou as massas trabalhadoras

¹ O IX Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha. Berlim, 18-22 de Maio de 1976. Documentos, Moscovo, 1977, p. 117.

da penúria, garantindo a elevação constante do seu bem-estar.

O alto nível de instrução e cultura das massas populares conduz ao aumento da actividade política dos trabalhadores, o que lhes permite participar, de modo cada vez mais competente e responsável, na gestão de todos os assuntos da sociedade, através dos órgãos do poder popular, a todos os escalões, expressar livremente a sua vontade nas assembleias e na imprensa, apresentar propostas de melhoramento de todos os aspectos da vida e criticar as imperfeições que dificultam o cumprimento dos planos da edificação socialista. As organizações políticas e sociais coordenadas pelo Partido Comunista, enquanto partido da classe operária, traduzem os interesses vitais de todas as classes, nações e etnias do Estado socialista e asseguram que o poder popular é utilizado com fins construtivos e para o bem do homem.

O democratismo do regime socialista transparece nitidamente da Constituição da URSS, que consagra amplas liberdades democráticas, garante a igualdade de direitos e a liberdade da actividade criadora e construtiva para todos os cidadãos e cria a base material para o desenvolvimento de cada indivíduo.

A democracia socialista, ao contrário da burguesa, é a democracia para os trabalhadores. Defende, de facto, os seus interesses e direitos legítimos e não só proclama como garante estes direitos. «O centro de gravidade — frisou V. I. Lénine — transfere-se **do reconhecimento** formal das liberdades (caso do parlamentarismo burguês) **para o usufruto**

de facto das liberdades pelos trabalhadores que derubaram os exploradores”¹.

Os propagandistas burgueses não querem reconhecer isto, embora os trabalhadores nos países capitalistas, apesar das calúnias e desinformações com que a propaganda burguesa os procura atordoar, o compreendam perfeitamente. As sondagens à opinião pública feitas por uma instituição burguesa mostraram que a maioria dos alemães federais reconhecem que a distribuição do rendimento nacional é mais justa na RDA que na RFA, que na RDA a população se sente mais segura no que respeita ao emprego, a renda de casa é bastante inferior, há maiores possibilidades de estudar, a preocupação com a juventude é muito maior, presta-se mais atenção ao desporto e à saúde pública, o índice de criminalidade é incomparavelmente mais baixo.

Colocando as conquistas sociais dos países socialistas ao lado da inflação galopante nos países burgueses, do desemprego massivo, da subida insuportável das tarifas da assistência médica, da insegurança para com o dia de amanhã e da indiferença em relação ao destino do homem, os trabalhadores do mundo capitalista podem ver onde existe a verdadeira democracia.

Todavia, a propaganda anticomunista realizada pelos influentes meios de comunicação social manipulados pela burguesia e a maneira tradicional da opinião pública pensar segundo as categorias da democracia burguesa, fazem com que nem todas as ca-

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 36, pp. 73-74.

mas da população consigam compreender o verdadeiro significado da democracia socialista, que cria as bases materiais que garantem a realização dos direitos humanos e o desenvolvimento de todas as capacidades do homem. «Pela sua essência ela é e será sempre uma democracia que garante os direitos mais vastos e defende os interesses dos trabalhadores...» assinala Iú. V. Andrópov¹.

Depreende-se que só o regime socialista assegura a democracia real e autêntica aos trabalhadores. A edificação do socialismo é viável apenas depois do poder político ser arrancado às classes exploradoras, ser instaurado o poder das massas trabalhadoras sob a direcção da classe operária, suprimida a propriedade da grande burguesia e dos latifundiários, entregues os meios de produção aos trabalhadores e levadas a cabo outras transformações sociais radicais.

A experiência histórica do socialismo real confirmou a justeza deste postulado, que é ao mesmo tempo a lei geral do seu desenvolvimento.

Além disso, a própria História responde de forma clara e argumentada aos «teóricos» que sugerem à classe operária e aos trabalhadores o «socialismo com novas faces».

¹ *Kommunist*, nº 3, 1983, p. 17, ed. em russo.

*A comunidade de interesses
nacionais e internacionais
dos países socialistas*

A própria natureza internacionalista do Estado socialista impõe a aproximação mútua dos países com o mesmo regime social e, respectivamente, dos seus povos, assim como das nações dentro do Estado. O tipo único de relações de produção e ideologia dos partidos governantes tornam possível e legítima a aproximação das nações socialistas.

Ao contrário do capitalismo que separa uma nação da outra, o socialismo, segundo V. I. Lénine, «cria formas, novas e superiores, de convivência humana, no quadro da qual as necessidades legítimas e as aspirações progressistas das massas trabalhadoras de *cada* nação podem ser satisfeitas, pela primeira vez na história, dentro da unidade internacionalista...»¹

O internacionalismo é inalienável do movimento operário e decorre da luta da classe operária, sendo determinado pelas seguintes leis gerais: a situação mais ou menos igual do proletariado em diferentes países do sistema de produção capitalista e as condições comuns da libertação da classe operária. «A emancipação do trabalho — escreveu K. Marx — não é um problema local ou nacional, mas social, que se estende a todos os países em que existe a sociedade contemporânea...»². Continuando esta ideia,

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 26, p. 40.

² K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 16, p. 12.

V. I. Lénine frisou que a situação económica da classe operária, as condições da sua emancipação e o inimigo de classe operária, não são nacionais mas internacionais¹. A existência do inimigo comum da classe operária gera a necessidade da luta unitária para alcançar o objectivo geral, a destruição do capitalismo e a construção da sociedade comunista. O internacionalismo como fenómeno histórico, ao surgir numa determinada etapa da luta dos trabalhadores pela libertação social, desenvolve-se à medida que se amplia esta luta: aprofunda-se o conteúdo do internacionalismo proletário e enriquecem-se as formas da sua expressão.

Com o surgimento do sistema socialista mundial os princípios do internacionalismo proletário estendem-se às relações entre os Estados socialistas, entre os povos dos países socialistas e os trabalhadores do mundo capitalista em luta pelos seus interesses de classes, entre a comunidade socialista e os países que iniciaram o caminho da libertação nacional.

Toda a história da formação do sistema socialista confirma este postulado desde a época em que a Rússia Soviética, esgotada pelas guerras sucessivas e enfrentando a fome, ao receber notícias das acções revolucionárias na Alemanha, enviou dois comboios de cereais para os operários e soldados revolucionários alemães; em que a RSFSR prestou auxílio militar, político e moral às repúblicas que surgiam nas províncias remotas do antigo império russo; em que a URSS ajudou a Mongólia a superar o atraso feu-

¹ Ver: V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 49, p. 324.

dal; em que concedeu auxílio político e material, enviando munições e voluntários, à República Espanhola na luta contra o fascismo. A União Soviética ergueu a sua voz em defesa do povo etíope, vítima da agressão italiana. Na Segunda Guerra Mundial, a URSS, ao suportar o peso principal da luta contra o fascismo alemão e ao derrotar o exército Quan Tung, o melhor do militarismo japonês, ajudou muitos povos da Europa e da Ásia a abalar o jugo dos invasores e a enveredar pelo caminho da independência nacional e construção da nova organização política socialista. Os países socialistas continuam também hoje a apoiar o movimento de libertação nacional em todos os continentes.

A solidariedade internacionalista dos países socialistas patenteia-se particularmente nos casos de agressão aberta contra qualquer país socialista e nos períodos de maior ameaça para a sua soberania nacional e o seu regime social por parte do imperialismo mundial ou da recção interna. Recorde-se alguns exemplos: quando a República Popular da Mongólia foi agredida em 1939 pelo Japão, a União Soviética assestou um golpe demolidor nos militaristas japoneses em Khalkhin-Gol; a União Soviética juntamente com os demais países socialistas ajudou a repelir a agressão imperialista contra a República Democrática Popular da Coreia; prestou um amplo apoio à heróica luta do povo vietnamita pela liberdade e independência. É notória a decisão com que a União Soviética e outros países socialistas defenderam a República de Cuba dos atentados das forças imperialistas dos EUA. E foi lógico que assim

acontecesse. Seria incompreensível que os partidos comunistas e operários governantes dos países socialistas se mantivessem neutros, contemplando indiferentes os ataques do imperialismo mundial e da reação interna às conquistas socialistas de um país; que os comunistas não reagissem à intervenção política e ideológica, à pressão econômica, à agressão militar e à chantagem praticada pelas potências imperialistas; desprezassem os interesses de classe nas relações entre os países socialistas; fizessem concessões no domínio dos princípios internacionalistas da unidade para satisfazer espíritos nacionalistas.

Cada Estado socialista e os seus partidos comunistas e operários estão conscientes da sua responsabilidade para com o futuro do socialismo e de toda a comunidade socialista, porque, invocando V. I. Lênine, as ideias do socialismo, em contraste com as leis da Roma Antiga assentes na divisão, unem os trabalhadores com as inquebrantáveis cadeias dos seus interesses, da sua consciência de classe; despertam a consciência de classe dos trabalhadores, associando-os numa aliança indestrutível¹.

Por isso os comunistas não ficaram indiferentes à onda contra-revolucionária na Hungria em 1956 e defenderam as conquistas socialistas do povo checoslovaco dos atentados da contra-revolução «silenciosa» em 1968.

O XIV Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia enfatizou nas suas resoluções que «a ajuda internacionalista dos nossos aliados foi indis-

¹ Ver: V. I. Lênine. *Obras Completas*, t. 35, p. 287.

pensável e acertada. Correspondeu aos interesses dos trabalhadores checoslovacos, da classe operária internacional, da comunidade socialista e do movimento comunista internacional. Evitou a guerra civil e o golpe de Estado contra-revolucionário no nosso país, salvou as posições do socialismo na Europa e eliminou a ameaça de revisão do balanço da Segunda Guerra Mundial¹.

A solidariedade de classe da comunidade socialista e do movimento comunista internacional, protegeu os interesses nacionais do povo checoslovaco e internacionais dos países socialistas das tentativas nacionalistas das forças reaccionárias e do oportunismo da direita, apoiadas pelo imperialismo. Isto permite-nos compreender a essência dos conceitos «nacional», «nacionalista» e «internacional» e confirma a justeza da tese marxista-leninista de que os interesses verdadeiramente nacionais convergem organicamente com os internacionais, que «as ideias *verdadeiramente* nacionais são ao mesmo tempo ideias verdadeiramente *internacionais*»². Quer dizer, apesar de serem categorias de classe, os interesses nacionais dos trabalhadores de um país correspondem aos interesses internacionais dos trabalhadores deste país e de outros países.

Ao mesmo tempo não se pode negar a existência de interesses nacionais e específicos dos países socialistas e reduzir os interesses internacionais da comu-

¹ O XIV Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia. Praga, 25-29 de Maio de 1971. Moscovo, 1971 p. 227.

² K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 33, p. 374.

nidade socialista à simples soma dos interesses nacionais dos Estados que a integram.

Os interesses nacionais dos países socialistas, ao lado dos universais e interentes a qualquer Estado (por exemplo: defesa da integridade territorial, da independência, etc.) incluem interesses particulares próprios dos Estados com novo regime social: garantia das condições favoráveis à edificação do socialismo, amizade e espírito de ajuda mútua nas relações com os outros países socialistas, luta contra o imperialismo, solidariedade proletária com os trabalhadores dos países capitalistas e solidariedade com o movimento de libertação nacional, luta pela paz e cooperação entre povos, etc.

O conteúdo dos interesses nacionais e estatais depende dos factores gerais e específicos, internos e internacionais. O factor mais importante é a natureza socialista do seu regime social. Ela determina o conteúdo geral e internacional dos interesses de todos os países socialistas e condiciona os seus aliados no cenário internacional, o seu interesse no fortalecimento das posições internacionais do socialismo, na consolidação da paz e na garantia do progresso social. Como factores internos aparecem o grau de maturidade do novo regime social no país; o nível de desenvolvimento das forças produtivas; o carácter da economia nacional, os recursos naturais, a mão-de-obra e a capacidade do mercado; a disposição das forças de classe, a estabilidade do regime socialista, etc. Dos factores internacionais, que influem no conteúdo dos interesses nacionais de cada Estado socialista, é de referir os seguintes: a correlação entre as forças do

socialismo e do capitalismo na arena internacional e o seu reflexo em cada país socialista; a situação internacional; o regime social e político dos Estados vizinhos e a sua política externa; o lugar na divisão do trabalho internacional e a nível de comunidade socialista; a participação em alianças e associações económicas, políticas e militares, em organizações internacionais, etc.

Como influi a participação de um país socialista na divisão internacional do trabalho no conteúdo dos interesses nacionais? Ela determina o interesse do país no estabelecimento de relações económicas com Estados cujos mercados estão adaptados à exportação e importação (matérias-primas ou produtos da indústria metalomecânica, artigos de primeira necessidade, etc.).

Os interesses dos países socialistas podem dividir-se em três grupos. Partindo do geral para o particular, convém destacar os interesses pelos problemas que afectam toda a Humanidade e adquirem cada vez mais importância na política externa e interna dos países socialistas. A estes diz respeito a luta contra a guerra enquanto fenómeno social, a redução dos armamentos, a conservação e utilização racional da natureza, o desenvolvimento da cooperação entre os povos, a criação de sistemas transcontinentais e mundiais de transporte e comunicações, a erradicação de doenças que afectam a espécie humana, a eliminação da fome, penúria e outros fenómenos herdados do jugo colonial e imperialista nos países em desenvolvimento. Estes interesses decorrem do progresso e traduzem os interesses da classe operária internacio-

nal enquanto força impulsionadora da época contemporânea. São ao mesmo tempo consoantes aos interesses das amplas massas populares de todos os países e continentes, tendo um considerável carácter democrático. Tudo isto favorece a consolidação da base objectiva da cooperação internacional.

A defesa dos interesses vitais de todos os povos, contribui para a elevação do papel e do prestígio da comunidade socialista na arena internacional. Simultaneamente o poderio e o desenvolvimento do próprio socialismo asseguram os interesses socialistas propriamente ditos, entre os quais se pode citar: a defesa das conquistas do socialismo na escala do sistema socialista mundial e de cada país que o integra; o progresso económico e cultural rumo ao socialismo e comunismo; a ampliação e aprofundamento da cooperação política, económica, científica e cultural entre os países socialistas; a consolidação da sua aliança com os países em luta pela independência completa do imperialismo; a solidariedade com o movimento revolucionário nos países capitalistas; acções coordenadas na luta pela paz em todo o mundo e segurança dos povos; a troca de experiência da luta pelo socialismo e comunismo; o desenvolvimento criador do marxismo-leninismo.

Enfim, cada país socialista também tem interesses específicos resultantes da realidade e do seu desenvolvimento, do nível de desenvolvimento da sua economia e cultura, da originalidade das suas tradições nacionais, das particularidades da situação internacional. Em certos casos estes interesses adquirem carácter internacional. Por exemplo, a luta do povo

vietnamita contra a agressão das forças imperialistas dos EUA, pela liberdade. Noutros casos o seu carácter é local.

A missão dos partidos marxistas-leninistas consiste em resolver tarefas nacionais concretas ao mesmo tempo que defendem os interesses da comunidade socialista. A experiência mostra que só assim é garantida a combinação harmoniosa dos elementos internacional e nacional na actividade de cada destacamento do socialismo mundial e favorecido o seu progresso acelerado. Assinale-se que a óptica correcta e realista nunca conduz à contraposição dos interesses específicos e gerais, pois estes são interdependentes e interpenetrantes; os interesses nacionais convergem no essencial com os internacionais.

Falando dos interesses nacionais e internacionais dos países socialistas, é importante sublinhar que a sua convergência e combinação orgânica constituem uma importante condição do fortalecimento da unidade dos países socialistas.

Por isso convém examinar as premissas que determinam esta combinação. Já foi dito que os interesses nacionais dos países socialistas por um lado coincidem e por outro têm as suas particularidades. O mesmo acontece com a correlação entre os interesses nacionais e internacionais de cada país socialista.

Certamente, será prematuro falar do desaparecimento das diferenças entre os interesses nacionais e internacionais, o que levaria à convergência demasiado rápida das economias nacionais, ao estabelecimento da planificação para todo o sistema socialista, etc. A comunidade socialista na etapa actual desen-

volve-se em duas direcções: primeiro, crescem as forças produtivas de cada país socialista, eleva-se o seu nível económico, cultural e de instrução; segundo, aproximam-se os países socialistas, aprofunda-se a cooperação entre eles e amplia-se a integração económica dos países membros do CAME.

Há vários exemplos concretos neste campo. Interesses divergentes no domínio da cooperação económica podem surgir entre países fornecedores de matérias primas e produtos agrícolas e produtores de máquinas e equipamento, cuja exportação é economicamente mais rentável; divergências análogas podem verificar-se aquando do estabelecimento dos preços dos produtos exportados e importados e entre dois países que fabricam produtos análogos de exportação, etc. Todos estes problemas são resolvidos através de acordos multilaterais e da análise prática das questões existentes entre os dois países ou a nível do CAME. Por exemplo, no que respeita a preços, o Programa de aprofundamento e aperfeiçoamento da cooperação e desenvolvimento da integração económica dos países membros do CAME estipula que os países socialistas «continuarão a estabelecê-los na base dos preços vigentes no mercado mundial, exceptuando a influência prejudicial dos factores conjunturais do mercado capitalista»¹.

Os países irmãos acumularam uma rica experiência de resolução conjunta de problemas políticos e

¹ *Programa de Aprofundamento e Aperfeiçoamento da Cooperação e Desenvolvimento da Integração Económica dos Países Membros do CAME*, Moscovo, 1972, p. 49, ed. em russo.

económicos complexos; todas as dificuldades que surgem são ultrapassadas na luta unitária pelos objectivos comuns e na base da unidade dos interesses vitais dos Estados socialistas. Ao lado desta experiência, aparecem processos objectivos de aproximação dos níveis de desenvolvimento económico, técnico e cultural dos países socialistas, que também contribui para a aproximação dos interesses nacionais. Um importante papel nas relações entre os países socialistas é desempenhado pelos organismos permanentes — o CAME, a Organização do Tratado de Varsóvia, as comissões e os comités bilaterais e multilaterais, etc.

A política dos partidos comunistas e operários governantes tem grande influência na concordância dos interesses nacionais. Como a sua experiência de direcção da edificação socialista não é igual, a aproximação dos interesses nacionais é mais rápida, quando estes partidos na construção do socialismo se guiam pelos princípios marxistas-leninistas. Daí que os factores subjectivos desempenhem actualmente um papel considerável na consolidação da unidade.

Convém ter em conta que nalguns países, que há relativamente pouco tempo iniciaram a edificação do socialismo, ainda se conserva o elemento pequeno burguês, embora sem propriedade privada, e noutros, mesmo a propriedade privada da terra e a pequena indústria privada. É que o mundo capitalista procurará sempre impedir a estabilização do sistema socialista mundial, limitar a influência do socialismo sobre as amplas massas populares nos países não socialistas, dividir o mundo socialista e minar a sua unidade.

Os factores objectivos de aproximação dos países

socialistas são dominantes quando se trata de problemas da unidade e decisivos em situações graves. No campo político e económico, as leis objectivas de reforço da cooperação neutralizam em grande parte os factores subjectivos negativos e quando é necessário tomar decisões imediatas (em caso de agressão, agravamento da situação internacional, dificuldades em certos sectores da indústria, por exemplo, na energética e de combustíveis, más colheitas, etc.). Na esfera ideológica, a influência dos factores subjectivos é maior. Estes são mais difíceis de detectar e normalizar. Daí a importância de saber utilizar os factores objectivos para eliminar a influência negativa dos factores subjectivos nas questões da unidade.

Há vários factores que contribuem para a superação das contradições não antagónicas no mundo socialista, entre os quais é digna de citação a busca de medidas mais eficientes e operacionais com vistas ao nivelamento do desenvolvimento económico de alguns países socialistas; a participação de todos os países socialistas na realização de tarefas nacionais: caso do Vietname, o reconhecimento internacional da inviolabilidade das fronteiras ocidentais da Polónia, da RDA e da Checoslováquia, o reconhecimento em termos de direito internacional da RDA, o problema da unificação da Coreia, etc. Contribui para o efeito a participação activa dos países socialistas na solução de importantes problemas internacionais, designadamente a segurança europeia, a luta pelo desarmamento, a cooperação no domínio da protecção da natureza, do desenvolvimento dos transportes, da indústria energética, etc.

A vida testemunha que a tendência para o reforço da unidade e da coesão é dominante.

Na Declaração programática do Partido Socialista Operário Húngaro diz-se: «O processo multiforme de formação e generalização das relações de novo tipo avança apesar das dificuldades. De acordo com os princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, a consolidação da unidade e o fracasso das tentativas de divisão correspondem aos interesses de todos os povos que constroem o socialismo e são, ao mesmo tempo, factores muito importantes da luta pelo progresso da Humanidade e pela paz»¹.

Erich Honecker, Secretário Geral do CC do PSU da Alemanha e Presidente do Conselho de Estado da RDA no Relatório ao IX Congresso do PSUA realizado em Maio de 1976 sublinhou: «A nossa experiência confirma que a unidade cada vez mais estreita consitui uma condição imprescindível para que as vantagens do socialismo e o seu dinamismo possam revelar-se em pleno no interesse de cada país socialista e de toda a comunidade. O nosso partido não olhará a esforços para alcançar este objectivo»².

Uma ideia parecida foi avançada na revista teórica e política do CC do Partido Comunista da Che-

¹ O XI Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro. Budapeste, 17-22 de Março de 1975. Moscovo, 1975, p. 253, ed. em russo.

² O IX Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha. Berlim, 18-22 de Maio de 1976, p. 12, ed. em russo.

coslováquia, «Nová Mysl»: «A experiência histórica demonstra que os êxitos na edificação da nova sociedade e na luta pela paz em todo o mundo estão estreitamente relacionados com o reforço da coesão dos países socialistas que constitui a base da unidade de todas as forças revolucionárias no mundo e é o factor permanente do aumento da influência do socialismo no processo revolucionário mundial. Por isso, qualquer desprezo ou violação da unidade dos países socialistas e das suas vanguardas, partidos comunistas, e dos princípios do internacionalismo proletário conduz à redução da influência do socialismo no desenvolvimento mundial, à diminuição dos ritmos de desenvolvimento de cada país socialista e ao debilitamento de todo o campo socialista»¹.

A reunião do Comité Político Consultivo dos Estados signatários do Tratado de Varsóvia celebrada em Maio de 1980 em Varsóvia apreciou positivamente os êxitos alcançados no fortalecimento da amizade e no desenvolvimento da cooperação, ampla e multiforme, entre os países. Na Declaração então adoptada salienta-se que «as mudanças radicais na correlação das forças na arena internacional, a consolidação das posições e da influência do socialismo no mundo, os êxitos da luta revolucionária anti-imperialista dos povos e das forças de libertação nacional criaram as condições necessárias para que a política dos países socialistas e as acções unitárias dos Estados e povos amantes da paz conduzissem a importantes alterações em todo o sistema de relações

¹ *Nová Mysl*, č. 5, 1976, s. 95.

internacionais, à consolidação da paz e da segurança internacional».

A preocupação pela unidade e coesão no seio dos partidos comunistas e operários nos países socialistas e dos partidos irmãos noutros países está patente em todos os foruns do movimento comunista internacional. Vem reflectida nos documentos das conferências internacionais dos partidos comunistas.

A ideia de solidariedade entre os partidos irmãos, entre os trabalhadores de todos os países perpassa o Documento da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa que teve lugar em Junho de 1976 em Berlim. «A luta pelo socialismo nos seus países e a responsabilidade de cada partido perante a classe operária e o povo do seu país — destaca-se no Documento —, estão ligadas à solidariedade entre os trabalhadores de todos os países e de todos os movimentos progressistas e povos na luta pela liberdade e consolidação da independência, pela democracia, pelo socialismo e pela paz em todo o mundo.»¹

O encontro de representantes dos partidos comunistas e operários da Europa realizado nos fins de Abril de 1980 em Paris, confirmou uma vez mais a importância e a necessidade de fortalecer as acções dos partidos irmãos. Este encontro comprovou que os comunistas são internacionalistas em todo lado: mesmo os problemas regionais ou nacionais eles resolvem levando em consideração os interesses de todo o movimento comunista. «A luta de classes internacional,

¹ *Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa*. Berlim, 29-30 de Junho de 1976, p. 20.

por um lado — disse o representante do Partido Comunista da Áustria E. Scharf — assim como a irresponsabilidade e a agressividade da política imperialista que ameaçam toda Humanidade, por outro, acentuam uma vez mais a importância da unidade solidária internacional dos partidos comunistas”.

O PCUS luta conseqüente e invariavelmente pela consolidação da amizade e cooperação dos países socialistas, respeita e defende os interesses de cada Estado irmão. «No que respeita às relações com os países do socialismo — frisou L. I. Bréjnev —, o PCUS norteia-se firmemente por uma fórmula já comprovada: agir dentro do espírito de autêntica igualdade e interesses pelos sucessos de todos e apontar soluções em prol dos interesses nacionais e internacionais. Ao nosso ver, quaisquer problemas que surjam devem ser resolvidos de modo a fortalecer a amizade, a unidade e a cooperação. Precisamente nesta base assentam as nossas relações com os Estados socialistas irmãos, Bulgária, Hungria, Vietname, RDA, República Popular Democrática da Coreia, Cuba, Mongólia, Polónia, Roménia, Checoslováquia, Jugoslávia”¹.

A combinação harmoniosa dos interesses nacionais e internacionais reveste-se de grande importância para a construção do socialismo em cada país e o fortalecimento do poderio da comunidade socialista em geral. Aqui há que ter presente que os factores

nacionais e internacionais estão dialecticamente unidos e interligados: os factores nacionais favorecem os processos internacionais e, inversamente, os factores internacionais aprofundam e diversificam os processos nacionais. Os interesses nacionais e internacionais dos países socialistas aproximam-se uns dos outros organicamente. Há várias esferas e direcções em que a aproximação dos interesses nacionais e internacionais é mais dinâmica:

a garantia da unidade nacional do povo de cada país socialista. A unidade nacional forma-se sob a direcção da classe operária aliada a outros trabalhadores da cidade e do campo e assenta na comunidade de objectivos de diferentes classes e camadas na luta pelo socialismo no país. Isto corresponde aos interesses de cada Estado socialista e aos interesses da comunidade socialista;

os países que após a Segunda Guerra Mundial optaram pelo socialismo, só conseguiram manter-se nesta órbita superando a divisão no seio da classe operária, o que se expressou na fusão dos partidos comunistas e social-democratas na base dos princípios do marxismo-leninismo. Os partidos marxistas-leninistas deste tipo reúnem os trabalhadores para garantir a edificação do socialismo. Isto corresponde aos interesses de cada Estado socialista e aos interesses da comunidade socialista;

com a edificação do socialismo fortalecem-se as bases organizativas do Estado; as amplas massas trabalhadoras são atraídas para a vida social e política, aumentam o prestígio político e o papel do país nos assuntos internacionais. Isto corresponde aos interes-

¹ L. I. Bréjnev. *Pelo Rumo Leninista. Discursos e Artigos*, t. 5, p. 455.

ses de cada Estado socialista e aos interesses da comunidade socialista;

cada Estado socialista está antes de mais interessado no desenvolvimento económico e cultural acelerado, no progresso técnico e científico e no ascenso de toda a economia nacional de modo a assegurar a elevação constante do nível de vida do povo. Tudo isto, em suma, fortalece o Estado socialista e corresponde aos interesses de toda a comunidade;

todos os Estados socialistas procuram fortalecer a sua capacidade de defesa e manter invioláveis as suas fronteiras. Este é também um dos objectivos da comunidade socialista. A história mostra claramente que hoje em dia é possível repelir as agressões do imperialismo e defender a integridade do seu país só com o apoio e a ajuda dos países socialistas;

a tarefa nacional do Estado socialista é educar os trabalhadores no espírito do patriotismo socialista e do internacionalismo proletário. A unidade dos principais interesses económicos e políticos dos povos destes Estados, resultante da crescente homogeneidade social própria da edificação socialista, ao mesmo tempo que fortalece o Estado, cimenta a comunidade;

a identidade de regime social e ideologia nos países socialistas, os objectivos comuns e os esforços dos partidos irmãos com vistas à consolidação dos países socialistas na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo socialista levam inevitavelmente ao estabelecimento de amplas relações entre os Estados socialistas, contribuem para o aprofundamento da cooperação a nível de organismos políticos

e sociais, unidades de produção, estabelecimentos de ensino, colectivos de trabalhadores, de relações de amizade, respeito e confiança mútuos entre os povos dos países irmãos;

o Estado socialista está interessado no desenvolvimento das relações económicas, científicas e técnicas multiformes com os outros países. Estas relações desenvolvem-se com particular dinamismo no quadro do Conselho de Ajuda Mútua Económica. As acções coordenadas e a unidade dos interesses dos países socialistas na esfera dos laços económicos, científicos e técnicos permitem a cada um deles repelir os ataques de alguns países capitalistas e das multinacionais, ajudam a reduzir as consequências da inflação e das crises que abalam o mundo capitalista e os seus reflexos negativos na economia nacional e na economia da comunidade socialista;

os países socialistas unidos pela ideologia do marxismo-leninismo e pelos objectivos comuns estão em condições de se opôr à actividade ideológica subversiva da burguesia internacional e demonstram interesse em combater em conjunto a influência das concepções burguesas;

a paz é uma condição indispensável do êxito da edificação socialista. Cada Estado socialista cumpre o seu dever internacionalista perante toda a comunidade socialista na luta pela paz, pelo desanuviamiento internacional e pela aplicação dos princípios de coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes;

os países socialistas enquanto Estados dos trabalhadores solidarizam-se com o movimento revolucio-

nário internacional e a luta dos operários dos países capitalistas contra a ditadura da burguesia, exploração do povo trabalhador e o poder dos monopólios e lutam consequentemente contra o imperialismo, pela democracia e pelo socialismo;

o Estado socialista em função da sua natureza social é solidário com as aspirações dos povos à liberdade e independência, à libertação do jugo colonial. Cada país socialista em particular e a comunidade socialista em geral apoiam por todos os meios os movimentos de libertação nacional, defendem os interesses legítimos dos países recém-libertados nas organizações e foruns internacionais, ajudam-nos na reconstrução das suas economias nacionais, na formação dos quadros, no ascenso cultural, na criação da estrutura política e na luta anti-imperialista.

Ora, os interesses autenticamente nacionais do Estado socialista coincidem com os seus interesses internacionais em todas as esferas da vida económica, política e ideológica, o que se explica pelas leis objectivas de desenvolvimento do regime socialista e pela actividade orientadora e impulsionadora dos partidos comunistas e operários que se identificam com as posições do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

O internacionalismo proletário como importante princípio do marxismo-leninismo pressupõe a unidade e solidariedade da classe operária de todos os países na luta contra o capitalismo e pela edificação do regime novo, justo e socialista; a defesa dos interesses nacionais e internacionais da classe operária de cada

país, a igualdade e independência dos povos, a luta pelo desenvolvimento e aprofundamento da amizade e cooperação entre eles; a fidelidade ao marxismo-leninismo, a luta contra a ideologia burguesa, o nacionalismo e o oportunismo.

Com a formação do sistema socialista mundial surgiu o internacionalismo socialista que significa a extensão dos princípios do internacionalismo proletário não só às relações entre diversos destacamentos nacionais da classe operária e os seus respectivos partidos, entre a classe operária e os partidos comunistas, por um lado, e os povos em luta pela libertação nacional e progresso social, por outro, entre os trabalhadores de diferentes países, mas também às relações entre Estados que iniciaram a edificação do regime socialista.

A Declaração da Conferência de representantes dos partidos comunistas e operários dos países socialistas de 1957 estipula que os princípios do marxismo-leninismo comprovados pela vida e os princípios do internacionalismo proletário constituem a base das relações entre os países do sistema socialista mundial e todos os partidos comunistas e operários. «Os países socialistas — prossegue a Declaração — nas suas relações regem-se pelos princípios de igualdade entre os Estados socialistas, de respeito pela integridade territorial, a independência política e a soberania, de não ingerência nos assuntos internos de cada um. Estes princípios são muito importantes, contudo, não esgotam a essência das relações entre os países socialistas. Uma parte integrante delas é constituída pela ajuda mútua, na qual o princípio do internaciona-

lismo socialista encontra a sua máxima expressão”¹.

O internacionalismo socialista materializa-se na integração económica socialista assente na cooperação cada vez mais estreita e na ajuda mútua dos países socialistas em todas as esferas do desenvolvimento económico; nas acções coordenadas no campo da política externa visando o fortalecimento das posições internacionais do socialismo e a garantia das condições necessárias ao cumprimento dos planos da edificação socialista e comunista; nas acções conjuntas contra o imperialismo, em defesa dos trabalhadores dos países capitalistas e em apoio dos movimentos de libertação nacional.

O crescente poderio e influência dos países socialistas na evolução do mundo permitiram ao movimento anti-imperialista alcançar êxitos assinaláveis. Em função das alterações da correlação das forças a favor do socialismo, o sistema capitalista sofreu sucessivos fracassos. Exemplificam-no a vitória das forças revolucionárias no Vietname, no Laos, no Campuchea, em Angola, na Etiópia e no Afeganistão, assim como os importantes acontecimentos que ocorreram em vários países europeus.

É evidente a ligação entre o desenvolvimento e fortalecimento da comunidade socialista e os êxitos dos movimentos comunista e de libertação nacional e entre os sucessos das forças progressistas e o cres-

¹ *Documentos Programáticos da Luta pela Paz, pela Democracia e pelo Socialismo*. Moscovo, 1961, p. 10, ed. em russo.

cente poderio do socialismo. A cada vez maior influência dos partidos comunistas e operários nos países capitalistas e as vitórias do movimento de libertação nacional dependem em grande parte do poderio e do prestígio dos países socialistas na arena internacional. Ao mesmo tempo os países socialistas gozam constantemente do apoio dos trabalhadores dos países capitalistas e de todas as forças progressistas que são solidárias com o mundo socialista e lutam pela paz e segurança dos povos, o que cria condições favoráveis à construção do socialismo e do comunismo. «Nós, comunistas soviéticos, e os comunistas dos países socialistas — destacou L. I. Bréjnev na Conferência dos partidos comunistas e operários da Europa em Berlim — estamos profundamente gratos aos camaradas dos países capitalistas que se solidarizaram connosco tanto nos episódios mais difíceis da nossa história como nos dias de trabalho pacífico. Da nossa parte expressamos constantemente a nossa solidariedade com a luta dos nossos irmãos de classe no mundo capitalista e procuramos prestar-lhes apoio moral e político”¹.

Daí a necessidade de reforçar a solidariedade dos povos dos países socialistas e dos trabalhadores do mundo capitalista na luta contra o imperialismo, as forças reaccionárias e belicistas e o aumento do significado do dever internacionalista de defender os interesses de classe do socialismo real. Ao mesmo tempo a experiência testemunha que a solidariedade

¹ *Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa*. Berlim, 29-30 de Junho de 1976, p. 82.

internacionalista e a unidade são imprescindíveis não só para alcançar êxitos na luta pelos objectivos avançados, mas também para fortalecer os resultados já alcançados.

Os inimigos do socialismo e do movimento revolucionário internacional também o compreendem. Por isso os teóricos burgueses se esforçam por desacreditar o socialismo real e caluniar a União Soviética. Contudo, os povos vêem que o prestígio e influência da URSS, o seu poderio e papel na solução dos problemas de desenvolvimento mundial, bem como a sua força atractiva para os trabalhadores de todos os países aumentam de ano para ano. O princípio do internacionalismo proletário é alvo de raivosos ataques; os inimigos de classe procuram cindir o movimento comunista internacional e dividir as forças revolucionárias.

Referindo-se a questões do internacionalismo proletário, o Secretário Geral do Partido Comunista do Canadá William Kashtan escreveu: «A tarefa dos comunistas consiste em combinar correctamente a luta pelos interesses nacionais dentro do seu próprio país com a luta pelos interesses e pelas conquistas revolucionárias da classe operária internacional. Centrar a atenção exclusivamente nas questões nacionais, desprezando a luta da classe operária no palco internacional significa colocar-se nas posições do nacionalismo... A principal fonte da força do movimento comunista internacional reside na aplicação consequente do princípio do internacionalismo proletário. Só assim o movimento comunista pode contar com vitórias decisivas. O internacionalismo proletário se-

ria uma palavra oca sem o reconhecimento do papel e da importância da União Soviética, de toda a comunidade socialista”¹.

O internacionalismo possibilita a combinação orgânica dos objectivos internacionalistas do movimento comunista e operário internacional, os objectivos da luta geral pela libertação da Humanidade, pela paz e pelo progresso com os interesses patrióticos nacionais. O PCUS actua como um dos destacamentos do movimento comunista internacional, identificando-se com este e tomando consciência da sua responsabilidade pela causa comum.

Realçando o significado do internacionalismo proletário para o movimento comunista internacional, L. I. Bréjnev afirmou: «Gostaria de salientar a importância do internacionalismo proletário nas condições actuais. Trata-se de um dos princípios mais importantes do marxismo-leninismo. Lamentavelmente, não falta quem o interprete de maneira que de internacionalismo pouco fica. Há também que proponha a renúncia completa ao internacionalismo. Em sua opinião, o internacionalismo que Marx e Lênine elaboraram e defenderam, desactualizou-se. Nós, entretanto, pensamos que renunciar ao internacionalismo proletário é o mesmo que privar os partidos comunistas e o movimento operário em geral de uma arma poderosa já provada em combates. Seria, portanto, uma concessão ao inimigo de classe, que a propósito coordena activamente as suas acções

¹ *Communist Viewpoint*, Vol. 8, nº 2, March-April, 1976, pp. 15-16.

anticomunistas à escala internacional. Nós, comunistas soviéticos, consideramos que a defesa do internacionalismo proletário é um dever de cada marxista-leninista”¹.

Toda a história, toda a experiência do movimento comunista atestam que a comunidade socialista formou-se e desenvolve-se constantemente, a luta prossegue, os partidos comunistas consolidam-se e as forças anti-imperialistas multiplicam-se graças ao internacionalismo proletário.

¹ *Relatório ao XXV Congresso do PCUS*, pp. 71-72.

**OS FACTORES ECONÓMICOS
E OS FACTORES DA POLÍTICA INTERNA
QUE DETERMINAM
A APROXIMAÇÃO E A COOPERAÇÃO
ENTRE OS ESTADOS SOCIALISTAS**

*A formação
dos países socialistas*

Foi na luta contra o fascismo e o militarismo japonês que se forjou a fraternidade entre os povos sibiugados da Europa e do Extremo Oriente e o povo soviético, que suportou o maior peso da guerra contra o exército hitleriano, desempenhou o papel decisivo na derrota da Alemanha fascista e dos seus aliados e desferiu o golpe demolidor nas tropas de elite dos militaristas japoneses que ocupavam a China e a Coreia.

A libertação, pelo Exército Soviético, dos países do Leste e Sueste da Europa do jugo fascista e a derrota do exército japonês Quan Tung no Extremo Oriente criaram condições para a vitória em vários países das forças progressistas e das revoluções democrático-populares, bem como para a transformação das últimas em revoluções socialistas na sequência das quais, por volta dos anos 50, o regime socialista se arraigou em quase todos os países da democracia popular.

O sistema socialista mundial formou-se numa luta dura contra os inimigos internos e externos, que desde o início procuraram esmagar o regime recém-nascido

e cortar os primeiros rebentos da nova sociedade nos países que tinham acabado de se libertar dos regimes reaccionários e da ocupação fascista. Nalguns países foi preciso vencer o atraso reconstruindo a economia devastada pela guerra. A partir do momento em que foi estabelecido o regime da democracia popular, os povos enfrentaram problemas políticos internos prementes. Ao mesmo tempo que era necessário criar a nova organização política, urgia assegurar uma vida económica normal no país, reconstruir a economia nacional devastada e desorganizada, pôr de novo em funcionamento as empresas industriais e normalizar a agricultura.

Enquanto os povos que iniciaram a edificação da nova sociedade se esforçavam por reconstruir a economia e normalizar a vida, os círculos imperialistas tentavam subordinar economicamente os países da democracia popular, impedir as transformações sociais e políticas e desviá-los para a órbita do capitalismo.

Aproveitando-se da difícil situação em que se encontrava a economia dos países da democracia popular, o imperialismo dos Estados Unidos procurou impor-lhes o famoso «plano Marshall», dirigido contra os seus interesses nacionais e soberania. Claro que este plano não foi aceite. Nem podia sê-lo. Em resposta, os governos dos EUA, da Inglaterra e de outros países europeus adoptaram uma política de boicote económico dos países da democracia popular e da URSS. Foi declarada uma verdadeira guerra económica contra estes países. As medidas de pressão económica então utilizadas não tinham precedentes em tempos de paz. A lista das mercadorias

estratégicas, isto é, mercadorias cuja exportação para determinados países era proibida, incluía, por exemplo, instalações e equipamentos para empresas de laticínios, etc. Chegou mesmo a ser instituído um organismo internacional de controlo da exportação de artigos para a URSS e para os países da democracia popular, a Organização Internacional de Controlo Estratégico¹. O objectivo era obstruir o desenvolvimento económico destes países, inviabilizar a utilização das descobertas técnicas e científicas e frustrar a edificação da nova sociedade.

O bloqueio económico e a discriminação na esfera comercial criaram dificuldades à União Soviética e aos jovens Estados da democracia popular que tinham que reconstruir cidades, empresas, minas, centrais eléctricas, transportes e agricultura e abastecer de alimentos a população. Porém, a vida demonstrou a inconsistência das tentativas do imperialismo de impedir o progresso do novo regime social. Entretanto, o bloqueio e a discriminação levaram a União Soviética e os países da democracia popular, a intensificar as suas relações económicas, a ampliar e aprofundar a cooperação multilateral entre si.

Recorde-se que a União Soviética foi o país que mais contribuiu para a derrota da Alemanha fascista e maiores prejuízos suportou. Vinte milhões de Sovi-

¹ Este organismo internacional tinha duas secções: Co-com - Coordinating Committee, o comércio com a URSS e os países europeus da democracia popular; Chicom - China Committee, o comércio com a República Popular da China. Era composto pelos países da NATO (excepto a Islândia) e pelo Japão (no total, 15 países).

tigos foram mortos, não havendo uma única família que não fosse atingida pela guerra. Cidades, vilas e aldeias ficaram em ruínas; a guerra prejudicou seriamente a indústria e a agricultura. O volume de produção industrial da União Soviética em 1946, primeiro ano do pós-guerra, foi 23% inferior ao de 1940. Setenta mil aldeias e vilas foram assoladas e queimadas; metade do fundo habitacional nas cidades ocupadas foi destruído. Na Segunda Guerra Mundial, a União Soviética perdeu cerca de 30% da sua riqueza nacional.

Os países ocidentais que participaram na guerra também sofreram grandes perdas. No entanto, os que falsificam a história, os que procuram a despeito dos factos diminuir o papel da União Soviética na vitória sobre o fascismo e na libertação da Europa, silenciar as perdas da URSS e exagerar a sua contribuição, não devem esquecer-se de que a guerra atingiu apenas 0,8% da riqueza nacional da Inglaterra, 1,5% da França e trouxe o *boom* económico dos Estados Unidos. Em resultado, a parte dos EUA na produção industrial do mundo capitalista aumentou em 1947 até 62% (41,4% em 1937). A revista norte-americana *Fortune*, observou a propósito: «Só os Estados Unidos saíram da guerra mais fortes do que quando entraram nela: a sua economia desenvolveu-se, o seu poder militar aumentou numa escala gigantesca e o território nacional não foi afectado»¹.

O regime socialista permitiu ao povo soviético não só reconstruir rapidamente a sua economia naci-

¹ *Fortune*, 1975, April, p. 153.

onal, mas também colocar-se em prazos historicamente curtos entre os Estados mais poderosos e desenvolvidos do mundo.

Apesar das enormes destruições, o povo soviético já em 1948 ultrapassou o nível de produção industrial de 1940. Mais ainda, a maior parte desta produção era fabricada em empresas recém-construídas ou reconstruídas e equipadas com tecnologia moderna. Em especial, incrementou-se a indústria pesada, que em 1948 superou em 30% o nível anterior à guerra.

Hoje a indústria soviética produz mais do que todo o mundo produzia antes da Segunda Guerra Mundial. Em 1938, a produção mundial de energia eléctrica totalizou 428 biliões de kWh, enquanto em 1980 a União Soviética produziu 1295 biliões de kWh. Em outros ramos os índices são os seguintes: produção mundial de aço (1938), 104 milhões de toneladas, URSS (1980), 148 milhões de toneladas; produção mundial de petróleo (1938), 266 milhões de toneladas, URSS (1980), 603 milhões de toneladas (incluindo gás condensado).

A União Soviética ao mesmo tempo que se debatia com as grandes dificuldades inerentes à reconstrução da economia, ajudava os países da democracia popular em combustíveis e alimentos, quadros especializados e medicamentos, matérias-primas e equipamentos, ou seja, em tudo o necessário para normalizar a vida, pôr em actividade empresas industriais e desenvolver a economia nacional.

Então, os países europeus da democracia popular estabeleciam relações económicas entre si. Isso contribuiu para a consolidação económica, suprimiu a

orientação tradicional para o sistema capitalista e lançou as bases da aproximação das economias dos países da comunidade socialista.

Possibilitou aos países da democracia popular reconstruir em prazos curtos o que fora destruído pela guerra e proceder à edificação económica e política.

O plano trienal de reconstrução da Polónia (1947-1949) foi cumprido em 2 anos e 10 meses; a produção global das grandes e médias empresas superou em 75% a de 1937. A Checoslováquia, ao realizar o plano bienal (1947-1948), ultrapassou o nível de produção industrial anterior à guerra, havendo a indústria pesada proporcionado 124,6% do volume de 1937. Na Hungria, o plano trienal (1947-1949) de reconstrução da economia nacional foi cumprido antes dos prazos previstos; a produção industrial registou um aumento de 53,4% relativamente a 1938, as indústrias pesada e ligeira 74,1% e 38,5% respectivamente. Na Bulgária, na sequência do cumprimento do plano bienal a produção industrial aumentou 75% em relação a 1939, as indústrias pesada e ligeira 123% e 55% respectivamente. Em 1949, ano da formação da República Democrática da Alemanha, no seu território foi alcançado um nível económico igual ao anterior à guerra.

O apoio e a ajuda multilateral da União Soviética asseguraram o desenvolvimento e a estabilização das transformações revolucionárias nos países da democracia popular, bem como a sua defesa face às tentativas da reacção interna de obstruir a formação do novo regime social. O facto sem precedentes na his-

tória de depois de sofrer enormes perdas materiais e humanas e ser afectada pela guerra e pelas devastações causadas pelos ocupantes fascistas, ter ajudado outros Estados, elevou indiscutivelmente o prestígio da União Soviética e dos partidos comunistas e operários dos países da democracia popular, ajudando-os a ganhar para o seu lado amplas massas e a aumentar a sua influência nelas.

Em resultado foi liquidada a cisão no seio do movimento operário e os partidos comunistas e social-democratas uniram-se na base dos princípios do marxismo-leninismo, formando partidos unificados da classe operária.

Os partidos comunistas e operários dos países da democracia popular aplicaram uma série de medidas destinadas a preparar o terreno para a transformação da revolução democrática e popular em revolução socialista. Em todos estes países nacionalizaram-se os principais meios de produção, iniciou-se a industrialização da economia nacional. Deram-se os primeiros passos para transformar a agricultura. Por exemplo, na Roménia a reforma agrária pôs termo à propriedade latifundiária; na Checoslováquia, na etapa inicial foram confiscadas as terras de todos os traidores e inimigos do povo e, mais tarde, em 1948, as explorações com mais de 50 hectares. Os partidos comunistas e operários prosseguiram invariavelmente a democratização do regime político.

Tudo isto levou os elementos burgueses e pequeno-burgueses que ambicionavam manter estes países na órbita do capitalismo a entrar em luta política

aberta contra os partidos comunistas e operários que dirigiam as massas populares para as transformações socialistas.

A experiência da edificação socialista na União Soviética, o seu apoio e ajuda multilateral na reconstrução da economia e na normalização da vida nos países que se libertaram desempenharam um papel inapreciável na vitória das forças progressistas. A gestão e desenvolvimento da nova sociedade nestes países correspondiam às condições existentes em cada um deles, o que se expressou nas particularidades da formação do aparelho de Estado, nas relações entre os partidos, na duração do período de transição, nas peculiaridades da etapa inicial da edificação socialista, etc.

As potências imperialistas, tentando manter a todo o custo os países de opção democrático-popular sob o seu controlo, procuraram, além das tentativas de aproveitar no seu interesse a destruição e as dificuldades económicas destes países, pressioná-los politicamente e criar um clima de tensão e instabilidade a sua volta, aplicando uma política de «mão férrea», tentando ingerir-se nos seus assuntos internos e fazendo acusações provocatórias. Por exemplo, os círculos governantes dos Estados Unidos e da Inglaterra insistiram no «direito à observação», isto é, ingerência nas eleições parlamentares, procuraram impor leis eleitorais e exigiram que nos governos entrassem serventuários; a Albânia foi acusada de afundar navios militares ingleses no estreito de Korfu; os países da democracia popular limítrofes da Grécia foram acusados de violação da integridade territorial desta últi-

ma; a Bulgária, a Hungria e a Roménia de transgredirem acordos de paz e violarem direitos humanos, etc.

As provocações políticas andavam passo a passo com a ofensiva ideológica; os teóricos e ideólogos burgueses esforçavam-se por apresentar o regime da democracia popular como «antidemocrático», «totalitário» e «anti-humano».

A União Soviética pronunciou-se consequentemente em defesa da independência e soberania dos países democrático-populares, desmascarou as acusações provocatórias contra eles, não admitiu que a ONU fosse utilizada como instrumento de ingerência nos seus assuntos internos, contribuiu para a elevação do seu papel no sistema das relações internacionais e, com todo o poder e prestígio que adquiriu desde a sua formação e sobretudo nos anos da luta contra o fascismo, defendeu os Estados de orientação socialista dos ataques e dos actos de agressão imperialistas.

Há que constatar que a luta da União Soviética por uma ordem social justa e pela criação de condições para um desenvolvimento livre, independente e democrático no pós-guerra começou ainda durante a guerra.

Já na cimeira que teve lugar em Teerão entre 28 de Novembro e 1 de Dezembro de 1943 e na qual participaram os chefes dos governos da URSS, da Grã-Bretanha e dos EUA, a União Soviética pronunciou-se contra o plano anglo-americano de desmembramento da Alemanha depois da guerra. O Governo soviético nunca foi partidário dessa ideia e, por isso ao participar na discussão dos planos avan-

çados pelos Estados Unidos e pela Inglaterra não permitiu que fosse tomada uma decisão concreta sobre o assunto. Estes planos passaram à consideração da Comissão Consultiva Europeia com sede em Londres e, depois, da comissão especial, onde foram definitivamente postos de lado.

Em 1944, quando sob os golpes do Exército Vermelho os antigos aliados da Alemanha saíam da guerra, a União Soviética fez os possíveis para que todos os acordos de armistício fossem democráticos e justos. Para não sobrecarregar as economias destes países, a União Soviética pediu reparações que indemnizavam parcialmente os prejuízos que lhe foram causados durante a guerra¹.

A União Soviética teve de travar uma luta inextinguível em defesa dos países que se libertaram na Conferência da Paz em Paris (29 de Julho — 15 de Outubro de 1946), na qual participaram 21 Estados e se discutiram projectos de acordos de paz com a Itália, a Roménia, a Bulgária, a Hungria e a Finlândia. Ali destacaram-se duas atitudes quanto à regularização pacífica na Europa. A União Soviética defendeu o estabelecimento de uma paz sólida e duradoura, o desanuviamento internacional e o desen-

¹ Por exemplo, G. Tatarescu, então ministro de Negócios Estrangeiros da Roménia, declarou na Conferência da Paz em Paris (1946): «Quanto às reparações em benefício dos Estados aliados e coligados, é impossível silenciar o facto de a União Soviética a quem caberia exigir da Roménia reparações totais, se haver limitado a reivindicar um quinto dos prejuízos que lhe foram causados pelo nosso país». (Ver: *A Política Externa da União Soviética*. Ano 1946. Moscovo, 1952, p. 299, ed. em russo).

volvimento da cooperação entre os povos, pronunciou-se por uma solução dos problemas territoriais que correspondesse aos direitos soberanos dos povos e eliminasse as causas dos litígios e conflitos. Por outro lado, os EUA e a Inglaterra procuraram impor princípios imperialistas na ordem internacional do pós-guerra.

A URSS opôs-se aos planos de divisão da Albânia, pronunciou-se pela justa demarcação das fronteiras de outros Estados da democracia popular e frustrou as tentativas das potências ocidentais utilizar os problemas de regularização pacífica com objectivos de escravização económica e política dos países da Europa do Leste que optaram pelo desenvolvimento democrático.

Como se vê, as condições económicas e políticas internas e externas contribuíram objectivamente desde a própria formação do sistema socialista mundial para a aproximação e para a unidade da URSS e dos outros países que empreenderam a edificação da nova sociedade.

A cooperação e a ajuda mútua revestiram-se de grande importância no desenvolvimento de cada país.

Qual foi o primeiro passo dos povos que habitam os territórios conhecidos por regiões remotas da Europa e que foram vítimas das hordas hitlerianas? Como se desenvolviam os outros países socialistas?

Antes da segunda guerra mundial a *Albânia* era o país mais atrasado da Europa. Quase não possuía indústria e caminhos de ferro. Nela as relações capitalistas misturavam-se com restos do feudalismo. A Segunda Guerra Mundial trouxe prejuízos incal-

çados pelos Estados Unidos e pela Inglaterra não permitiu que fosse tomada uma decisão concreta sobre o assunto. Estes planos passaram à consideração da Comissão Consultiva Europeia com sede em Londres e, depois, da comissão especial, onde foram definitivamente postos de lado.

Em 1944, quando sob os golpes do Exército Vermelho os antigos aliados da Alemanha saíam da guerra, a União Soviética fez os possíveis para que todos os acordos de armistício fossem democráticos e justos. Para não sobrecarregar as economias destes países, a União Soviética pediu reparações que indenizavam parcialmente os prejuízos que lhe foram causados durante a guerra¹.

A União Soviética teve de travar uma luta inextinguível em defesa dos países que se libertaram na Conferência da Paz em Paris (29 de Julho — 15 de Outubro de 1946), na qual participaram 21 Estados e se discutiram projectos de acordos de paz com a Itália, a Roménia, a Bulgária, a Hungria e a Finlândia. Ali destacaram-se duas atitudes quanto à regularização pacífica na Europa. A União Soviética defendeu o estabelecimento de uma paz sólida e duradoura, o desanuviamento internacional e o desen-

¹ Por exemplo, G. Tatarescu, então ministro de Negócios Estrangeiros da Roménia, declarou na Conferência da Paz em Paris (1946): «Quanto às reparações em benefício dos Estados aliados e coligados, é impossível silenciar o facto de a União Soviética a quem caberia exigir da Roménia reparações totais, se haver limitado a reivindicar um quinto dos prejuízos que lhe foram causados pelo nosso país». (Ver: *A Política Externa da União Soviética*. Ano 1946. Moscovo, 1952, p. 299, ed. em russo).

volvimento da cooperação entre os povos, pronunciou-se por uma solução dos problemas territoriais que correspondesse aos direitos soberanos dos povos e eliminasse as causas dos litígios e conflitos. Por outro lado, os EUA e a Inglaterra procuraram impor princípios imperialistas na ordem internacional do pós-guerra.

A URSS opôs-se aos planos de divisão da Albânia, pronunciou-se pela justa demarcação das fronteiras de outros Estados da democracia popular e frustrou as tentativas das potências ocidentais utilizar os problemas de regularização pacífica com objectivos de escravização económica e política dos países da Europa do Leste que optaram pelo desenvolvimento democrático.

Como se vê, as condições económicas e políticas internas e externas contribuíram objectivamente desde a própria formação do sistema socialista mundial para a aproximação e para a unidade da URSS e dos outros países que empreenderam a edificação da nova sociedade.

A cooperação e a ajuda mútua revestiram-se de grande importância no desenvolvimento de cada país.

Qual foi o primeiro passo dos povos que habitam os territórios conhecidos por regiões remotas da Europa e que foram vítimas das hordas hitlerianas? Como se desenvolviam os outros países socialistas?

Antes da segunda guerra mundial a *Albânia* era o país mais atrasado da Europa. Quase não possuía indústria e caminhos de ferro. Nela as relações capitalistas misturavam-se com restos do feudalismo. A Segunda Guerra Mundial trouxe prejuízos incal-

culáveis ao povo albanês. Ele perdeu mais de 7% dos seus filhos. Os fascistas italianos e alemães destruíram dezenas de cidades, assolaram imensas aldeias, queimaram dezenas de milhares de edifícios habitacionais e públicos. Os danos materiais atingiram somas colossais.

Entretanto, as vitórias do Exército Soviético nos Balcãs criaram condições para a expulsão dos ocupantes do território albanês e a instauração do poder popular. A Albânia foi libertada a 29 de Novembro de 1944, dia que a partir desse momento se tornou festa nacional do povo albanês.

Nos anos do pós-guerra, a União Soviética e outros países socialistas ajudaram a Albânia a desenvolver-se segundo os princípios socialistas. A cooperação com a URSS permitiu ao povo albanês lançar as bases da indústria nacional, proceder à colectivização da agricultura, reformar o sistema de instrução, etc.

Milhares de especialistas soviéticos auxiliaram os trabalhadores albaneses a resolver importantes problemas com que o país deparava, transmitindo os seus conhecimentos e experiência.

Fiel ao seu dever internacionalista, a União Soviética concedeu à República Popular da Albânia créditos a longo prazo consideráveis em condições favoráveis e ajuda económica e técnica desinteressada. As dívidas da Albânia foram anuladas ou adiado o prazo do seu pagamento. Em 1957, por exemplo, a União Soviética anulou mais de 422 milhões de rublos de créditos (a preços em vigor até 1 de Janeiro de 1961). O Governo soviético ofereceu ao povo al-

banês 17 empresas industriais e outras grandes unidades económicas construídas pela União Soviética, proporcionavam um quarto da produção industrial da Albânia. Entre estas contavam-se as centrais eléctricas V. I. Lénine e K. Marx, uma empresa têxtil em Tirana, uma unidade de transformação de madeira em Elbasan, uma empresa de refinação de petróleo em Cerrik, uma fábrica de cimento em Vlora, uma empresa açucareira. Só no segundo quinquénio (1956-1960), a Albânia recebeu da URSS 93% dos equipamentos para as indústrias petrolífera e mineira, 90% dos veículos, mais de 80% dos tractores e mais de 65% das outras máquinas agrícolas que necessitava.

A Albânia estabeleceu também amplas relações com outros países socialistas. A RDA assistiu-lhe na construção duma empresa de concentrados de minério de cobre e duma fábrica de conservas de peixe; a Checoslováquia ajudou-o no desenvolvimento dos transportes ferroviários e da indústria de calçado; a Hungria, na indústria alimentar; a Roménia, na indústria petrolífera.

A cooperação com a União Soviética e outros países socialistas permitiu à Albânia nos primeiros quinze anos do poder popular alcançar grandes êxitos no inoremento da economia nacional: o volume de produção industrial aumentou 25 vezes relativamente ao nível de antes da guerra, a produção agrícola duplicou. O IV Congresso do Partido Albanês do Trabalho celebrado em 1961 frisou: «Com a sua vitória sobre o fascismo a União Soviética criou condições reais e ajudou a libertação do nosso povo. O apoio e

a ajuda da União Soviética foram um dos factores mais decisivos do nosso gigantesco avanço na edificação socialista».

No início dos anos 60, a Albânia deixou de cooperar com os países da comunidade socialista. Este facto prejudicou seriamente a sua economia. As principais metas do terceiro plano quinquenal (1961-1965) não foram cumpridas; baixaram os ritmos de crescimento económico; reduziu-se consideravelmente o volume do comércio externo. Os créditos que a China concedeu à Albânia nestes anos não eram comparáveis à ajuda económica e técnica que a República Popular da Albânia recebera da URSS e dos outros países socialistas europeus.

Nos últimos anos a Albânia tem demonstrado interesse em ampliar de novo o comércio com os países socialistas europeus.

A posição de princípio da União Soviética quanto à Albânia foi manifestada reiteradamente nos congressos e plenários do CC do PCUS. Esta consiste em que a União Soviética está pronta a restabelecer as relações com a Albânia, sem pensar que não existem factores objectivos que nos separem deste país.

A Bulgária taambém era um dos países mais atrasados da Europa e um apêndice agrário desta. Mais de 81% da sua população activa vivia da agricultura, que era dispersa e primitiva. As pequenas oficinas e empresas que existiam no país empregavam apenas 7% dos trabalhadores. A indústria não chegava a proporcionar 15 por cento do rendimento nacional. Entretanto, a débil situação em que se encontrava a economia da Bulgária foi agravada pela ocupa-

ção nazi. A produção de cereais diminuiu 40,6%; a produção industrial reduziu-se sensivelmente. O estado do país era deplorável. Apesar de tudo isto os países ocidentais exigiram da Bulgária enquanto aliado da Alemanha derrotada monstruosas indemnizações e enormes concessões territoriais.

Neste período difícil para a Bulgária, a União Soviética, que ainda não curara as suas feridas da guerra, apoiou material, moral e politicamente o povo búlgaro. Cobriu o défice de combustíveis, matérias-primas e sobressalentes que ameaçava paralisar o país. Isso permitiu recuperar vários sectores importantes.

A agricultura da Bulgária foi gravemente atingida nos primeiros anos do pós-guerra. Entre 1945 e 1948 a produção *per capita* de trigo baixou até 185 kg, em comparação com os 287 kg de 1934 a 1939. Os fornecimentos soviéticos de cereais e forragem para gado criaram condições para vencer as dificuldades existentes no abastecimento de alimentos à população. «A União Soviética ajudou-nos a salvar o nosso povo da fome», — constatou então Gueorgui Dimitrov.

A cooperação com os países socialistas foi um dos factores decisivos da reconstrução da República Popular da Bulgária.

De 1949 a 1957, aos países do CAME corresponderam 9/10 das máquinas e equipamentos importados pela Bulgária. Desses à União Soviética coube mais de 46%, à Checoslováquia mais de 21%, à RDA 11%. Até hoje a maioria das importações búlgaras de máquinas, equipamentos, matérias-

-primas e combustível provém dos países do CAME.

As empresas construídas na Bulgária com assistência soviética constituem presentemente o núcleo da moderna indústria búlgara. Entre elas podemos citar uma empresa metalúrgica em Kremikov, uma empresa química em Dimitrovgrado, uma unidade de produção de adubos azotados em Stara Zagora, uma empresa petroquímica em Burgas. A agricultura búlgara recuperou em grande parte graças aos tractores, ceifeiras, ceifeiras-debulhadoras e outro material agrícola e alfaias soviéticos.

Por sua vez, a Bulgária participa na construção de grandes unidades na URSS e noutros países socialistas, para onde exporta antigos industriais e agrícolas.

Actualmente, a Bulgária é um país com indústria, agricultura, ciência e tecnologia desenvolvidas. Por volta de 1980, a produção industrial era 72 vezes superior à de antes da guerra. Em 1978, correspondia-lhe 60,7 por cento do rendimento nacional. Em 1939 a captação de energia eléctrica andou por volta de 42 kWh, conquanto em 1979, atingiu 3681 kWh. Na indústria pesada, na produção da energia eléctrica, na indústria metalomecânica e noutros sectores registaram-se ritmos de crescimento inéditos. Elevou-se de dia para dia o bem-estar do povo.

A participação da Bulgária na divisão socialista do trabalho, a especialização e cooperação dos seus principais sectores industriais no quadro do CAME viabilizaram a produção em série de centos tipos de máquinas e equipamentos (por exemplo, monta-car-

gas eléctricos, etc.), transformando-a em exportador.

A Bulgária presta assistência técnica a outros países socialistas. Por exemplo, na República Socialista do Vietname com o seu apoio técnico foram concluídos e encontram-se em construção várias empresas de material de construção, de transformação de matérias-primas agrícolas, granjas pecuárias, etc.; na Mongólia ajudou a construir uma câmara frigorífica, uma fábrica de casacos de pele, etc.

Ampliam-se as relações económicas externas da Bulgária. A república deu um grande salto na ciência, cultura e instrução, ultrapassando alguns países capitalistas industrializados (RFA e Grã-Bretanha) quanto ao número de estudantes por 10 mil habitantes.

A *Hungria*, subjugada pela Alemanha fascista na realização dos planos bélicos desta, saiu devastada da guerra mundial. Os fascistas roubaram metade das cabeças de gado, rebentaram todas as pontes, danificaram ou levaram para fora do país 90% dos comboios e automóveis. Destruíram 45% da riqueza nacional. A produção agrícola reduziu-se quase até metade da anterior à guerra, a produção industrial constituiu 30 a 35% do nível de antes da guerra.

Então a União Soviética prestou à Hungria uma ajuda de valor inestimável. O primeiro acordo comercial entre a URSS e a Hungria concluído em 1945 assegurou 40% dos fornecimentos de minérios de ferro, 50% de coque e 100% de níquel e gasolina.

A Hungria dispõe de escassos recursos energéticos e de matérias-primas. A sua indústria funciona prin-

principalmente na base das matérias-primas que importa. Por isso, a edificação do socialismo na Hungria só foi viável no quadro da cooperação estreita com os demais países socialistas, cujos fornecimentos em 1978 cobriram 90% das necessidades nacionais de combustível, 70% de matérias-primas; dois terços de máquinas e equipamentos que determinaram em grande medida o alto nível técnico dos sectores principais da economia nacional da Hungria. Por outro lado, as encomendas dos países socialistas garantem o desenvolvimento estável e próspero da indústria húngara. Assim, as amplas relações da Hungria com os outros países socialistas constituem um dos factores mais importantes do desenvolvimento da economia nacional e da construção socialista no país.

Nestas relações um lugar de destaque cabe à União Soviética. Esta em 1980 forneceu à Hungria 76% do petróleo e 65% da madeira serrada. A Hungria importa da URSS 95% do minério de ferro, mais de 80% da energia eléctrica e adubos fosfatados, cerca de metade da celulose, algodão e cobre, 30% dos equipamentos que compra ao estrangeiro, etc.

Por sua vez, a União Soviética é o maior comprador de artigos industriais húngaros. A Hungria exporta para a URSS produtos da indústria metalomecânica, equipamentos para a indústria energética, autocarros e artigos de primeira necessidade. A URSS compra 1/4 parte da exportação de produtos agrícolas, 75% de medicamentos exportados para países socialistas, etc. Estas importações são bastante importantes para a União Soviética.

A cooperação técnica e científica da Hungria com os países socialistas desenvolve-se progressivamente. A URSS prestou assistência técnica na construção e reconstrução de minas, no desenvolvimento da construção naval, no fabrico de equipamentos para a indústria energética, etc. A central atómica «Paks» (Hungria) é um dos maiores empreendimentos da cooperação húngaro-soviética. A Hungria participa na construção de grandes obras na URSS, a saber: uma unidade de produção de papel e celulose em Ust-Ilimsk, uma empresa de enriquecimento de asbesto em Kiembaiev, o gasoduto Oremburgo — Fronteira Ocidental da URSS. Realiza-se a troca de documentação técnica e científica entre a URSS e a Hungria. Alarga-se a cooperação técnica e científica da Hungria com a RDA no domínio da indústria metalomecânica e química; com a Checoslováquia, nas indústrias metalúrgica, energética, farmacêutica e outras; na Polónia os especialistas húngaros transmitem a sua experiência no campo da indústria não ferrosa, química, alimentar e da agricultura e, por outro lado, estudam a experiência dos polacos na construção naval, na produção de pontes rolantes, etc.

Hoje a República Popular da Hungria é um Estado socialista de indústria e agricultura modernas e de ciência, cultura e instrução desenvolvidas.

Em 1979, a produção industrial ultrapassava o nível de 1950 em mais de 8 vezes. A produção de energia eléctrica passou de 3 biliões de kWh em 1950 para 24,5 biliões de kWh em 1979, de aço de 1 milhão de toneladas para 3,9 milhões de toneladas em

1979. Aumentou consideravelmente o nível de vida dos trabalhadores.

A vitória da União Soviética sobre o fascismo hitleriano e o militarismo japonês teve significado histórico não só para os povos europeus, como também para os povos oprimidos da Ásia e da África, para o progresso do movimento de libertação nacional em todo o mundo, contribuindo para o novo ascenso da luta contra o colonialismo e para o desmoronamento do sistema colonial.

A derrota da Alemanha e do Japão e o cada vez maior prestígio internacional da União Soviética como primeiro país socialista serviram de inspiração às forças progressistas encabeçadas pelos comunistas para levantar as massas populares dos países asiáticos, com uma classe operária relativamente forte e organizada, para a luta pela libertação nacional. Nesta luta, as revoluções de libertação nacional na China, na Coreia e no Vietname transformaram-se em revoluções democrático-populares.

A proclamação da República Democrática do Vietname (a partir de 2 de Julho de 1976 *República Socialista do Vietname*) em 2 de Setembro de 1945 iniciou uma nova etapa da luta pela libertação dos povos.

Antes da agressão norte-americana, os países socialistas ajudaram o Vietname a desenvolver a sua economia nacional, a construir empresas industriais, transportes e comunicações, a prospeccionar recursos minerais e matérias-primas, etc.

Os EUA atrasaram o desenvolvimento do Vietname em toda uma década. Contra o povo vietna-

mita foi lançado um exército de meio milhão de pessoas; sobre o país mártir caíram milhões de toneladas de bombas e munições. Embora os Estados Unidos tivessem gasto 150 biliões de dólares nesta guerra, não conseguiram quebrar a ânsia do povo vietnamita pela liberdade.

A ajuda económica, militar e outra da União Soviética e dos outros países socialistas contribuiu bastante para a vitória do povo vietnamita sobre os invasores americanos. Então, a URSS forneceu à RDV veículos, tractores, escavadoras, produtos da indústria petroquímica, metais ferrosos e não-ferrosos, equipamentos para oficinas de reparação e empresas industriais, adubos, alimentos, artigos de primeira necessidade, etc. A maioria destes fornecimentos foram gratuitos. Também concedeu apoio material ao Governo revolucionário provisório da República do Vietname do Sul.

As vitórias militares, políticas e diplomáticas dos patriotas do Vietname, conduziram à assinatura em Paris, em Janeiro de 1973, de um acordo sobre a cessação da guerra. Contudo, a guerra durou ainda mais dois anos.

Em Novembro de 1975, na cidade de Ho Chi Minh (antiga Saigão) realizou-se uma Conferência política consultiva sobre questões da unificação do Vietname, que tomou por unanimidade a decisão de unificar o país na base da independência nacional e do socialismo. Segundo esta decisão, em Abril de 1976 tiveram lugar eleições gerais que levaram à criação da Assembleia Nacional, órgão supremo do poder político que proclamou a República Socialista

do Vietname. Na Declaração adoptada pela Assembleia Nacional dizia-se que a República Socialista do Vietname é um Estado de «ditadura do proletariado em todo o território nacional assente na aliança operário-camponesa, na qual o papel dirigente pertence à classe operária»¹.

Terminada a guerra, o povo vietnamita meteu ombros à liquidação das suas consequências e à reconstrução da economia nacional. Os reflexos da ocupação do Sul do país e do domínio sucessivo de serventúrios do imperialismo eram sumamente graves: estagnação da economia, cerca de 3 milhões de desempregados, aproximadamente 1 milhão de órfãos, 250 mil mutilados necessitando de assistência urgente, inúmeros casos de tuberculose e outras doenças, etc.

O plano trienal (1973-1975) de reconstrução e desenvolvimento da economia nacional foi cumprido no essencial no Vietname do Norte até aos fins de 1975. No âmbito deste plano foram reconstruídas quase todas as empresas industriais danificadas pela guerra e colocados em funcionamento portos marítimos e fluviais. Ajudou-se a população do Sul do país. Por exemplo, em finais de 1975, inícios de 1976 canalizou-se para esta região 1,6 milhões de toneladas de materiais e mercadorias; especialistas do Vietname do Norte trabalharam em diversos sectores da economia, na saúde pública e na cultura.

A União Soviética e os outros países socialistas continuam a prestar considerável ajuda ao povo viet-

¹ Cit. *Problemas da Paz e do Socialismo*, 1976, nº 9, p. 94.

namita na liquidação das consequências da guerra e na construção do socialismo. Fiéis aos princípios do internacionalismo proletário, os países socialistas em 1973 decidiram que todos os créditos anteriormente concedidos à RDV seriam considerados como ajuda desinteressada.

À luz dos acordos sobre ajuda e créditos para o período entre 1976 e 1980, os países socialistas comprometeram-se a apoiar amplamente o Vietname em todas as esferas da edificação socialista. A Checoslováquia e a Hungria fornecem equipamentos para as centrais eléctricas em construção em Falai e Thang Huoa; a Polónia participa na ampliação das capacidades da indústria de extracção de hulha; a Bulgária ajuda a lançar a produção de mecanismos de levantamento e transporte, refrigeradores e motores eléctricos; em cooperação com a Hungria e Cuba estão em construção modernas granjas de criação de gado; a RDA fornece diversas máquinas, equipamento industrial, artigos químicos, medicamentos, etc.; a URSS concedeu ao Vietname um novo crédito em condições vantajosas e presta assistência no desenvolvimento das indústrias energética, mineira, metalúrgica, química, metalomecânica e outras, assim como no incremento da agricultura e da silvicultura. Nos finais dos anos 70, as empresas construídas com concurso da URSS produzem 100% de apátite, estanho, superfosfato e ácido sulfúrico, 82% de hulha, cerca de 60% de máquinas ferramentas, etc.

Os povos do Laos e do Campuchea chegaram ao fim do seu difícil caminho para a libertação ao lado do povo vietnamita.

O Congresso Nacional de Representantes do Povo proclamou a *República Popular Democrática do Laos* a 2 de Dezembro de 1975. A nova República teve que eliminar as graves consequências das épocas colonial e feudal, desenvolver a economia nacional e, antes de mais, a agricultura, aumentar o nível de vida da população e fomentar o ensino, a cultura e a saúde pública. «O povo laosense — disse o Secretário Geral do CC do Partido Popular Revolucionário do Laos e Primeiro-Ministro da RPDL Kaysone Phomvihane — compreende que agora tem de superar enormes dificuldades. Porém, está decidido a prosseguir o caminho da revolução socialista.

A Revolução de Outubro na Rússia realizada sob a direcção de V. I. Lénine e a construção do socialismo na URSS representam uma contribuição enorme para o desenvolvimento do movimento comunista e operário internacional e uma experiência inestimável para a revolução no Laos. A brilhante vitória do povo soviético na Segunda Guerra Mundial criou um clima propício à insurreição anti-imperialista no Laos, no Vietname e no Campuchea. A União Soviética e os outros países socialistas com o seu imenso potencial são um apoio seguro do movimento de libertação nacional e, em particular, da luta revolucionária do povo laosense»¹.

A vitória do povo vietnamita e a libertação da Indochina do jugo neocolonialista e dos seus fantoches demonstraram uma vez mais a influência do socialismo em todo o progresso histórico e a inutili-

¹ Jornal *Pravda*, 2 de Dezembro de 1976.

dade das tentativas do imperialismo de esmagar o movimento de libertação dos povos.

As tropas fascistas quando recuavam através do território da actual *República Democrática da Alemanha*, ofereceram uma resistência particularmente encarniçada, provocando destruições incriveis. Destruíram cerca de 40% das habitações, praticamente todo o sistema de abastecimento de energia eléctrica e os transportes. A produção industrial do território em 1946 constituía apenas 42% da de 1936. A situação era agravada pela escassez de recursos minerais e matérias-primas. Antes da guerra aquela parte do país proporcionava 2,7% da hulha, 5,4% do minério de ferro, 1,6% de ferro gusa, 7,7% do aço e 16,5% do cimento produzido no país.

As transformações socialistas no território da RDA foram extremamente difíceis de realizar. Na Conferência de Potsdam do Verão de 1945, os representantes dos Estados aliados decidiram livrar a Alemanha dos nazis, punir os criminosos de guerra, criar as premissas para a renovação democrática do país, reorganizar o sistema judicial, consolidar os princípios democráticos nas autarquias, suprimir o domínio económico dos monopólios, etc.

Entretanto, as potências ocidentais desde o início sabotaram a concretização de cláusulas importantes da Conferência de Potsdam, dando assim princípio à divisão da Alemanha. A tendência para a divisão levou à anulação das relações económicas internas do país. A isto juntaram-se as dificuldades inerentes à reconstrução de uma economia arrasada pela guerra. A reconstrução

económica e as transformações antifascistas e democráticas foram obstruídas pela correlação então existente entre as classes na Alemanha. Nos anos do domínio fascista a classe operária perdera os seus melhores filhos nas prisões e nos campos de concentração. Parte da população continuava atraída pelas ideias nacionalistas, embora a derrota da máquina militar fascista mostrasse a muitos alemães o verdadeiro significado dos acontecimentos. Nesta conjuntura, o desenvolvimento da Alemanha do Leste foi em grande medida influenciado pela criação do Partido Socialista Unificado da Alemanha e pelo restabelecimento da unidade da classe operária e do seu papel dirigente na sociedade, o que, em suma, assegurou o sucesso das transformações antifascistas e democráticas.

A Administração Militar Soviética na Alemanha (AMSA), que concedeu amplas possibilidades de iniciativa à opinião pública democrática alemã, contribuiu de modo considerável para tudo isto. Nestas condições particulares os partidos e as organizações políticas antifascistas executaram de facto a função da ditadura revolucionário-democrática da classe operária e do campesinato. Naquele período foram efectuadas importantes transformações: a reforma agrária, expropriação das empresas pertencentes a criminosos de guerra, reforma do ensino e do sistema judicial. A reforma agrária iniciada no Verão de 1945 aboliu a grande propriedade fundiária, confiscou herdades de criminosos de guerra e nazis, do Estado e do partido hitlerianos, a que correspondia 35% das terras de lavoura do leste da Alemanha.

Estas herdades tornaram-se património do Estado, que as distribuiu entre os camponeses sem terra ou com explorações muito pequenas, operários agrícolas e imigrantes e organizou cooperativas.

Na indústria as transformações começaram na Primavera de 1946, quando a AMSA pôs as empresas nacionalizadas à disposição da administração alemã dos territórios e províncias.

Um outro capítulo importante das transformações democráticas foi a reforma do ensino. Setenta e dois por cento dos professores do leste da Alemanha eram militantes do partido nazi; em Turíngia este índice aproximava-se dos 90 por cento. Os professores de ideologia nazi foram saneados e em seu lugar admitidos jovens quadros preparados como externos; os programas escolares remodelados.

Na etapa antifascista e democrática da revolução deram-se profundas alterações no aparelho de Estado. De acordo com as resoluções da Conferência de Potsdam sobre a desnazificação da administração pública foram demitidos mais de meio milhão de nazis: a reforma judicial aboliu a inamovibilidade dos juizes (sistema praticado desde os tempos da República de Weimar) e democratizou os tribunais. Nas eleições para os órgãos administrativos dos territórios, províncias e comunas, realizadas em 1946, quase metade dos eleitores votaram no PSUA alterando a composição social dos órgãos eleitos a favor da classe operária e do campesinato.

A proclamação da República Democrática Alemã em Outubro de 1949 foi um acontecimento de enorme significado na história da Alemanha. As forças

democráticas alemãs apoiadas pela União Soviética procuraram evitar a divisão da Alemanha e impedir a formação de um Estado burguês nos territórios ocupados pelas potências ocidentais. No entanto, a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, agindo em contradição aberta com o acordo de Potsdam, obstaculizaram a desnazificação e a democratização da vida social nas zonas sob o seu domínio, apoiando por todos os meios o capital monopolista alemão. Pronunciando-se contra a tentativa de juntar as três zonas da Alemanha ocupadas por países ocidentais e constituir ali um Estado separado, o PSUA exortou o povo alemão a lutar pela unidade. Em Dezembro de 1947, em Berlim reuniu-se o Congresso do Povo Alemão que se manifestou pela unidade e por uma paz justa. O movimento unitário contou também com a participação da opinião pública da Alemanha Ocidental. Foi elaborado um projecto de Constituição dum único Estado alemão democrático. Porém, as potências ocidentais tinham um só objectivo: a constituição de um Estado separado com regime burguês. Em Março de 1948, o movimento a favor da unificação foi proibido nas zonas de ocupação britânica, francesa e norte-americana. Em Outono de 1949, foi formalizada a divisão da Alemanha; em Setembro formou-se a República Federal Alemã.

Em resposta, as forças progressistas da Alemanha do Leste decidiram constituir um Estado capaz de defender as conquistas antifascistas e democráticas. Em 7 de Outubro de 1949, o Conselho do Povo Alemão transformou-se oficialmente na Câmara Provisória do Povo Alemão da República Democrática

Alemã. A seguir, em 10 de Outubro do mesmo ano o Governo Soviético delegou ao Governo provisório da RDA as funções administrativas anteriormente a cargo da Administração Militar Soviética na Alemanha. A AMSA foi substituída pela Comissão de Controlo Soviética. Assim terminou a formação do Estado alemão de operários e camponeses, que aumentou a família dos países socialistas europeus e fortaleceu o sistema socialista mundial.

Nos anos de desenvolvimento socialista a RDA alcançou êxitos assinaláveis. O rendimento nacional de 1979 superou em 7 vezes o de 1949; hoje a indústria produz mais num mês do que em todo o ano de 1949.

Presentemente, a RDA dispõe de uma indústria moderna e de uma agricultura intensiva, encontrando-se entre os dez países mais industrializados do nosso planeta.

As relações económicas externas com os países socialistas desempenharam um importante papel na solução das tarefas sociais, políticas e económicas da RDA em todas as etapas do seu desenvolvimento. O carácter planificado destas relações cria um fundamento sólido para o desenvolvimento dinâmico da economia do país, a cooperação estável e segura com os Estados irmãos, o escoamento garantido da produção e o fornecimento de artigos necessários à economia da RDA. A maioria das exportações de máquinas, equipamentos e produtos químicos da RDA são endereçadas aos países do CAME. E inversamente, as importações destes países cobrem as necessidades da RDA em certos produtos.

À União Soviética cabe um lugar de destaque nas relações económicas, técnicas e científicas da RDA. Ela é o principal fornecedor de petróleo, madeira, algodão — mais de 90%, gás natural — 100%, minério de ferro e metais não-ferrosos — de 60% a 70%, etc. Além disso, vende à RDA automóveis, rádios, televisores, relógios, matérias-primas agrícolas, produtos alimentares, etc. Ao mesmo tempo os artigos industriais alemães ajudam a União Soviética a alcançar as metas do seu desenvolvimento económico.

A URSS concede assistência técnica à RDA em vários projectos e empreendimentos de vulto no domínio da electroenergética, química, siderurgia, no lançamento da base de matérias-primas das indústrias química e de gás, etc.

A RDA por sua vez participa na construção de grandes unidades económicas na URSS.

Mantém relações económicas, comerciais, científicas e técnicas muito amplas com outros países da comunidade socialista. Por exemplo, desenvolve-se a cooperação entre a RDA e a Checoslováquia na produção de máquinas agrícolas. Com a Jugoslávia foi concluído um acordo de cooperação a longo prazo no fabrico de equipamentos para a indústria mineira, portos e fábricas de cimento. A Roménia presta assistência técnica na construção de uma central térmica em Neue-Branderburg, etc.

A República Democrática Alemã, encontrando-se no epicentro das tempestades políticas no continente europeu, suportou e resistiu a ofensivas do imperialismo, a pressões políticas, a agressões e actos subversivos ideológicos. Os países ocidentais compreenderam

que «das ruínas da Alemanha fascista nasceu definitivamente um Estado socialista e que já chegou a hora deste ocupar o seu merecido lugar na comunidade mundial das nações»¹.

Fortaleceu-se e estabilizou-se a posição da RDA na arena internacional. Actualmente mantém relações diplomáticas com a maior parte dos países do mundo (com cerca de 130 países, compare-se, em 1965, com 13 países); é membro das Nações Unidas e de muitas outras organizações internacionais e contribui imenso para o desanuviamento internacional. A RDA participou activamente nos trabalhos da Conferência Pan-europeia de Segurança e Cooperação, está presente nas negociações de Viena sobre a redução mútua das forças armadas e dos armamentos na Europa Central e noutras iniciativas.

O relevante balanço do desenvolvimento em mais de 30 anos no caminho socialista constitui o resultado dos esforços dos operários, camponeses e intelectuais trabalhadores da RDA. Simultaneamente, os êxitos deste país dependeram imenso da cooperação, do crescente apoio de todos os países da comunidade socialista. Erich Honeker, Secretário Geral do CC do PSUA e Presidente do Conselho de Estado da RDA, sublinhou que a República em cada etapa do seu desenvolvimento sentiu os efeitos do apoio da União Soviética, dos outros países socialistas e da cooperação frutífera e cada vez mais ampla entre a RDA e os outros estados da comunidade socialista. «Só nestas

¹ John J. Putman. *East Germany: The Struggle to Succeed*. *National Geographic*, September, 1974, vol. 146, nº 3, Washington, p. 126.

condições foi viável o nosso desenvolvimento estável — esreveu E. Honeker. O exemplo da RDA testemunha que nem o boicote económico, nem a sabotagem económica do imperialismo podem conter o desenvolvimento progressivo de um Estado socialista que possa contar com cooperação deste tipo e realizá-la consequentemente».

A derrota do exército Quan Tung pelas tropas soviéticas (1945) criou as premissas necessárias ao prosseguimento da luta de libertação nacional dos trabalhadores chineses contra as forças contra-revolucionárias do Kuo-Min-Tang. Então, a União Soviética colocou à disposição do Exército de Libertação Nacional consideráveis quantidades de armas, munições e alimentos que haviam ficado em seu poder depois da derrota do exército Quan Tung e das tropas do Manchuco.

As tropas soviéticas expulsaram os ocupantes japoneses da Manchúria, reintegrando esta província no território nacional da China. Aqui formou-se a zona libertada mais segura e defendida com indústria relativamente desenvolvida e retaguarda limítrofe à União Soviética, tendo assim a facilidade de receber ajuda económica da URSS e formar quadros nacionais. Isto permitiu criar no nordeste um poderoso agrupamento de tropas bem preparadas e derrotar as forças do Kuo-Min-Tang armadas pelo imperialismo dos Estados Unidos. Em Outono de 1949, foi libertado todo o território nacional da China, exceptuando a Formosa e alguns domínios coloniais no litoral. Em 1 de Outubro de 1949 foi proclamada a *República Popular da China*.

A vitória da revolução chinesa teve enorme importância internacional. Fortaleceu o mundo socialista, golpeou o sistema colonial do imperialismo, criou condições para a independência do país e para a conclusão das transformações democráticas burguesas, assim como para o desenvolvimento da China rumo ao socialismo e para a melhoria radical da situação das massas trabalhadoras. A política correcta do Partido Comunista da China, a utilização de todos os recursos do povo chinês, a aliança com o sistema mundial do socialismo e com a União Soviética donde podia receber e recebia de facto ajuda multilateral constituíram condições necessárias para a opção socialista da China.

Na primeira década a seguir à vitória da revolução, os trabalhadores chineses acumularam bastante experiência de edificação do socialismo. Foi nacionalizada a grande indústria e realizada a cooperativização da agricultura; elevou-se o bem-estar do povo. Com o apoio desinteressado e internacionalista da União Soviética e outros países socialistas na RPCh foram lançadas as bases da industrialização socialista, tendo, por exemplo, entre 1949 e 1959, sido construídas, no quadro da cooperação soviético-chinesa, mais de 250 unidades fabris e grandes empreendimentos.

A União Soviética ajudou a China a criar novos sectores industriais: aeronáutica, fabrico de automóveis e tractores, radiotécnica, certos ramos da indústria química, etc. Com a sua assistência foram realizados ambiciosos projectos no campo da física nuclear: o primeiro reactor atómico experimental e o ciclotrão.

Nos anos 50-60, foram enviados para a China mais de 8,5 mil técnicos soviéticos altamente qualificados (sem contar com o pessoal militar). Além disso, cerca de 1,5 mil especialistas soviéticos trabalharam no mesmo período na China no domínio da ciência, ensino superior e cultura. Na URSS eram preparados quadros técnicos e científicos chineses e operários qualificados.

Tudo isto criou condições para a construção do socialismo na RP da China. Até aos fins dos anos 50, não só foram resolvidas as tarefas do período de reconstrução, como sensivelmente ultrapassadas as metas do plano quinquenal de desenvolvimento da economia nacional. É significativo que as empresas construídas com assistência técnica soviética proporcionavam uma parte considerável da produção chinesa. Em 1960, a estas empresas correspondia 40% do aço produzido no país, 30% do ferro gusa, mais de 50% dos laminados, 80% dos veículos, mais de 90% dos tractores, 30% do amónio sintético, 25% da energia eléctrica, 25% do alumínio, etc. Reconhecendo a importância da ajuda da URSS e das obras construídas com a sua assistência, Mao Tsé-Tung disse: «Vejamos quem projectou e equipou muitas fábricas tão importantes para nós? Os Estados Unidos? A Inglaterra? Não, não foram eles. Quem o fez foi a União Soviética porque é um país socialista e é nosso aliado»¹.

Outros países socialistas apoiaram a China. De

¹ Cit. O. Ivanov. *Alguns Factos da História das Relações Soviético-Chinesas*. Moscovo, 1975, p. 18, ed. em russo.

1953 a 1957, os países socialistas europeus forneceram à República Popular da China mais de 100 conjuntos de equipamentos para fábricas e empresas. A RDA, a Polónia, a Checoslováquia, a Roménia, a Hungria e a Bulgária projectaram e construíram na China 68 unidades fabris. Tudo isto aconteceu no período em que as relações entre a China e os outros países socialistas eram verdadeiramente fraternais, no período de aumento do prestígio internacional da República Popular da China.

Até ao início dos anos 60, as relações económicas e comerciais entre a China e os países socialistas foram bastante dinâmicas. Os êxitos da industrialização e as bases industriais lançadas com a ajuda da URSS e dos outros países socialistas permitiram à China exportar máquinas e equipamentos, além dos produtos agrícolas tradicionais, matérias-primas e artigos de primeira necessidade.

Em 1945, o Exército soviético libertou a Coreia do jugo colonial japonês. As unidades do 25 exército apoiadas pela frota militar do Pacífico, derrotando as tropas japonesas, avançaram até ao 38º paralelo, que segundo o convénio era a linha de demarcação das operações militares das tropas soviéticas e americanas na Coreia. O exército soviético devia aceitar a capitulação das forças japonesas instaladas na Coreia do Norte, e o norte-americano — ao Sul do 38º paralelo.

Com a derrota política e militar do militarismo japonês foi resolvida a tarefa principal do movimento de libertação nacional na Coreia: liquidou-se o domínio colonial japonês e suprimiu-se a opressão na-

cional do povo coreano. Ao mesmo tempo assestou-se um golpe potente nas forças reaccionárias internas — os latifundiários, a burguesia vendida ao capital estrangeiro e os elementos pró-japoneses. A presença militar soviética debilitou notoriamente as posições da reacção interna interessada em nortear o desenvolvimento do país pelo caminho capitalista.

As tropas soviéticas conservaram para o povo coreano todos os bens deixados pelos japoneses e realizaram consideráveis trabalhos de reconstrução. Além disso, a URSS ajudou a desenvolver a indústria no Norte do país e a formar quadros nacionais.

Fiel à política nacional leninista, fez os passíveis para auxiliar o povo coreano na sua luta pela independência e soberania política. Completamente diferentes eram os objectivos dos círculos dirigentes dos Estados Unidos: logo que a guerra terminou, transformaram a linha de demarcação provisória na fronteira entre as duas partes da Coreia. Isto reflecte as duas atitudes para com a solução do problema coreano que se salientaram na Conferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros da URSS, dos Estados Unidos e da Inglaterra, realizada em Dezembro de 1945 em Moscovo. Embora contra a sua vontade, as potências ocidentais viram-se forçadas a aceitar o projecto soviético de constituição do Governo democrático provisório da Coreia.

Na realidade os Estados Unidos obstaculizaram a realização deste projecto. Em Agosto de 1948, as autoridades americanas formaram o governo separatista da Coreia do Sul. Face à situação criada, as forças democráticas da Coreia tomaram medidas para proc-

lar a república democrática popular. Em Agosto de 1948, realizaram-se eleições gerais para a Assembleia Suprema do Povo que, em 9 de Setembro do mesmo ano, na sua primeira sessão, proclamou a República Democrática Popular da Coreia. A formação da RDPC marcou o triunfo das forças democráticas da Coreia e fortaleceu o sistema mundial do socialismo.

A proclamação da República Democrática Popular da Coreia deu início ao impetuoso processo de remodelação da sociedade coreana segundo os princípios socialistas. Todavia, a guerra de 1950-1953 interrompeu a construção pacífica na RDPC. Neste período difícil para o jovem Estado, os países socialistas prestaram ao povo coreano ajuda e assistência inestimáveis. Cumprindo o seu dever internacionalista, a União Soviética ajudou a Coreia do Norte em armas, munições, meios de transporte, combustível, artigos industriais, alimentos, medicamentos, etc. Para a RDPC deslocaram-se conselheiros militares soviéticos. Na China, em regiões na proximidade imediata da fronteira coreana, instalaram-se divisões aéreas soviéticas que protegiam a retaguarda do Exército Popular da Coreia e dos voluntários chineses. Foram abatidos dezenas de aviões americanos. Nas operações militares participaram os pilotos soviéticos mais experientes.

Outros países socialistas auxiliaram a Coreia do Norte. A Polónia, a Checoslováquia, a Hungria, a Bulgária, a Albânia, a RDA, a Mongólia e o Vietname enviaram ao povo coreano tecidos, roupas, produtos alimentares, medicamentos, etc.

O heroísmo deste, a ajuda dos países socialistas

e o apoio das forças amantes da paz viabilizaram a derrota dos intervencionistas. A vitória do povo coreano demonstrou a força da unidade dos países socialistas face à agressão imperialista.

No período de reconstrução nacional que se seguia à guerra devastadora, os povos dos países socialistas acorreram uma vez mais em ajuda à Coreia do Norte, tendo prestado assistência económica desinteressada, num total de mais de 800 milhões de rublos. Isto permitiu superar em pouco tempo as consequências da guerra e passar a um novo período de desenvolvimento, à transformação da Coreia do Norte em Estado socialista agrário e industrialmente avançado. Reconhecendo o importante papel da solidariedade internacionalista, da cooperação e da ajuda dos países socialistas, Kim Il Sung disse: «Sempre que o povo coreano se viu numa situação difícil, os povos da União Soviética e dos países do campo socialista prestaram-lhe apoio moral e ajuda económica e técnica desinteressada. A solidariedade internacionalista e a cooperação com países socialistas, encabeçados pela União Soviética, constituíram não só a garantia segura da independência nacional do povo coreano, como também um importante factor que facilitou a construção do socialismo no nosso país, acelerou o seu desenvolvimento social e assegurou a marcha vitoriosa da nossa revolução»¹.

A cooperação entre a União Soviética e a República Democrática Popular da Coreia tem prosperado

¹ Kim Il Sung. *Artigos e Discursos Escolhidos*, p. 331, ed. em russo.

nos últimos anos. A URSS é o principal parceiro comercial da Coreia Popular. Fornece-lhe equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, matérias-primas e outros artigos de importância vital para a economia nacional. Em troca, a Coreia do Norte vende à União Soviética metais ferrosos e não-ferrosos, máquinas e ferramentas de corte de metais, produtos químicos, legumes, frutas, etc.

Com o concurso da URSS foram construídas e reconstruídas grandes empresas metalúrgicas, químicas, de cimento e da indústria ligeira, assim como centrais eléctricas. Em 1975, começou a trabalhar a toda a capacidade (1,2 milhões de kW) a central termo-eléctrica de Pungsan, uma das maiores da Ásia; foi construída, em Unggi, uma refinaria de petróleo que abastece o país de gasolina, gasóleo e outros derivados de petróleo.

Desenvolve-se auspiciosamente a cooperação económica, técnica e científica entre a República Democrática Popular da Coreia e outros países socialistas.

O laborioso povo coreano transformou a sua República num Estado industrialmente desenvolvido, realizando alterações radicais em todas as esferas da vida política, económica e cultural. Em colaboração com a URSS e outros países socialistas, foram lançadas indústrias como a metalomecânica, automobilística, de tractores, de construção de aparelhos e outras. Registaram-se êxitos sem precedentes na agricultura. O lançamento de um sistema de irrigação assegurou colheitas estáveis de arroz.

Tem aumentado o prestígio da República Democrática Popular da Coreia na arena internacional. A

opinião pública progressista apoia inteiramente as propostas de paz da Coreia do Norte com vistas à normalização da situação em todo o país e à criação de premissas para a unificação pacífica e democrática. A União Soviética e os outros países socialistas defendem consequentemente os interesses da República Democrática Popular da Coreia no cenário internacional, empenhando-se no triunfo da justa causa do povo coreano.

Cuba, antes da vitória da revolução popular de 1959, encontrava-se em dependência semicolonial dos EUA. Os monopólios norte-americanos transformaram o país em monoprodutor de açúcar para exportação. Praticamente todos os artigos industriais e a maioria dos alimentos eram importados. O desenvolvimento económico deformado imposto pelos monopólios estrangeiros originou o desemprego constante e a miséria.

A revolução cubana possibilitou a realização de amplas transformações sociais e económicas e assegurou a independência e a elevação do nível cultural e material de vida do povo.

A União Soviética e os outros países socialistas prestaram e continuam a prestar uma apreciável ajuda económica, técnica e outra a Cuba. A URSS apoiou a construção de várias centrais eléctricas e empresas industriais e participa noutros grandes empreendimentos. A Checoslováquia, a RDA, a Polónia, a Hungria, a Bulgária e a Roménia coadjuvaram o lançamento das bases industriais na República de Cuba. Aqui trabalham milhares de técnicos dos países socialistas. Tudo isto favorece o rápido desenvolvimento da economia nacional. Por exemplo, no período que se seguiu

à vitória da revolução a produção de níquel duplicou. A produção de energia eléctrica passou de 2 500 milhões de kWh em 1958 para 9 403 milhões de kWh em 1979. Triplicou a produção da indústria metalomecânica. A produção de aço aumentou 13 vezes: de 24 mil toneladas para 328 mil toneladas. A produção de adubos elevou-se de 195 mil toneladas em 1958 para 1 270 mil toneladas em 1979; de cimento, de 743 mil toneladas para 2 600 mil toneladas.

Subiu consideravelmente a área das terras de lavoura. Entre 1959 e 1980 o número de tractores aumentou de 9 000 unidades para 70 400 unidades, etc.

A cooperação com os países socialistas na base dos princípios do internacionalismo socialista permitiu a Cuba aguentar o bloqueio económico imposto pelo imperialismo norte-americano, desenvolver de modo estável a sua economia e manter relações económicas e comerciais com os países da comunidade socialista. As mercadorias cubanas, em particular açúcar, são muito importantes para a economia soviética. A República de Cuba exporta açúcar, minério de níquel, tabaco, citrinos, etc. para outros países socialistas. Em 1972, Cuba entrou no Conselho de Ajuda Mútua Económica, ampliando substancialmente as relações com os países socialistas.

Nos anos decorridos após a revolução, Cuba adiantou-se à maioria dos países latino-americanos quanto à instrução pública, previdência social, saúde pública e assim por diante.

Uma das conferências que precederam ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba celebrada na

província de Oriente, referiu o seguinte acerca da vitória do povo cubano: «A vitória decisiva e final da revolução cubana seria impossível sem o progresso do socialismo e das ideias marxistas-leninistas no mundo, sem o poder indestrutível e a ajuda internacionalista da União Soviética. Sem estes factores a revolução cubana não poderia chegar à etapa socialista de desenvolvimento. Isto foi possível porque vivemos numa época de revoluções socialistas, na época inaugurada pela Grande Revolução Socialista de Outubro».

Fortaleceu-se o prestígio da república no cenário internacional. A política imperialista de isolamento de Cuba fracassou. «Os países latino-americanos mostraram-se cada vez mais firmes no que respeita à formulação da sua própria política em relação a Cuba, afastando-se das posições dos EUA»¹, reconheceu a revista norte-americana *U. S. News and World Report*. Os prognósticos da revista foram inteiramente confirmados na XVI reunião consultiva dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Organização de Estados Americanos (OEA), em que 16 países latino-americanos votaram numa resolução concedendo aos países membros do Acordo Interamericano de Ajuda Mútua a liberdade de estabelecer e normalizar as relações com a República de Cuba, desde que isso corresponda à sua política e aos interesses nacionais. Hoje Cuba mantém relações diplomáticas com muitos países da América Latina, quase com a totalidade dos europeus e com os maiores Estados da

¹ *U. S. News and World Report*, 1974, August, 5, p. 30.

Ásia e da África: mais de 100 países têm relações diplomáticas com o primeiro Estado socialista do hemisfério ocidental.

«Se a política de isolamento de Cuba — sublinhou o Primeiro Secretário do Comité Central do Partido Comunista de Cuba e Presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros da República de Cuba, Fidel Castro —, que os Estados Unidos começaram a impôr na chamada Organização de Estados Americanos... tem fracassado, isto deve-se tanto à firmeza do nosso povo que soube resistir a assédios militares, isolamentos políticos e aos bloqueios económicos, com o apoio e a solidariedade a que nós temos referido antes, como às profundas modificações que têm tido lugar na situação internacional».

Um dos primeiros países que abalou o jugo imperialista e colonial — a *Mongólia* — percorreu em algumas décadas um caminho que noutras condições exigiria séculos, ao passar do feudalismo nas suas formas mais conservadoras para o socialismo. Inicialmente, a República Popular da Mongólia contou apenas com o apoio da União Soviética, o único Estado socialista então existente. No quarto de século que estes dois países estiveram sob o cerco capitalista estabeleceram entre si relações de amizade, igualdade e ajuda mútua, dando origem à comunidade de Estados socialistas e lançando a base das novas relações interestatais assentes nos princípios do internacionalismo proletário e socialista.

Nos últimos anos a República Popular da Mongólia alcançou êxitos particularmente relevantes. Com assistência da URSS na Mongólia foi iniciada a ex-

ploração de minas de hulha; construídas centrais elétricas, linhas de alta tensão, empresas das indústrias ligeira e alimentar, centros de reparação de veículos, bases petrolíferas, habitações, unidades de serviços à população; organizadas herdades estatais, cooperativas agrícolas, unidades de produção de forragens, etc.

Com a entrada da Mongólia no CAME, em 1962, outros países socialistas começaram a apoiá-la. A Bulgária ajudou a construir uma empresa da indústria ligeira em Darkhane, uma unidade de transformação de carne em Tchóibolsan, etc. A Hungria, um complexo de produção de forragens e uma fábrica de confecções em Ulão Bator. A RDA, a construir uma tipografia de «offset» e uma fábrica de tapetes em Ulão Bator e a remodelar uma empresa de concentrado de minério de tungsténio em Buren-Tsogte, etc. A República Popular da Polónia prestou assistência técnica na construção de empresas de fabrico de betão e tijolo silicocalcário e transformação de madeira. A Roménia, na remodelação de uma oficina de artigos de tricô e na conclusão do circo estatal em Ulão Bator. A Checoslováquia ajudou a construir uma fábrica de calçado, empresas de artigos de couro, uma empresa de cimento, etc.

A cooperação com os países socialistas e a ajuda desinteressada destes possibilitam o rápido desenvolvimento social, económico e cultural da Mongólia e a elevação do bem-estar dos trabalhadores mongóis.

O analfabetismo foi erradicado: um em cada quatro habitantes do país é estudante. Hoje há 22 médicos para 10 mil habitantes (na Inglaterra (1974), 16,4; na Itália (1973), 19,8; na França (1976), 15,3; no

Japão (1977), 15,9 médicos). Recorde-se que em 1925 havia somente 2 médicos em toda a Mongólia.

O complexo de beneficiação de minério «Erdenete» construído na Mongólia e o voo do primeiro astronauta mongol são símbolos inextinguíveis da amizade fraternal e do internacionalismo socialista.

Os êxitos da República Popular da Mongólia no desenvolvimento da economia nacional, cultura e instrução pública, a sua posição de país soberano e igual em direitos na comunidade dos Estados socialistas e a crescente influência do sistema socialista mundial frustraram política imperialista de discriminação e isolamento deste Estado soberano. Na primeira etapa, os países ocidentais ignoraram a existência da Mongólia, porém, a seguir à Segunda Guerra Mundial foram forçados a reconhecê-la. A República Popular da Mongólia hoje mantém relações diplomáticas com a maioria dos países — entre os quais a Inglaterra, a França, a RFA, o Japão, o Canadá, a Índia —, é membro das Nações Unidas e de muitas outras organizações internacionais e em conjunto com os países da comunidade socialista e todos os Estados amantes da paz luta pela consolidação da paz em todo o mundo e da segurança dos povos.

A experiência da República Popular da Mongólia e a história da edificação do socialismo no seu território confirmaram inteiramente o postulado leninista sobre a possibilidade de saltar sobre a fase capitalista com a ajuda do proletariado dos países avançados. Esta experiência quanto ao seu significado prático e teórico vai muito além do caso particular da Mongólia. «A experiência acumulada pelo Partido Popular

Revolucionário Mongol durante a passagem do feudalismo ao socialismo, evitando a etapa capitalista — sublinhou Le Thanh Nghi, membro do Bureau Político do CC do Partido do Trabalho do Vietname e Vice-primeiro-ministro da RSV, ao usar da palavra no XVII Congresso do Partido Popular Revolucionário Mongol — representa um precioso contributo para a teoria e prática da revolução mundial»¹. O membro do Bureau Político do CC do Partido Comunista do Sri Lanka, D. Gunassekera, afirmou que «a rica experiência que a Mongólia como primeiro país asiático de orientação socialista colheu na edificação do Estado da democracia popular sob a direcção do Partido Popular Revolucionário constitui uma contribuição apreciável para a ideologia marxista-leninista e para a experiência colectiva do movimento comunista internacional»².

«O vivo interesse com que o nosso país acompanha o desenvolvimento da República Popular da Mongólia deve-se ao facto da Mongólia, sob a sábia direcção do PPRM, ser o primeiro país no mundo a transitar directamente para o socialismo evitando a etapa capitalista.

Por isso o povo congolês e o seu partido têm em alto apreço a revolução mongol que em prazos muito curtos percorreu o longo caminho que separa a sociedade feudal da vitória completa das relações socialistas de produção»³, disse o membro do CC do Partido Congolês do Trabalho, J. Nono.

¹ Cit. *Notícias da Mongólia*, 16 de Junho, 1976.

² Cit. *Notícias da Mongólia*, 17 de Junho, 1976.

³ Ibidem.

Ao intervir no XXVI Congresso do PCUS Iumja-guine Cedenbal apontou: «Partindo do legado teórico de Vladímir Ilitch Lênine sobre a força do exemplo na organização do trabalho prestamos constante atenção ao estudo e à aplicação prática — sempre de acordo com as nossas condições originais — da riquíssima experiência do PCUS e do povo soviético no domínio da edificação da nova sociedade». E mais: «A experiência histórica ensina que os comunistas podem alcançar êxitos invulgares nas lutas de classe contra o imperialismo, desde que sejam fieis à grande bandeira do marxismo-leninismo e às ideias do internacionalismo proletário».

A *República Popular da Polónia* obteve uma pesada herança da Segunda Guerra Mundial que vitimou 6 milhões de polacos — um em cada cinco cidadãos — e deixou mais de 2 milhões inválidos e mutilados. Os hitlerianos exterminaram a intelectualidade polaca. Por exemplo, foram mortos mais de metade dos 13 mil médicos que havia na Polónia antes da guerra. Destruidas mais de 40% da riqueza nacional, arrasadas e pilhadas mais de 70% das empresas e fábricas. A capital da Polónia, Varsóvia, ficou em ruínas.

Naquele período difícil a União Soviética socorreu o povo polaco. Segundo o primeiro Acordo comercial entre a URSS e a Polónia Popular — Acordo sobre o fornecimento de mercadorias e as condições de pagamento, concluído a 20 de Outubro de 1944 entre a URSS e o Comité Polaco de Libertação Nacional — a Polónia recebeu, na qualidade de créditos sem juros, artigos deficitários em toda a Europa como

hulha, petróleo, farinha, chá, manteiga e fósforos. Em 1945, as remessas soviéticas constituíram 90,6% das importações da Polónia, enquanto as exportações polacas para a União Soviética cifraram-se em 93,4 por cento. Para liquidar a ameaça da fome a URSS enviou para a Polónia cereais nas seguintes quantidades: 100 mil toneladas segundo o acordo de 12 de Outubro de 1946; 300 mil toneladas segundo o acordo de 29 de Agosto de 1947; 200 mil toneladas segundo o acordo de 26 de Janeiro de 1948. Coadjuvou na reconstrução de indústrias, portos marítimos, transportes e comunicações. Ao caracterizar aquele período, o CC do Partido Operário Unificado Polaco sublinhou nas teses consagradas ao 30º aniversário da República Popular da Polónia: «As dificuldades e a grandeza das tarefas a resolver pelo poder do povo não tinham precedentes na nossa história. Era preciso iniciar a construção da nova vida, criar o aparelho administrativo, dar pão, tecto, combustível e roupas ao povo, liquidar devastações, restabelecer empresas industriais e os transportes, organizar o sistema de ensino e saúde pública, garantir a ordem pública e proteger monumentos da cultura e arte. O nosso povo nunca esquecerá a ajuda verdadeiramente amistosa que nos prestou a União Soviética nos anos mais difíceis depois da guerra. Esta ajuda teve importância transcendente para o restabelecimento do país e o lançamento das bases da economia socialista»¹.

Tudo isto, permitiu reconstruir em pouco tempo a

¹ Jornal *Trybuna Ludu*, nº 51, 20 de Fevereiro de 1974.

economia em ruínas, proceder à edificação económica e política e construir o socialismo.

A República Popular da Polónia tornou-se um dos dez países industrialmente adiantados mais desenvolvidos do mundo; a produção industrial constituía mais de metade do rendimento nacional. Em 1979, a produção industrial ultrapassou em 15 vezes a de 1950. Hoje 27% da população vive da agricultura, ao passo que nos anos precedentes à guerra este índice superava os 60 por cento. A Polónia ocupou posições avançadas na Europa quanto à produção de carruagens e, no mundo, quanto à produção de máquinas de construção de estradas, fundição de aço, construção naval, extracção de sulfúrio e hulha.

A República Popular da Polónia registou progressos inéditos no domínio da instrução pública e da cultura. Por exemplo, em 1979 na economia nacional trabalhavam 891 mil especialistas com instrução superior (em 1938 na Polónia sob o regime burguês, apenas 70 mil pessoas). Presentemente um em cada quatro polacos é estudante.

As elevadas cadências de desenvolvimento da economia polaca devem-se em grande parte à ampla cooperação com os restantes países socialistas. Os países da comunidade socialista são os principais compradores dos artigos industriais polacos. Em 1979 a estes países correspondeu 77,3% das máquinas e equipamentos exportados pela Polónia, 69,6 por cento dos artigos de primeira necessidade. Por sua vez, os países socialistas são os principais fornecedores da Polónia em equipamento industrial, matérias-primas, combustível, produtos agrícolas e alimentos.

A Polónia também exporta produtos agrícolas e alimentares para países capitalistas desenvolvidos (mais de 67% em meados dos anos setenta).

Nas relações económicas da Polónia um lugar de destaque é ocupado pela União Soviética, o principal importador de máquinas, equipamentos e artigos de primeira necessidade fabricados na Polónia, garantindo o funcionamento estável das empresas polacas.

A cooperação económica soviético-polaca mutuamente vantajosa permite resolver as mais importantes tarefas da economia nacional de ambos os países. A União Soviética presta assistência técnica à Polónia no desenvolvimento da metalurgia, energética, das indústrias química e de extracção de petróleo. Mais de 100 empresas funcionam com equipamento soviético. Em 1980, estas unidades proporcionaram 45% do aço, 32% dos laminados, 43% do ferro gusa, 30% do coque, 31% da borracha sintética, 58% do petróleo refinado em todo o país.

Ao mesmo tempo as exportações polacas — barcos, comboios, máquinas de construção de estradas, máquinas-ferramentas de corte de metal, equipamentos para empresas de produção de ácido sulfúrico, indústria alimentar e outros sectores ajudaram a União Soviética a alcançar os seus objectivos económicos.

Os êxitos económicos, científicos, culturais e na esfera da instrução pública e o crescente prestígio da Polónia na arena internacional contribuíram consideravelmente para a consolidação da comunidade socialista e o aumento da sua influência nas questões

mundiais relacionadas à luta pela paz reunindo as condições necessárias ao trabalho criador dos povos que iniciaram a edificação do socialismo e do comunismo.

Entretanto, em 1980-1981, a Polónia transforma-se no palco de uma exacerbada luta de classes. Já antes se disse que os países da comunidade socialista são os primeiros a percorrer o caminho da construção de socialismo e, por isso, enfrentam dificuldades que as forças imperialistas e os seus auxiliares procuram agravar não descurando nenhum meio para corroer, minar o mundo socialista e afastar as amplas massas da própria ideia de socialismo.

Quando às dificuldades objectivas do crescimento e às actividades subversivas do imperialismo se somam erros de ordem subjectiva, falhas na política interna, voluntarismo e desprezo pelas leis fundamentais da edificação socialista, a situação agrava-se, criando-se um terreno favorável às forças anti-socialistas. Foi o que aconteceu na Polónia. Não é o socialismo o culpado das dificuldades, mas a violação dos seus princípios, o desprezo das suas leis económicas, das normas leninistas de vida do partido, a negligência para com contradições sociais e deficiências no trabalho ideológico.

Os inimigos do socialismo, inspirados e apoiados pela reacção imperialista, tentam separar a Polónia da comunidade socialista e restaurar o capitalismo no país. Provocando a anarquia, minando a disciplina e a ordem legal no país, procuram imprimir uma orientação contra-revolucionária ao desenvolvimento do país. Atacam furiosamente o partido. Iludindo as massas trabalhadoras, os elementos subversivos dizem

que não lutam contra o socialismo, mas contra o papel dirigente do partido. Esta manobra não é nova! Nos primeiros anos do Poder Soviético, a contra-revolução tentou separar as amplas massas trabalhadoras do seu verdadeiro defensor e porta-voz dos seus interesses, dos comunistas, fomentando sublevações contra-revolucionárias sob a palavra de ordem «Os Sovietes sem comunistas».

«Os acontecimentos na Polónia revelam uma vez mais como é importante para o Partido a fim de afirmar o seu papel dirigente, escutar atentamente as massas, lutar resolutamente contra todas as manifestações de burocratismo e voluntarismo, desenvolver consequentemente a democracia socialista e aplicar uma política realista e ponderada nas relações económicas externas.

O socialismo mundial conheceu inúmeras provações na sua história. Houve momentos difíceis e momentos de crise. Mas os comunistas sempre repeliram corajosamente os ataques dos adversários e triunfaram. Assim foi e assim será também de futuro»¹, foi assinalado no relatório ao XXVI Congresso do PCUS.

A Segunda Guerra Mundial colocou a *Roménia* à beira da catástrofe. O prejuízo causado à sua economia superou 3,5 vezes o rendimento nacional de 1938. Em 1944 a indústria do país produziu apenas 40% do nível dos anos anteriores à guerra. A Alemanha nazi submeteu a *Roménia* a uma pilhagem incrí-

¹ *Relatório do CC do PCUS ao XXVI Congresso do PCUS, Moscovo, Politizdat, 1981, p. 10.*

vel, tendo levado os bens roubados em 1,5 milhões de vagões.

O desenvolvimento da revolução popular democrática na *Roménia* como em todos os países que se libertaram teve as suas particularidades.

Em Agosto de 1944, os exércitos da 2ª Frente da Ucrânia comandada pelo general do Exército, Malinóvski, e da 3ª Frente da Ucrânia comandada pelo general do Exército, Tolbúkhine, infligiram uma das derrotas mais graves em toda a Segunda Guerra Mundial às tropas fascistas na sequência da operação Iassi — Kichiniov. As tropas romenas estavam completamente desmoralizadas: os soldados abandonavam as suas posições.

O Partido Comunista aproveitou a situação criada pela ofensiva do Exército Soviético e a 23 de Agosto de 1944 ergueu as forças patrióticas para a insurreição antifascista.

Os elementos reaccionários agrupados em torno do monarca procuraram aproveitar a conjuntura política depois do derrubamento do regime fascista de Antonescu para fortalecer as suas posições. Os governos de Sanatescu e depois do general Radescu sabotaram as transformações democráticas e tentaram com o apoio das forças do imperialismo internacional instaurar uma ditadura militar reaccionária, impedir a reforma agrária, etc. A presença das tropas soviéticas na *Roménia* ajudou os comunistas e os trabalhadores a sanear os elementos reaccionários e os seus fantoches dos órgãos do poder. Pressionado pelas massas populares o governo de Radescu viu-se forçado a demitir-se.

O novo governo encabeçado por Petru Groza tomou posse a 6 de Maio de 1945. A reforma agrária, uma das primeiras medidas deste governo, contribuiu para o reforço da aliança operário-camponesa. Na altura a União Soviética pôs à disposição do governo romeno máquinas e alfaías agrícolas, incluindo 500 tractores, assim como uma considerável quantidade de cereais de semente e batatas.

A luta de classes estendeu-se a todas as esferas. Ao perderem o poder político, os círculos burgueses e latifundiários passaram a minar a reconstrução da economia romena e a fazer tudo para desacreditar o novo governo. Recrudesceu a sabotagem nas empresas, sobretudo da indústria petrolífera, na qual os capitalistas estrangeiros e nacionais se esforçaram por reduzir a produção, etc.

Nesta situação difícil a Roménia contou com o apoio da União Soviética. Cumprindo o Acordo de troca de mercadorias concluído a 8 de Maio de 1945, o governo soviético forneceu algodão à Roménia, o que reanimou a indústria têxtil atingida pela falta de matérias-primas; atendendo às dificuldades financeiras do país, aumentaram as exportações de artigos tradicionais romenos para a URSS, a preços vigentes em 1945. O Acordo de Cooperação Económica assinado no mesmo ano previu a concessão por parte da União Soviética de apreciável ajuda técnica e financeira a fim de restabelecer os transportes e os principais sectores da indústria romena. As exportações soviéticas possibilitaram a recuperação da indústria petrolífera.

Tudo isto permitiu fortalecer as posições do novo

governo, reunir as forças democráticas em torno do partido comunista e criar condições propícias ao aprofundamento da revolução e da sua paulatina transformação em revolução socialista. Em 30 de Dezembro de 1947 é deposta a monarquia e proclamada a República Popular da Roménia (a partir de 1965, República Socialista da Roménia).

Nos anos de edificação do socialismo, os trabalhadores romenos realizaram, graças à estreita cooperação com os demais povos dos países socialistas, profundas transformações revolucionárias na sua terra, alcançando êxitos relevantes no desenvolvimento económico. Em 1979 o rendimento nacional ultrapassou 13 vezes o dos anos precedentes à guerra. Foram criados novos sectores industriais; desenvolveram-se impetuosamente as indústrias metalomecânica e química; aumentou o bem-estar dos trabalhadores; registaram-se progressos sensíveis na ciência, na cultura e na arte; generalizou-se o sistema de dez anos de escolaridade obrigatória.

As amplas relações da Roménia com os restantes países da comunidade socialista asseguram matérias-primas, combustível, metais, máquinas, equipamentos e outros artigos indispensáveis ao desenvolvimento da sua economia nacional. O primeiro parceiro comercial da Roménia é a União Soviética. Com o apoio técnico desta foram construídas grandes unidades industriais: os combinados químicos em Craiova e em Dej, uma empresa de alumínio em Oradia, uma fábrica de coque em Hunie-Doara, empresas de produção de soda calcinada e cáustica e de borracha sintética, etc. As centrais eléctricas construídas com o con-

curso da URSS fornecem mais de 50% da energia eléctrica consumida pelo país.

Por sua parte, a Roménia participou com outros países socialistas na construção de obras importantes como o gasoduto Oremburgo-Fronteira Ocidental da URSS, o combinado de celulose e papel em Ust-Ilimsk, o combinado de enriquecimento de minério de asbesto em Kiembáiev.

A Roménia realiza também uma estreita cooperação com os demais países socialistas. Colaborou na construção de centrais térmicas na RDA; cooperou com a Jugoslávia na construção de uma central eléctrica no Danúbio, na zona das Portas de Ferro; juntamente com a Bulgária constrói um grande complexo energético no Danúbio, etc.

Para a economia nacional não são menos importantes as encomendas dos países socialistas. Estes são os principais importadores de produtos da indústria química romena, assim como de máquinas e equipamentos. A Roménia equipa as empresas soviéticas de produção de coque na base dos produtos de destilação de petróleo, as fábricas de cimento da Coreia do Norte, a indústria de extracção e transformação de apatite na República Socialista do Vietname, o combinado químico de destilação sob pressão atmosférica da RDA, etc.

O reforço das relações e a ampliação da cooperação com a União Soviética e os outros países irmãos são para o povo romeno o garante do desenvolvimento da Roménia socialista.

A *Checoslováquia* é um dos países mais industrializados da Europa.

A sua indústria em 1945 produziu apenas metade do que produzia antes da guerra. Os mais de 6 anos de ocupação nazi e a adaptação da indústria checoslovaca às necessidades militares, imposta pela Alemanha fascista, prejudicaram amplamente a economia nacional: faltavam matérias-primas e combustível, a fome ameaçava generalizar-se.

Então a União Soviética forneceu à Checoslováquia produtos alimentares, hulha, petróleo, manganésio e outras mercadorias, que permitiram pôr em funcionamento as fábricas e abastecer de víveres a população. Naqueles dias podiam ler-se no «Rude Pravo» notícias deste tipo: «Em conformidade com decisão do governo da URSS a partir de 1 de Julho do corrente ano, o Estado Maior do 5º Exército da Guarda distribuirá entre a população de Ostrava da Morávia 3 600 toneladas de cereais, 325 toneladas de açúcar e 125 toneladas de sal. Além disso, os habitantes de Brno receberão 4 400 toneladas de cereais, 375 toneladas de açúcar e 150 toneladas de sal. O governo soviético emitiu uma disposição no sentido de aumentar os racionamentos de pão e açúcar. . .»¹. Para normalizar os transportes, a União Soviética colocou temporariamente à disposição do Ministério checoslovaco das Comunicações 40 mil vagões, 245 locomotivas e 2 mil tanques para os caminhos de ferro.

Atendendo ao pedido de ajuda urgente com géneros alimentícios formulado pelo governo checoslovaco, a URSS forneceu cereais na Primavera de 1946. O pedido deveu-se a que a Organização para questões

¹ *Relações Soviético-Checoslovacas, 1945-1960. Documentos e Materiais*, Moscovo, 1972, p. 24, ed. em russo.

de ajuda e reconstrução dos países da coligação anti-hitleriana (UNRRA), apesar dos compromissos assumidos, se negou a fornecer cereais à Checoslováquia.

Em 1948 a Checoslováquia já estava em condições de reembolsar os empréstimos com artigos industriais. Um telegrama enviado pelo Presidente do Conselho de Ministros da URSS ao Presidente do governo checoslovaco a 29 de Novembro de 1947 dizia: «Ao camarada Gottwald. Recebi a sua carta de 25 de Novembro. Obrigado. É bom que ma tenha escrito. Só ao lê-la compreendi como é inquietante o estado económico do vosso país. Reuni-me com camaradas responsáveis e chegámos à conclusão de que podemos ajudá-los.

Primeiro. Aumentar a quantidade de cereais até 600 mil toneladas em vez das 400 mil t. prometidas e das 550 mil t. requeridas por vossa parte. . .

Terceiro. Se em 1948 puderem fabricar 50 mil t. de tubos para oleodutos, 30 mil t. de carris para bitola larga, 20 mil t. de carris para bitola estreita e outras encomendas anteriormente feitas por nós, concordamos em fazer os cálculos de seis em seis meses conforme o vosso pedido, concedendo o montante do saldo em créditos da URSS à Checoslováquia. . .

Sexto. O povo soviético compromete-se a fornecer 600 mil t. de cereais à Checoslováquia até Abril de 1948. Espero que este compromisso seja cumprido»¹.

¹ *Relações Soviético-Checoslovacas, 1945-1960. Documentos e Materiais*, Moscovo, 1972, pp. 122-123, ed. em russo.

O fornecimento pela URSS de matérias-primas e as encomendas soviéticas de artigos industriais checoslovacos foram factores decisivos na restauração e desenvolvimento da economia checoslovaca.

Nos anos que passaram depois de ser libertada pelo Exército Vermelho, a Checoslováquia alcançou êxitos notáveis na construção do socialismo. Actualmente encontra-se entre os países mais evoluídos do mundo. O sector piloto da economia é a indústria metalomecânica. A Checoslováquia ocupa hoje um dos primeiros lugares no mundo quanto à produção por habitante da indústria metalomecânica.

A Checoslováquia é um país cujo desenvolvimento económico depende em medida considerável de factores externos. A pobre base de matérias-primas, as áreas de lavoura limitadas e o estreito mercado interno tornam a economia checoslovaca sensível às relações económicas externas e impõem a sua participação activa na divisão internacional do trabalho. O elevado volume de exportações exemplifica a ligação entre o comércio externo e o desenvolvimento económico da Checoslováquia. No início dos anos 70, exportavam-se cerca de um quarto da produção da indústria metalomecânica, mais de 45% das indústrias de vidro, porcelana e cerâmica, mais de 80% de motocicletas, mais de 70% de bicicletas, cerca de 70% de tractores, 56% de calçado de borracha, cerca de 45% de calçado de couro, 44% de lúpulos, 33% de açúcar, etc.

Por outro lado, avultam-se as importações de combustível, matérias-primas e materiais para satisfazer as necessidades da indústria checoslovaca. Neste aspec-

to o principal papel é desempenhado pela União Soviética que satisfaz quase todas as necessidades da Checoslováquia em matérias-primas como petróleo, gás natural, minério de ferro, alguns metais não-ferrosos, etc.

A estabilidade das relações económicas e a coordenação dos planos económicos com outros países socialistas têm importância transcendente no desenvolvimento da economia checoslovaca. Os contratos a longo prazo com a URSS e outros países socialistas fomentam a produção em série, o que contribui para a elevação da eficácia da produção e acelera o progresso técnico e científico. A título de exemplo, na RFA 20 locomotivas com rectificadores de silício considera-se como produção em série, porém, a Checoslováquia exporta por ano para a União Soviética uma quantidade incomparavelmente maior de locomotivas deste tipo.

As encomendas da União Soviética, o principal importador de produtos checoslovacos, — por exemplo, cerca de 40% das exportações checoslovacas na indústria mecânica — permitiram à indústria checoslovaca sair para posições avançadas no mundo quanto à produção de certos artigos da indústria metalomecânica, mais concretamente: locomotivas, eléctricos, tróleys, etc.

Não é menos importante para a Checoslováquia a importação de máquinas e equipamentos soviéticos, designadamente automóveis, tractores, máquinas agrícolas, comboios, máquinas e ferramentas de corte de metais, gruas e guindastes, equipamentos para construção de estradas, material electrónico, etc. É tam-

bém apreciável o fornecimento de alguns tipos de produtos alimentares e artigos domésticos.

A União Soviética participou na remodelação da indústria checoslovaca e na construção de grandes obras industriais: conjuntos de empresas «Nova Hut» Clement Gottwald em Ostrava, empresas metalúrgicas na Eslováquia Oriental, empresas petroquímicas «Slovnaft», assim como a primeira central atómica e o metropolitano em Praga, etc.

A Checoslováquia mantém relações com outros países socialistas. A eles cabe mais de dois terços do volume de comércio externo da República. Além do comércio externo, desenvolvem-se outras formas de cooperação. Por exemplo, com a RDA na produção de máquinas agrícolas, com vários países socialistas na indústria automobilística; e na construção de uma fábrica de níquel em Cuba. Ajudou a construir um combinado de celulose na Roménia, o oleoduto «Drujba» (Amizade), etc.

Deste modo, a cooperação estreita com países da comunidade socialista favorece a implementação dos planos de edificação do socialismo na Checoslováquia, o ascenso da economia nacional, altos ritmos de desenvolvimento económico, o que permitiu ao país colocar-se entre os Estados industrialmente mais evoluídos do mundo. Confirmam-no tanto os factos, como a estatística. Por isso os inimigos do socialismo e os seus auxiliares, os oportunistas de direita, caluniam a cooperação da Checoslováquia com os países socialistas, sobretudo com a União Soviética.

Gustáv Husák declarou a este respeito: «Na nossa economia generalizam-se as aquisições da revolução

técnico-científica; aproveitam-se as vantagens proporcionadas pela divisão socialista do trabalho... Neste sentido queremos acentuar que temos em elevado aprego o significado da cooperação económica entre a República Socialista da Checoslováquia e a União Soviética. Sem a ajuda da URSS não conseguiríamos satisfazer as nossas necessidades a longo prazo em matérias-primas estratégicas e energia, nem garantir o escoamento de nossos artigos industriais, nem alcançar o nível mundial em certos sectores da produção, nem resolver as tarefas de desenvolvimento técnico e científico»¹.

Os trabalhadores checoslovacos provam na prática a sua fidelidade aos ideais do comunismo, ampliando a base técnica e material do socialismo, aprofundando a integração económica socialista e consolidando a posição internacional da República Socialista da Checoslováquia.

A *Jugoslávia* foi um dos países mais atingidos pela Segunda Guerra Mundial: um em cada 10 habitantes foi morto: os ocupantes nazis destruíram 15% das habitações, arrasaram cerca de 2/5 das unidades fabris e a rede de transportes, escolas, hospitais, monumentos históricos e culturais.

O poder democrático popular formou-se ao longo da luta armada do povo contra os invasores fascistas, encabeçada pelo partido comunista. A derrota das tropas nazis em Estalinegrado e a ofensiva do Exército Soviético, favoreceram o crescimento do Exército Po-

¹ O XV Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia. Praga, 12-16 de Abril de 1976. Moscovo, 1977, p. 29, ed. em russo,

pular de Libertação da Jugoslávia, que nos finais de 1943 obteve uma série de vitórias sobre os ocupantes, viabilizando a formação do governo provisório, o Comité Nacional de Libertação da Jugoslávia (CNLJ).

Em Setembro de 1944, em conformidade com o Acordo entre o governo da URSS e o CNLJ sobre acções conjuntas com vistas à libertação definitiva da Jugoslávia, as tropas soviéticas, na sequência de combates encarniçados, derrotaram o exército hitleriano, atravessaram a fronteira e o Danúbio nos arredores da cidade Kruševac e juntaram-se ao Exército Popular de Libertação da Jugoslávia. Em 20 de Outubro de 1944 libertaram em conjunto a capital da Jugoslávia, Belgrado. Até Maio de 1945 o mesmo aconteceu com o resto do país. A 29 de Novembro de 1945, a Assembleia Constituinte adoptou uma declaração sobre a liquidação definitiva da monarquia e proclamou a República Popular Federativa da Jugoslávia (desde 1963, República Socialista Federativa da Jugoslávia).

Depois da instauração do poder popular, foram realizadas importantes transformações sócio-económicas; aboliu-se a propriedade privada, grande e média, sobre os meios de produção; a direcção da economia concentrou-se nas mãos do Estado; liquidou-se a grande propriedade fundiária; foram nacionalizados bancos, sistema de créditos, transportes, comércio grossista, etc.

Nos anos do poder popular a Jugoslávia transformou-se num país industrial-agrário, tendo a produção industrial aumentado 14 vezes em relação ao nível anterior à guerra. Hoje num mês produz-se que em todo o ano de 1939. A Jugoslávia participa activamente na

divisão internacional do trabalho, desenvolve o seu comércio externo. É de salientar que os artigos industriais constituem a parte dominante nas exportações jugoslavas, destacando-se os artigos das indústrias metalomecânica, electrotécnica, têxtil e de transformação de madeira, assim como da construção naval e da metalurgia não-ferrosa. Progresso sensível registou-se no domínio da instrução e da saúde públicas. A Jugoslávia esforça-se por igualizar o nível económico e cultural das repúblicas federadas.

Coopera com os países membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica e participa nos trabalhos de várias comissões permanentes deste organismo e na cooperação da produção entre os países do CAME. A União Soviética é o país socialista com que mantém relações mais amplas. Ela ajuda a desenvolver vários sectores da economia jugoslava, equipa empresas metalúrgicas, electrotécnicas e energéticas, fornece máquinas-ferramentas, veículos, tractores, etc. Em conformidade com o Acordo de Cooperação assinado em 1972, a União Soviética concedeu à Jugoslávia um crédito de 540 milhões de dólares a fim de financiar os equipamentos soviéticos para centrais térmicas, unidades da metalurgia ferrosa e não-ferrosa, da indústria de hulha, refinarias de petróleo e de outros sectores, mais concretamente: a segunda fase do combinado metalúrgico em Smederevo, minas de minério de ferro, chumbo e zinco, uma dezena de centrais eléctricas, fábricas de enriquecimento de minério, etc. As empresas construídas com o concurso económico e técnico da União Soviética proporcionam 25% da energia, 42% do ferro gusa, 35% do aço e 32% do co-

que produzido na Jugoslávia, que exporta para a União Soviética artigos industriais. Acrescente-se que as encomendas soviéticas contribuem para o desenvolvimento de importantes sectores da indústria jugoslava.

A União Soviética é um mercado estável de escoamento das mercadorias jugoslavas. O comércio soviético-jugoslavo é mutuamente vantajoso.

A cooperação técnica e científica entre os dois países evolui rapidamente.

Outros países socialistas cooperam em ampla escala com a Jugoslávia. A Polónia deu apoio técnico à construção de uma série de centrais térmicas, empresas de vidro e outras unidades. A Checoslováquia forneceu equipamentos para uma empresa de celulose, uma fábrica de cabos eléctricos, uma unidade química e uma empresa automobilística. A RDA ajudou a desenvolver a extracção de lignite. A RDA e a Jugoslávia assinaram um acordo a longo prazo de cooperação no fabrico de equipamentos para a indústria mineira, guindastes e equipamento para fábricas de cimento. A Hungria participou na construção de uma empresa de aglomerados de madeira, etc. Por sua parte a Jugoslávia construiu na RDA um aviário, vários hotéis, casas, e na Checoslováquia empresas industriais, habitações, etc. Tudo isto se repercute na economia nacional jugoslava, proporcionando uma base estável para o aumento das capacidades produtivas e da rentabilidade das empresas jugoslavas.

As relações com os países do CAME, sobretudo com a União Soviética, desenvolvem-se em todos os domínios — político, económico, cultural e científico,

*A evolução dos processos
de aproximação económica*

No período de formação dos Estados de democracia popular prevaleceram as relações bilaterais entre os países do sistema socialista. A edificação do socialismo colocou uma série de novos problemas comuns a todos estes países e exigiu uma utilização mais ampla das vantagens proporcionadas pela divisão socialista do trabalho e pelas medidas conjuntas no desenvolvimento da economia e na implementação da política de modo a resistir à pressão das potências imperialistas. Impôs-se ampliar a ajuda económica e técnica mútua, o que só seria possível no quadro de cooperação multilateral. Os processos de desenvolvimento interno e a situação política externa exigiram passos com vistas ao reforço da unidade e da coesão dos países socialistas e ao incremento da cooperação multilateral no interesse da edificação do socialismo e da manutenção da paz.

No início de 1949, foi constituído o Conselho de Ajuda Mútua Económica que definiu como sua tarefa primordial a coordenação dos planos económicos na base da especialização e cooperação da produção, assim como a adopção de medidas tendentes a alargar a cooperação técnica e científica e a ajuda mútua. O CAME foi fundado pela Bulgária, Hungria, Polónia, União Soviética e Checoslováquia. A Albânia aderiu no mesmo ano: a RDA em 1950; a Mongólia em 1962; Cuba em 1972; a República Socialista do Vietname em Junho de 1978. A Jugoslávia, sem ser membro do CAME, participa nos trabalhos de alguns dos

seus órgãos, designadamente: nas comissões permanentes para questões de comércio externo, monetárias e financeiras, de siderurgia, indústrias metalomecânica e química e outras. A República Democrática Popular da Coreia participa no CAME como observador e em questões do seu interesse. A China tomou parte — também na qualidade de observador — nos trabalhos do CAME até 1966. A Albânia deixou de ser membro do CAME em 1961. Em 1979, a XXIII Sessão do CAME satisfez o pedido da República Democrática Popular do Iémen de participar nos seus trabalhos como observador.

A formação do CAME significou o desenvolvimento das relações económicas entre os países socialistas. V. I. Lénine indicou a tendência objectiva e internacional para a aproximação dos povos, a necessidade de uma união económica estreita dos povos livres da exploração, «a tendência para criar uma economia mundial única, considerada como um todo, regulada segundo um plano geral pelo proletariado de todas as nações, tendência que já se manifestou com toda a evidência sob o regime capitalista e que deve incondicionalmente continuar a desenvolver-se até chegar a realizar-se por completo sob o socialismo»¹. A formação do sistema socialista mundial, livre das contradições antagónicas e da subjugação de uns Estados por outros, é uma brilhante expressão desta tendência.

Com a adesão da Mongólia, de Cuba e do Vietname, o CAME, que aparecera como organização eco-

¹ V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, t. 3, p. 353.

nómica dos países socialistas europeus, transformou-se numa organização internacional, passando a abranger três continentes. Progride a cooperação entre os países do CAME e o Laos, Angola e a Etiópia.

O CAME é uma organização inteiramente internacionalista. O artigo 2 dos seus Estatutos preconiza «adesão ao CAME é livre a outros países que aceitem os objectivos e os princípios do Conselho e estejam dispostos a assumir os deveres expostos nos presentes Estatutos». Os Estatutos dizem que o CAME está prestes a «desenvolver relações económicas com todos os países independentemente do seu regime social e político na base dos princípios de igualdade, vantagens mútuas e não ingerência nos assuntos internos». Confirma-o a prática da cooperação entre o CAME e a Finlândia baseada no acordo concluído entre eles em 1973 e o alargamento das relações entre o CAME e o Iraque e o México.

O Conselho de Ajuda Mútua Económica baseia-se nos princípios de verdadeiro democratismo e igualdade soberana de todos os países que o integram. A igualdade em direitos é assegurada, em primeiro lugar, pela representação equitativo no Conselho e pela igualdade de deveres e direitos para todos os membros; na actividade do CAME excluem-se quaisquer formas de coerção.

Todas as recomendações e decisões adoptadas pelo CAME são acordadas com os países interessados, o que garante a protecção dos seus interesses e exclui vantagens unilaterais.

Os objectivos e os princípios de cooperação entre os Estados do CAME e outros países correspondem

completamente aos princípios de coexistência pacífica entre Estados com diferentes regimes sociais e económicos, bem como aos objectivos da política externa de paz praticada pelos países socialistas.

O Conselho de Ajuda Mútua Económica representa deste modo uma organização internacional de novo tipo que se norteia pelos princípios do internacionalismo, igualdade e soberania, vantagens mútuas e ajuda recíproca.

Nisto consiste a diferença entre o CAME e as organizações económicas do mundo capitalista. Por exemplo, os preceitos do «Mercado Comum» fixam oficialmente a diferença entre países grandes e pequenos: a participação nesta organização depende do peso político, do poder económico, das capacidades financeiras e de território de cada país. No Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia, a Inglaterra, a RFA, a França e a Itália têm 10 votos cada; a Bélgica e os Países Baixos, 5 votos cada; a Irlanda e a Dinamarca, 3 votos cada; Luxemburgo, 2 votos. No Parlamento Europeu a distribuição é a seguinte: dos 410 lugares à Inglaterra, França, RFA e Itália correspondem 324 lugares (ou seja, 81 para cada país) e aos restantes países, apenas 86 lugares. No Fundo Monetário Internacional o critério principal para a distribuição dos votos é o capital com que entra cada país. Aqui dominam os Estados Unidos.

A integração capitalista agrava as contradições e coloca em confrontação os interesses dos países capitalistas do mesmo grupo, assim como os interesses dos grupos e uniões económicas. Disso testemunham numerosos factos e, em particular, os factos ligados à en-

trada da Inglaterra, da Dinamarca e da Irlanda no «Mercado Comum», as contradições que se verificam nas sessões da CEE, etc. «O imperialismo enredou-se, assinala Iú. V. Andrópov, em antagonismos, comoções e conflitos, internos e interestatais»¹.

Hoje, os países socialistas cooperam entre si no quadro do Conselho de Ajuda Mútua Económica e de outras organizações económicas e técnico-científicas internacionais. Destas podemos citar a Organização de Cooperação nos Caminhos de Ferro (OCCF) de que fazem parte a Albânia, Bulgária, Hungria, Vietnã, RDA, China, Coreia do Norte, Cuba, Mongólia, Polónia, Roménia, URSS e Checoslováquia; o Banco Internacional de Cooperação Económica (BICE), cujos membros são a Bulgária, Hungria, Vietnã, RDA, Cuba, Mongólia, Polónia, Roménia, União Soviética e Checoslováquia; organizações especializadas como a INTERMETAL (chamada a coordenar a produção, desenvolvimento e cooperação no domínio da siderurgia); a AGROMACH especializada na produção de máquinas agrícolas; a INTERELECTRO encarregada da ampliação e aprofundamento da cooperação económica, técnico-científica e de produção, assim como de satisfação mais ampla das necessidades dos países membros em artigos electrotécnicos de elevada qualidade; a INTERATOMENERGO, responsável pela cooperação no fabrico de equipamentos e pela colaboração técnica na construção e exploração de centrais atómicas; a INTERTEXTIL-

MACH, responsável pela cooperação técnico-científica e de produção na indústria têxtil, e outras.

Todas estas organizações contribuem para o alargamento das relações entre os países socialistas e para a criação de uma base estável e segura de reforço dos laços económicos e de elevação da eficácia da divisão internacional do trabalho, o que favorece a implementação dos planos de edificação do socialismo em cada país.

A experiência histórica demonstra que nas condições actuais as tentativas de construir o socialismo isoladamente, sem o apoio dos outros países socialistas, sem recorrer às relações e troca mutuamente vantajosas, enfrentam inevitavelmente dificuldades intransponíveis no que respeita aos recursos económicos, energéticos e de combustível, à base de matérias-primas, materiais sintéticos, etc.

Por exemplo, apesar da dinâmica da construção de centrais hidroeléctricas e do desenvolvimento da energética nuclear, as principais fontes de energia continuarão a ser, pelo menos em alguns países socialistas, a hulha, o petróleo e o gás natural. O principal fornecedor de combustível aos países membros do CAME é a União Soviética. Ela cobre mais de 70% das necessidades destes nos mais importantes tipos de matérias-primas e combustível; petróleo e ferro gusa — quase na totalidade; minério de ferro — 90%; hulha, manganésio, algodão, laminados, adubos fosfatados — mais de 3/5; madeira — 80%.

Será que um país que dispõe de suficientes recursos de combustível e matérias-primas, pode desenvolver a sua indústria, ciência e agricultura sem troca de

¹ *Materiais do Plenário do CC do PCUS. 14-15 de Junho de 1983, p. 24.*

experiência e documentação técnica, sem relações económicas e comerciais? Enfim, o desenvolvimento das indústrias extractiva e de combustível exige investimentos que não estão ao alcance de todos os Estados. Basta dizer que na URSS nas indústrias extractivas e de combustível se investe 3,5 vezes mais do que nas indústrias transformadoras.

A União Soviética, sempre fiel ao seu dever internacionalista, aumenta as expontações de combustível e matérias-primas para os outros países socialistas apesar das dificuldades de exploração dos jazigos e de transporte das regiões siberianas e setentrionais. Todavia, a economia soviética, tal como a economia de qualquer outro membro do CAME que exporte mercadorias do género não aguenta o peso de investimentos desproporcionais no quadro desta organização, pois eles diminuem a eficácia da produção e o fundo de consumo, principal fonte da elevação do nível material e cultural de vida do povo. Por isso os países do CAME procuram solucionar as questões de combustível e energia não mediante relações meramente comerciais, mas, por exemplo, construindo e explorando em conjunto grandes unidades económicas.

Esta nova forma de cooperação económica entre os países socialistas já foi concretizada na construção do oleoduto Oremburgo-Fronteira Ocidental da URSS, em que participaram operários e especialistas de vários países do CAME, cujo contributo e valores materiais serão compensados pela União Soviética mediante o fornecimento de gás natural. Na exploração florestal e na construção de empresas de transformação de madeira e metalúrgicas soviéticas participam

operários búlgaros, cujo trabalho a URSS paga fornecendo madeira e metal à Bulgária. Parte dos artigos produzidos nas empresas de acumuladores para automóveis, de cabos com armadura de esmalte e de microelectromotores, em construção na República Democrática Popular da Coreia com a assistência soviética, serão canalizados para a União Soviética para amortizar os créditos contraídos.

A Polónia, Cuba, Roménia e outros países socialistas constroem em conjunto diferentes obras e empresas.

Naturalmente, cada país socialista procura solucionar os problemas económicos e políticos que enfrenta com os seus recursos, o entusiasmo e a iniciativa dos trabalhadores, os esforços das pessoas interessadas na prosperidade da sua pátria socialista. No entanto, a vida e a experiência acumulada na formação e desenvolvimento dos países socialistas indicam que é impossível edificar o novo regime social sem o apoio do sistema socialista mundial. Isso equivaleria hoje à condenação voluntária a enormes dificuldades e sofrimentos e conduziria a esforços irracionais, desperdício de recursos e de mão-de-obra, desenvolvimento económico, técnico-científico e social retardado e, enfim, marcha lenta para o socialismo e comunismo.

Solicitar os países capitalistas, pedindo o seu auxílio, seria demasiado ingénuo, pois eles não perderiam oportunidade de utilizar esta ajuda para restaurar o capitalismo, acabar com a independência deste país e transformá-lo em instrumento das forças imperialistas na sua luta contra o mundo socialista.

As ideias de autarcia que transparecem por vezes

das opiniões de economistas de alguns países não são mais que o legado das épocas passadas quando estes países desempenhavam o papel de apêndices de matérias-primas no mundo capitalista e a burguesia nacional procurava o domínio ilimitado no mercado interno.

O desenvolvimento de todos os ramos da economia nacional na base do progresso técnico e científico, o florescimento da arte e literatura e o ascenso da cultura nacional até ao nível dos países mais evoluídos do mundo são inconcebíveis numa conjuntura de autarcia e de isolamento, sem relações estreitas entre países socialistas.

Toda a evolução dos laços entre países socialistas confirma o carácter frutuoso da unidade fraternal entre eles e a necessidade objectiva da coesão e ajuda mútua.

Na realidade, poderiam países onde 80% da população activa estava ocupada na agricultura e silvicultura (caso da Bulgária e Roménia) e cuja economia foi seriamente prejudicada pela guerra desencadeada pelo fascismo hitleriano, poderiam estes e muitos outros países recuperar e transformar-se em prazos historicamente curtos em Estados industrialmente desenvolvidos sem o apoio da comunidade socialista?

Depois da Segunda Guerra Mundial os países socialistas enfrentaram problemas bastante difíceis: primeiro, superar o atraso, reconstruir a economia nacional e alcançar o nível de desenvolvimento económico dos países capitalistas; segundo, igualizar os níveis económicos dos países socialistas. Os êxitos na so-

lução destas duas tarefas estão à vista de todos actualmente.

Nos 30 anos de existência do CAME a produção industrial dos seus países membros multiplicou-se por catorze. O seu rendimento nacional aumentou 8 vezes. Se em 1950 os países europeus do CAME produziam menos de 58 biliões de kW de energia eléctrica do que os Estados do actual «Mercado Comum», menos de 12 milhões de t. de aço, menos de 2 milhões de t. de adubos minerais (a razão da substância activa), hoje a sua produção global ultrapassou de longe a da CEE: electricidade, quase 130%; ferro gusa e aço, 150%; cimento, 140%; celulose, 260%; tecidos de lã e calçado de couro, 140%; adubos minerais, quase 35% da produção mundial; etc.

As vantagens do sistema socialista e a aplicação correcta das leis económicas objectivas viabilizaram o desenvolvimento rápido da produção industrial. Em 1979, ano do 30º aniversário do CAME, o volume de produção industrial dos países que o integram era 24 vezes superior ao que se produziu nestes territórios em 1937. No mesmo período a produção industrial dos países capitalistas aumentou 5,8 vezes.

Presentemente, os países socialistas constituem um dos núcleos industrialmente mais evoluídos do mundo: a sua parte na produção industrial mundial ultrapassou os 40 por cento.

As elevadas taxas de produção industrial dos países da comunidade socialista permitem acelerar a aproximação económica dos países outrora atrasados com os desenvolvidos. Os dados sobre a percentagem da indústria no rendimento nacional dos países mem-

bro do CAME testemunham o desenvolvimento progressivo deste processo, embora a sua intensidade não seja igual (Ver quadro N1).

Acrescente-se que aproximar não significa retardar o desenvolvimento dos países evoluídos. Por exemplo, os ritmos de crescimento da Checoslováquia e da RDA, países industrializados antes do início da edificação do socialismo, são tão elevados como nos restantes Estados socialistas: nos anos 70 a indústria da Checoslováquia produzia 10 vezes mais do que em 1937¹; em 30 anos a produção industrial da RDA elevou-se 10 vezes. Estes números mostram como são inconsistentes as afirmações dos ideólogos burgueses no sentido de que o socialismo só assegura progressos sensíveis em países economicamente atrasados.

Outro índice caracterizador do processo de aproximação do nível de desenvolvimento económico dos

Quadro N° 1

Crescimento da produção industrial e parte da indústria no rendimento nacional (em %)

Países	Produção industrial em 1979 (1950-100%)	Parte da indústria no rendimento nacional em 1979
Bulgária	23 vezes	56,6
Hungria	8,6 vezes	48,1
RDA	8,9 vezes	61,0
Cuba	2,0 vezes	—
Mongólia	15 vezes	27,8
Polónia	15 vezes	52,8
Roménia	31 vezes	59,5
URSS	12 vezes	51,6
Checoslováquia	8,2 vezes	64,3

¹ Ver: *Statistická Ročenka ČSSR*, 1976, p. 25.

Quadro N° 2 Produção por habitante dos artigos industriais mais importantes

	Anos	Bulgária	Hungria	RDA	Cuba	Mongólia	Polónia	Roménia	URSS	Checoslováquia
Energia eléctrica (em kW/h)	1950	110	322	1059	—	27,4	380	130	507	749
	1979	3681	2292	5784	692	798	3335	2946	4700	4469
Aço (em kg)	1950	0,7	112	68	—	—	101	34	152	252
	1979	281	365	419	33,5	—	546	585	566	972
Adubos minerais (substância activa, em kg)	1950	—	4,3	79	—	—	6,5	—	6,9	7,7
	1979	77,7	97,4	280	130	—	69,1	114	84	78,6
Fibras sintéticas (em kg)	1950	—	0,4	5,1	—	—	1,0	0,1	0,1	2,1
	1979	10,4	2,6	17,4	0,5	—	6,9	6,5	4,2	9,9
Alumínio (em kg)	1950	83	85	77	115*	—	101	63	57	161
	1979	612	454	733	267	115	545	665	467	673

* Dados de 1960

países membros do CAME é a redução da diferença na produção por habitante dos artigos industriais mais importantes (Ver quadro N2).

Ora, os trinta anos de existência do CAME foram marcados por êxitos assinaláveis dos países da comunidade socialista. Também de futuro na cooperação entre os países socialistas se revelarão as mesmas tendências para o crescimento do potencial económico de cada país e a aproximação dos seus níveis de desenvolvimento.

Sem dúvida, não é possível igualizar absolutamente a produção da maior parte dos produtos devido às particularidades de cada país e da sua estrutura económica, assim como devido à divisão socialista internacional do trabalho que impõe a especialização de cada país em determinados produtos. Ao mesmo tempo a cooperação e a integração económica socialista continuarão a concorrer para o desenvolvimento nivelado da economia e da produção, assim como para a satisfação das necessidades materiais e culturais dos povos dos países socialistas.

A aproximação do nível de desenvolvimento económico dos países socialistas realiza-se com a consolidação do sector socialista na economia nacional destes países, com a industrialização e o lançamento da indústria moderna, com a transformação dos países outrora agrários em países industrial-agrários e a modificação da estrutura social, com a transformação da classe operária na classe mais numerosa da sociedade, com a integração e participação activa de todos os trabalhadores na edificação do socialismo.

Vários países da comunidade socialista encontram-

-se, actualmente, mais ou menos na mesma etapa de construção socialista e resolvem tarefas em muitos aspectos análogos. Por exemplo, os congressos dos partidos comunistas e operários irmãos da Bulgária, Hungria, RDA, Roménia e Checoslováquia apontaram como objectivo principal a construção da sociedade socialista desenvolvida.

A aproximação do desenvolvimento económico, cultural e social é um processo complexo, dependente de muitos factores: da dinâmica do desenvolvimento de todos os sectores da produção material e das transformações económicas e sociais, da intensidade do progresso técnico e científico, dos ritmos de elevação do nível de vida dos trabalhadores, dos êxitos no domínio da instrução, etc.

Os factores externos também são muito importantes, em particular, o desenvolvimento de diferentes formas de cooperação económica, técnica e científica, e o apoio dos outros países socialistas. Neste campo destaca-se a convergência entre os interesses nacionais e internacionais dos países socialistas e os objectivos de toda a comunidade socialista.

De modo que o processo de aproximação dos países socialistas se opera paralelamente ao seu desenvolvimento, revelando-se como lei objectiva, e «... quanto mais elevados e mais próximos uns dos outros forem os níveis do desenvolvimento social dos países socialistas maior será a compreensão mútua entre eles, mais orgânica, rica e profunda será a sua cooperação»¹.

¹ *Materiais do Plenário do CC do PCUS. 14-15 de Junho de 1983, p. 22.*

Em todos os estádios de desenvolvimento dos países socialistas a cooperação e ajuda mútua tiveram importância primordial na formação destes países e na implementação dos planos de edificação socialista. A cooperação e ajuda mútua são expressões das tendências dominantes no desenvolvimento económico do sistema socialista mundial: por um lado, consolidação da organização de Estado e da soberania nacional de cada país socialista na base do crescimento dinâmico da economia nacional e, por outro, a ampliação e aprofundamento das relações económicas e da aproximação económica dos países socialistas.

Integração económica socialista

A vida coloca novas tarefas aos países da comunidade socialista. O nível de desenvolvimento económico alcançado e a necessidade de elevar a eficácia da produção social, a introdução das descobertas técnicas e científicas em todas as esferas da economia nacional, a luta conjunta contra as tentativas do imperialismo de minar as bases do socialismo em países separados e de corroer a comunidade socialista em geral exigem objectivamente que se aperfeiçoem as formas e aprofundem constantemente as relações multilaterais entre os Estados socialistas.

Com o crescimento do potencial económico dos países socialistas, ampliam-se as relações económicas entre eles e a cooperação entre os sectores da sua economia nacional, aumenta o número de tarefas que

resolvem em conjunto. Tudo isto implica uma coordenação mais profunda dos planos económicos enquanto base de desenvolvimento da divisão socialista do trabalho.

Ao coordenar os planos económicos dos países socialistas levam-se em conta as possibilidades de aproveitamento racional das potencialidades de cada um deles no interesse nacional e de modo a reforçar o poderio da comunidade socialista.

A divisão socialista do trabalho permite que as economias nacionais dos países socialistas se complementem umas às outras, se desenvolvam e aprofundem entre eles relações de produção, científicas e outras. Assim se processa a integração económica socialista.

A internacionalização da vida económica dos países socialistas não limita a soberania da economia nacional de cada um deles. Em contraste com a actividade das multinacionais capitalistas assente no sistema de sucursais, nos países socialistas as relações de produção e a actividade económica conjunta assentam na planificação das economias nacionais. A título de exemplo, na indústria automobilística dos países do CAME formou-se um sistema de produções interligadas: a empresa de automóveis Vóljski e empresas cooperantes no estrangeiro, a produção soviético-húngara de autocarros, a produção soviético-búlgara de viaturas ligeiras, etc. Em cada caso as empresas integram-se em complexos de produção, sem no entanto perder o seu carácter nacional.

A integração económica socialista respeita o princípio de voluntariedade, não criando portanto órgãos

supranacionais, e é profundamente internacionalista quanto ao conteúdo.

O Programa Complexo de aprofundamento e aperfeiçoamento da cooperação e de desenvolvimento da integração económica socialista dos países do CAME adoptado na XXV Sessão do CAME em Bucareste em Julho de 1971 é um brilhante exemplo da combinação dos interesses nacionais e internacionais de cada país socialista e da comunidade socialista em geral. Abrange todas as direcções de cooperação económica — na produção, técnico-científica, comercial, monetário-financeira —, a coordenação dos planos quinquenais e a planificação a longo prazo. O Programa Complexo determinou objectivos importantes de cooperação económica para os próximos 15 a 20 anos: elevação do bem-estar e nível cultural nos países do CAME, desenvolvimento acelerado das forças produtivas, incremento máximo da eficácia económica da produção social na base da introdução das descobertas técnicas e científicas.

Traçou planos de aproximação do nível de desenvolvimento económico dos países membros do CAME através da participação cada vez mais activa dos países industrialmente menos desenvolvidos na especialização e cooperação da produção, da concessão de apoio técnico na projecção, construção e exploração de unidades, venda de patentes, etc. O Programa Complexo prevê a elaboração de medidas de coordenação dos planos económicos dos países do CAME, e-nuncia as questões da cooperação que devem ser examinadas pelos organismos responsáveis pela planificação, entre elas as direcções fundamentais da coope-

ração técnica e científica, a coordenação na política de investimentos, o fomento da especialização e cooperação da produção, volumes de fornecimentos recíprocos, etc. Está prevista a cooperação no domínio do prognóstico do desenvolvimento económico a longo prazo.

O período relativamente curto que decorreu após à adopção do Programa Complexo confirmou a sua necessidade. Já foram realizadas uma série de medidas. Assinaram-se novos acordos de unificação dos esforços dos países do CAME na solução de importantes tarefas económicas, elaboração conjunta de processos tecnológicos modernos, criação de equipamentos rentáveis, etc.

Foi traçada a via de resolver uma das mais importantes tarefas — a procura de processos racionais e mutuamente vantajosos de resolução do problema de matérias-primas e combustível. Criam-se o Sistema Electroenergético Único na base dos sistemas unificados dos países europeus membros do CAME e o Sistema Energético Único da URSS. Para o efeito, foi construída uma potente linha de alta tensão de 750 kV Vinnitsa - Ucrânia Ocidental (URSS) - Albertirs (Hungria). Em conformidade com os acordos previamente assinados concretiza-se o grandioso projecto de exploração de jazigos de gás condensado na região de Oremburgo, e já foi concluído o Gasoduto Oremburgo - Fronteira Ocidental da URSS de 2 750 km, através do qual serão feitos fornecimentos avultados de gás natural soviético (15,5 biliões de m³ por ano).

Assinaram-se acordos multilaterais de especializa-

ção e cooperação em diversos sectores industriais dos países do CAME. Em 1980, na indústria metalomecânica a especialização passou a abranger mais de 10 mil artigos. A forma mais progressiva de especialização internacional é a produção de mecanismos e peças.

A divisão internacional do trabalho favoreceu a especialização dos países do CAME. Actualmente, no âmbito do CAME cerca de 95% das retro-escavadoras são produzidas pela URSS e pela Polónia, aproximadamente 80% dos autocarros, na Hungria e na URSS. A União Soviética e a Roménia especializam-se em equipamentos para a indústria petrolífera, a Polónia, em máquinas para a construção de estradas, a Bulgária, em monta-cargas eléctricos, etc.

Consideráveis progressos registam-se na cooperação técnica e científica. Esta abarca cerca de 1 600 organizações de projecção e investigação científica, Academias das Ciências dos países do CAME. Existem 54 centros de coordenação científica, colectivos internacionais de cientistas, organizações de projecção e desenho industrial e de investigação científica, laboratórios, etc.

As medidas técnicas e científicas previstas no Programa Complexo elevam a eficácia da cooperação técnico-científica dos países membros do CAME e contribuem para a solução de grandes problemas ligados ao progresso técnico. De acordo com elas foram projectados novos aparelhos, mecanismos e máquinas, produtos, preparados e materiais, elaboradas e actualizadas centenas de processos tecnológicos.

No desenvolvimento da integração económica socialista o papel principal cabe à planificação conjunta

dos países do CAME. Trata-se da coordenação não somente dos planos quinquenais como também dos planos a longo prazo, escalonados até 1990.

A XXIX Sessão do Conselho de Ajuda Mútua Económica que teve lugar em Junho de 1975 em Budapeste, aprovou um plano coordenado de actividades integracionistas dos países membros do CAME para 1976-1980. Este plano elaborado com esforços conjuntos marcou uma nova etapa no reforço e aperfeiçoamento da cooperação e na evolução da integração económica socialista. Prevê a construção de grandes obras e o lançamento de novas capacidades produtivas com os esforços dos países interessados. A sua implementação viabilizou um acréscimo substancial da produção de celulose, asbesto, minério de ferro, ligas de ferro, níquel e outros artigos necessários aos países interessados.

Nesta sessão os governos da Bulgária, Hungria, RDA, República de Cuba, Polónia, Roménia, URSS e Checoslováquia assinaram um acordo geral de cooperação no aumento das capacidades produtivas de níquel e cobalto em Cuba.

Constatarem que algumas regiões da Mongólia serão visitadas pela expedição geológica internacional incumbida de fazer o levantamento da carta geológica, a prospecção e avaliação de todos os tipos de minerais e a prospecção prévia dos jazigos de maior interesse. Estes trabalhos são financiados por países membros do CAME.

A aspiração dos países socialistas ao desenvolvimento de relações com Estados com regimes sociais diferentes materializou-se na proposta feita pelo Conselho

de Ajuda Mútua Económica em Fevereiro de 1976 sobre o acordo entre o CAME e os países integrantes, por um lado, e a CEE e os países que a integram, por outro, assim como sobre a base das relações entre estas duas organizações.

As decisões da XXXIV Sessão do CAME celebrada em 1980 em Praga contribuíram para determinar as direcções principais de desenvolvimento económico e social dos países membros do CAME. A análise dos resultados da coordenação dos planos económicos para 1981-1985 e da realização dos programas de cooperação a longo prazo nos sectores chave da economia demonstrou que os países do CAME, fomentando e aprofundando a integração económica socialista, criam condições favoráveis à solução das tarefas sociais e económicas no quinquénio em curso e à elevação do bem-estar dos povos.

As referidas decisões constituíram um grande passo em frente na realização dos acordos de cooperação multiforme fraternal, concluídos nos encontros dos dirigentes dos partidos comunistas e operários.

A Sessão de Praga decorreu num ambiente de unanimidade de pontos de vista e compreensão mútua, confirmando uma vez mais que os países do CAME consideram a cooperação mútua como um importante factor de reforço da coesão da comunidade socialista.

Os enormes problemas resolvidos no processo de integração económica socialista, exigem esforços ainda maiores para superar as dificuldades próprias de uma causa nova e complexa. Os Estados socialistas abrem novos caminhos na cooperação e as dificuldades resul-

tam por vezes da insuficiência de recursos financeiros, materiais e técnicos para aplicar as medidas, de capacidades produtivas, de circunstâncias imprevistas que podem produzir-se em cada país, etc.

No entanto, estas dificuldades são superadas através do estabelecimento de relações profundas, estáveis e a longo prazo entre as economias nacionais dos países socialistas.

O significado político do Programa Complexo que abrange todos os aspectos de desenvolvimento das forças produtivas dos países da comunidade socialista consiste em que este prevê o lançamento de uma base material estável de progresso futuro dos povos dos países socialistas e de fortalecimento ulterior da sua coesão e unidade.

Todos os países da comunidade socialista atribuem significado primacial ao Programa Complexo de integração económica socialista.

A experiência dos países da comunidade socialista e a integração económica socialista confirmam a objectividade dos esforços unitários dos países socialistas, as suas enormes capacidades e a grande força da solução conjunta das tarefas mais complexas de fortalecimento do poderio da comunidade socialista mundial.

O estudo e a generalização da experiência acumulada revestem-se de grande importância para o futuro aperfeiçoamento das formas e métodos de cooperação e estão a cargo dos trabalhadores da esfera das relações externas e dos cientistas dos países socialistas.

O professor da Escola Superior de Economia Bruno Leischner em Berlim, Doutor em Economia, Oigen

Faude no seu artigo «A Integração Económica Socialista e a Tarefa Económica Capital» publicado na revista *Einheit* constata que a divisão socialista internacional do trabalho e a cooperação facilitam o aproveitamento em todos os países socialistas das vantagens da produção moderna e o aumento da produtividade do trabalho. Segundo o autor, esta divisão do trabalho permite resolver racionalmente as contradições entre a escala da produção como condição da sua eficácia e a limitação do mercado nacional; entre a crescente diversidade de produtos, por um lado, e a necessidade de concentração racional e especialização da produção, por outro; entre as cadências ascendentes do progresso técnico e científico e as despesas que este exige, por um lado, e os reduzidos recursos materiais, financeiros e de mão-de-obra; entre a desigual distribuição geográfica de recursos naturais e a estrutura regional de consumo de matérias-primas e combustível ligada ao desenvolvimento de núcleos e centros económicos.

Daí, escreve O. Faude, o facto do cumprimento da tarefa capital formulada nos congressos dos partidos irmãos dos países da comunidade socialista depender, em muitos aspectos, do aprofundamento e do aperfeiçoamento da cooperação económica entre os países do CAME e, sobretudo, com a União Soviética. Em primeiro lugar, são indispensáveis a coordenação rápida e a unificação dos esforços. A unidade de objectivos sócio-económicos, políticos e ideológicos imprimem grande dinamismo à coordenação e aproximação das suas economias nacionais. A solução conjunta da tarefa principal e a determinação do seu conteúdo são

expressões brilhantes da aproximação económica e da coesão política dos países da comunidade socialista¹.

Ao usar da palavra num Simpósio dedicado ao desenvolvimento da economia checoslovaca Stanislav Vlna sublinhou que a necessidade da integração económica internacional decorre do próprio nível de desenvolvimento do sistema socialista mundial, quando as leis económicas já transpõem as fronteiras de cada país e passa a actuar em toda a comunidade.

Paralelamente com esta necessidade que se pode definir como «interna» da comunidade socialista, não se deve subestimar o factor «externo», isto é, as exigências da nova fase de competição económica e sócio-política entre os dois sistemas mundiais.

Os problemas da integração económica socialista são estudados por muitos cientistas nos países socialistas. As investigações teóricas neste campo ajudarão a solucionar as questões relacionados com a adaptação da estrutura económica de cada país, a elaborar a metodologia de cooperação e a aumentar a eficácia dos mecanismos de integração.

Assim, a experiência de formação e desenvolvimento dos países que iniciaram a edificação da nova sociedade demonstra que a sua coesão é um factor inalienável que garante o desenvolvimento nacional na base socialista.

O processo de integração que se desenrolou nos anos 70, tornou-se objecto de uma exacerbada luta política, económica e ideológica. De início, os economistas e políticos burgueses consideravam que a formação do

¹ Ver: *Einheit*, 1973, nº 9, pp. 1071-1072.

CAME (1949) e, depois, a primeira fase de coordenação de planos (1954) estavam condenadas ao fracasso ou, pelo menos, não trariam qualquer efeito. Com o correr do tempo já não lhes foi possível silenciar ou subestimar os êxitos da cooperação entre os países do CAME durante a realização do Programa Complexo. Hoje, a imprensa burguesa já não tem o desplan-te de qualificar o CAME como «sociedade anónima de mendigos», como faria antes. Contudo, intensificou-se a actividade subversiva contra a comunidade socialista e multiplicaram-se as tentativas dos ideólogos burgueses de deturpar a realidade e difamar a integração económica socialista, os seus objectivos e carácter.

Os «críticos»burgueses tentam inculcar a ideia de que as relações económicas internacionais no quadro do CAME são «antidemocráticas». Procuram intimidar os países socialistas, declarando que a integração socialista equivale à subordinação a Moscovo, que o Programa Complexo limitaria a soberania nacional dos países membros do CAME. No Ocidente falam do carácter forçado da aproximação económica, à qual compele a União Soviética.

Todas estas teses estão muito longe da realidade, pois a integração económica socialista é um processo histórico objectivo de desenvolvimento do socialismo mundial. Neste processo regulam-se de modo consciente e planificado as relações económicas dos países da comunidade socialista, nivela-se o desenvolvimento económico e aproximam-se as economias nacionais de acordo com as leis da edificação do socialismo.

Como já foi dito, a actividade do CAME baseia-se

nos princípios de igualdade soberana de todos os países integrantes, o que vem consagrado nos seus Estatutos. A igualdade em direitos é assegurada, antes de mais, pela representação equitativa dos Estados membros do CAME, pelos seus deveres e direitos iguais; a participação no CAME exclui quaisquer formas de coerção. Todas as recomendações e decisões são adoptadas apenas com o acordo dos países interessados, facto que garante a protecção dos seus interesses e exclui quaisquer vantagens unilaterais. Ninguém tem o direito de se ingerir nas relações económicas externas dos países do CAME com outros Estados.

A internacionalização da vida económica dos países socialistas prossegue de maneira a conservar a soberania de cada economia nacional.

Os teóricos burgueses também o compreendem. Alguns deles, ao sugerir o modelo de integração capitalista para países socialistas, não podem deixar de concluir que a inexistência de um órgão supranacional no quadro do CAME e o respeito pela soberania de cada país participante são factores que «se não excluem, mas em todo o caso limitam as possibilidades integracionistas».

Não correspondem à realidade as afirmações de economistas burgueses de que a integração económica socialista não beneficia a maior parte dos países membros do CAME.

Neste caso a própria vida refuta esta tese anticomunista. É indeclinável a integração económica permite aos países do CAME desenvolverem-se e realizarem os programas de edificação socialista. Isto também já foi demonstrado nos capítulos precedentes.

Existe um outro aspecto importante da cooperação mutuamente vantajosa entre os países do CAME. A base de matérias-primas relativamente pobre, as áreas de lavoura limitadas, os mercados internos estreitos em relação ao nível de desenvolvimento industrial (caso da RDA, da Checoslováquia, da Hungria) para a comercialização de produtos da indústria metalomecânica colocam a economia destes Estados na dependência das relações económicas externas e impõem a sua participação activa na divisão internacional do trabalho. Por isso a estabilidade de relações económicas é tão importante para estes países. Ela está assegurada pela coordenação dos planos económicos nacionais, processo que se aprofunda à medida que vai sendo realizado o Programa Complexo.

Vislumbra-se uma nova etapa de desenvolvimento. Os congressos dos partidos comunistas e operários deram um importante impulso à iniciativa e ao trabalho dos povos dos países socialistas. O XXVI Congresso do PCUS, o II Congresso do Partido Comunista de Cuba e os congressos de outros partidos irmãos reafirmaram a importância histórica e a necessidade de prosseguir a aproximação multiforme dos países socialistas, para a qual contribui a concretização do Programa Complexo de integração económica socialista.

Os processos cada vez mais profundos de internacionalização da vida económica, a interligação crescente das economias nacionais, a ajuda mútua de experiências entre os partidos irmãos permitiram solucionar as tarefas capitais: concluir as revoluções democrático-populares, consolidar o poder operário-camponês, reunir condições para prosseguir a transformação da

sociedade na base dos princípios socialistas, igualizar o desenvolvimento dos países socialistas, e, enfim, meter ombros às tarefas da edificação da sociedade socialista desenvolvida na maior parte deles.

A consolidação das relações de produção socialistas e do regime socialista, as leis gerais de desenvolvimento social, a política internacionalista dos partidos comunistas e operários que se identificam com as posições do marxismo-leninismo criam um terreno favorável à aproximação política dos Estados socialistas soberanos e lançam uma base segura para a sua unidade dentro da comunidade socialista que intervém no cenário internacional como uma frente unida com objectivos comuns.

A UNIDADE DE OBJECTIVOS E ACÇÕES DOS PAÍSES SOCIALISTAS NÁ ARENA INTERNACIONAL

A unidade de objectivos na política externa

Os objectivos dos países socialistas no campo da política externa decorrem da própria natureza de novo regime social e devem contribuir para a realização das suas tarefas de construção.

No caso da União Soviética, o primeiro Estado socialista do mundo, sua política externa têm por objectivos assegurar, juntamente com outros países socialistas, condições internacionais favoráveis à edificação do socialismo e comunismo; consolidar a unidade e a coesão dos países socialistas, amizade e fraternidade; apoiar o movimento de libertação nacional e alargar a cooperação multiforme com os Estados em desenvolvimento; defender o princípio da coexistência pacífica de Estados com diferentes regimes sociais; repelir resolutamente as forças agressivas do imperialismo e livrar a Humanidade de uma nova guerra mundial.

Uma das principais características da política externa leninista praticada pela União Soviética reside no facto de ela seguir uma concepção única, um plano único e se harmonizar com os objectivos da

edificação comunista e o Programa do Partido Comunista.

O Programa de Paz avançado no XXIV Congresso do PCUS, a política proclamada no XXV Congresso do PCUS que visa e sua continuação e a luta pela paz e independência dos povos, e o desenvolvimento orgânico do Programa de Paz formulado no XXVI Congresso do PCUS de acordo com os problemas internacionais da actualidade constituem exemplos elucidativos de como as tarefas no domínio da política externa são actualizadas. É lícito qualificar estes programas de planos de actividade na política externa.

Ora, apesar de ser difícil programar iniciativas no campo da política externa, os países socialistas e em primeiro lugar a União Soviética, têm introduzido alguns princípios de programação na prática das relações internacionais. Estes princípios assentam numa base rigorosamente científica, marxista-leninista, e estão em conformidade com as tarefas históricas que o próprio desenvolvimento do mundo coloca na ordem do dia, facto mais de uma vez confirmado pela vida e pelo realismo dos passos empreendidos na política externa.

A comunidade socialista distingue-se pela estabilidade das suas posições na política externa. Isto explicita-se na luta coerente pela paz e segurança dos povos, na política sem raciocínios conjunturais orientada para o desanuviamiento internacional, a cooperação e a generalização do princípio de coexistência pacífica entre Estados com diferentes regimes sociais como norma de relações internacionais. É

bem consagrado nos principais documentos constitucionais dos países socialistas. A importância da manutenção da paz e da segurança reflecte-se no facto de nas constituições adoptadas na última década pelos países socialistas se atribuir grande atenção aos problemas internacionais e estas conterem artigos que preceituam contribuir dentro do possível para a consolidação da segurança dos povos e o desanuviamento da tensão internacional. Uma série de constituições destacam a ajuda mútua, que favorece a coesão e as acções conjuntas dos países socialistas.

Assim, a Constituição da República Popular da Bulgária consagra que o país conta com «a ajuda mútua e cooperação com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e outros países da comunidade socialista; com o apoio do movimento comunista e operário internacional e de todas as forças progressistas do mundo» e que os cidadãos da Bulgária estão dispostos a «fortalecer e ampliar a aliança indestrutível, a amizade e a cooperação multilateral com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e outros países socialistas irmãos; a apoiar a luta justa dos povos pela independência e pelo progresso social; a contribuir para a consolidação da paz universal e o entendimento mútuo entre todos os povos do planeta...» Continuando, o Artigo 12º preconiza que «a República Popular da Bulgária pertence à comunidade socialista mundial, o que constitui uma das condições capitais da sua independência e desenvolvimento multilateral».

A Constituição da República Democrática Alemã

consagra que a RDA realiza uma política externa ao serviço da paz e do socialismo e uma política de compreensão mútua entre os povos e de garantia da segurança; que a RDA está ligada para todo o sempre e irreversivelmente por laços de amizade à URSS, reforça e desenvolve a amizade, cooperação multilateral e ajuda mútua com todos os países da comunidade socialista; que fomenta a cooperação com todos os Estados na base da igualdade de direitos e do respeito mútuo. Sublinha-se também que a RDA aspira à paz estável em todo o mundo e se pronuncia a favor do desarmamento geral.

A Constituição da República de Cuba proclama como princípios básicos da sua política externa o internacionalismo proletário, a amizade e solidariedade com os povos em luta pela independência nacional e soberania. A República de Cuba «baseia as suas relações com a União Soviética e os demais países socialistas no internacionalismo socialista, nos objectivos comuns da construção da nova sociedade, na amizade fraternal, na cooperação e na ajuda mútua».

A Constituição Socialista da República Democrática Popular da Coreia preconiza: «De acordo com os princípios do marxismo-leninismo e internacionalismo proletário, o Estado une-se com os países socialistas e com os povos de todos os países que se erguem contra o imperialismo e apoia a sua luta revolucionária e de libertação nacional».

«O dever supremo da República Popular da Mongólia — estipula a Constituição deste país — e a mais importante condição da sua prosperidade

e do fortalecimento da independência é a preocupação constante pelo reforço da unidade e coesão dos povos dos países socialistas na base dos princípios do marxismo-leninismo».

A política externa de paz praticada pelos países socialistas reflecte-se de modo brilhante na Constituição da URSS, num artigo especial respeitante à política soviética de paz, segurança dos povos e ampla cooperação internacional. «A política externa da URSS visa assegurar condições internacionais favoráveis à construção do comunismo na URSS, à defesa dos interesses estaduais da União Soviética, ao fortalecimento das posições do socialismo mundial, ao apoio à luta dos povos pela libertação nacional e pelo progresso social, à prevenção das guerras de agressão, à obtenção do desarmamento geral e completo e à permanente aplicação prática do princípio da coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes.» (Constituição da URSS, Art. 28).

O Artigo 30º da Constituição da URSS diz: «A URSS, como parte integrante do sistema mundial do socialismo, da comunidade socialista, desenvolve e fortalece a amizade, a cooperação e a ajuda mútua amigável com os países socialistas, de acordo com o princípio do internacionalismo socialista e participa activamente na integração económica e na divisão socialista internacional do trabalho».

A política externa do Partido Comunista da União Soviética no sentido de consolidar as posições do socialismo mundial e fortalecer a paz universal ganhou o apoio activo de todos os países socialistas ir-

mãos e povos amantes da paz no nosso planeta. Ao caracterizarem os objectivos da sua política, os partidos comunistas e operários governantes dos países socialistas acentuam nas resoluções dos congressos, reuniões plenárias dos seus Comités Centrais e outros documentos a sua solidariedade com o programa da política externa soviética, bem como a sua aspiração a contribuir para acções coordenadas com a URSS e todos os países da comunidade socialista na arena internacional.

Unidos no âmbito do regime social comum e pelos objectivos comuns, os povos dos países irmãos reforçam a amizade e a cooperação, prestam ajuda desinteressada e apoio uns aos outros, contribuindo assim para o crescimento do potencial económico e político de cada país socialista e da comunidade socialista em geral, para a sua influência cada vez maior no desenvolvimento social do mundo.

A política externa dos países da comunidade socialista, a sua unidade internacionalista e as suas acções coordenadas influem de modo cada vez mais profundo na vida internacional contemporânea e na solução dos problemas fulcrais da política mundial.

A política externa dos países socialistas assente na análise científica marxista-leninista dos processos mundiais, é elaborada tendo em conta as leis objectivas de desenvolvimento social; os seus objectivos correspondem aos interesses dos povos e do progresso de toda a Humanidade.

Os países socialistas enquanto Estados soberanos, determinam independentemente a sua política ex-

terna. Os partidos comunistas e operários, apoiando-se na doutrina marxista-leninista, formulam os objectivos da política externa de acordo com os seus programas e tarefas da edificação socialista e comunista. Dado o carácter comum das tarefas de edificação do socialismo e comunismo, os objectivos da política externa dos países socialistas também são análogos, interligando-se de modo indissolúvel com as tarefas internacionalistas da comunidade socialista em geral.

A construção, com êxito, do socialismo em cada país reforça o prestígio e a força de toda a comunidade socialista; inversamente, o fortalecimento do poder do sistema socialista mundial permite solucionar importantes tarefas nacionais em cada país socialista. Os interesses de cada país socialista no campo da política externa, entrosados com os interesses internacionalistas gerais, tendem dialecticamente para uma aproximação cada vez maior, condicionada por vários factores, inclusive pela igualação do potencial económico, técnico, científico e cultural.

A coordenação de acções na política externa

À medida que se amplia a cooperação dos países socialistas em todas as esferas e se aprofunda a integração económica socialista, os seus interesses nacionais entrelaçam-se cada vez mais. As necessidades essenciais de desenvolvimento nacional dos países socialistas, a sua participação no cumprimento das

tarefas de consolidação da comunidade socialista em geral, a luta conjunta contra o imperialismo, pela paz e segurança põem como condição a concordância mais completa dos interesses dos países socialistas em torno de um grande número de problemas.

A coordenação de acções políticas externas da comunidade socialista resulta da necessidade prática, das tarefas internacionais e nacionais comuns e dos objectivos únicos na política externa. Ela tem grande importância no plano teórico, provando uma vez mais a inconsistência das concepções sobre diversos «modelos de socialismo». Se um país quiser construir o «seu» próprio socialismo, desprezando as leis gerais da construção socialista, a sua política externa será necessariamente «adequada» ao «modelo de socialismo» pelo qual optou, quer dizer, este Estado adoptará inevitavelmente uma política externa «particular», baseada em princípios também «particulares», ou seja, deferentes dos marxistas-leninistas.

É, contudo, absolutamente evidente que esta política «particular» estaria em flagrante contradição com os interesses nacionais, pois este país deveria enfrentar sozinho a pressão concordada dos Estados imperialistas que, não obstante as contradições crescentes entre eles, realizam um delineamento comum em relação aos países socialistas em todas as esferas — política, económica, ideológica. É sabido que os estrategas imperialistas atribuem grande importância à política concordada no quadro da NATO, do «Mercado Comum», etc. Para pressionar

alguns países membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica, o «Mercado Comum» pratica medidas *anti-dumping*, limitações quantitativas e concessões em relação a direitos da pauta das alfândegas única. Procurando diminuir a unidade da comunidade socialista, a CEE tenciona estabelecer relações com os países do CAME que lhe permitam, mediante concessões comerciais, «influir progressivamente nas suas relações económicas, na política monetária e de preços, nos métodos de comércio com os países ocidentais, tendo em vista a liquidação do monopólio do comércio externo»¹.

Nos últimos anos, assiste-se a uma tendência marcada para acções concordadas na política externa dos países capitalistas em todos os aspectos. «Um importante sucesso da comunidade (Comunidade Económica Europeia — *N. de Autor*) neste ano foi o progresso notável na coordenação da política externa dos Estados signatários, sobretudo nos domínios outrora fora da competência da Comunidade. Isto refere-se, antes de mais, à Conferência de Segurança e Cooperação Europeias em Helsínquia, à VII Sessão especial da ONU em torno dos problemas dos países em desenvolvimento e à adopção de uma posição inequívoca da Europa em relação aos acontecimentos em Espanha e Portugal... Este progresso na coordenação da política externa é ainda mais notável por faltar progressos aná-

¹ M. Kaser. *The EEC and Eastern Europe: Prospects for Trade and Finance. International Affairs*, London, 1973, vol. 49, nº 3, p. 406.

logos na solução dos problemas relativos ao desenvolvimento da própria comunidade»¹.

A coordenação das posições dos países capitalistas na política externa tomou formas marcadamente anti-socialistas nos últimos anos. Os círculos imperialistas, alarmados com a crescente influência do socialismo, empreenderam uma verdadeira cruzada não só contra os países socialistas como também contra o desanuviamiento internacional, no qual estão igualmente interessados tanto os povos dos países socialistas como os povos de todos os países do mundo. Esta política foi adoptada muito antes dos acontecimentos no Afeganistão em Dezembro de 1979 que proporcionaram apenas mais um pretexto para reiniciar o ataque manifesto e orquestrado contra os países socialistas. O assunto não é meramente cronológico: basta lembrar que já em 1975, ano em que foi assinada a Acta Final em Helsínquia sobre Segurança e Cooperação Europeias, os países da NATO preparavam o plano de instalação de novos mísseis na Europa Ocidental. Em 1977, sob a pressão dos Estados Unidos, a NATO aprovara directirizes para os países integrantes sobre o aumento anual dos seus orçamentos militares até 1984. Pode-se citar outros factos ligados ao aumento exagerado do poder militar dos países da NATO com vista a alcançar a superioridade militar, criar «forças de intimidação» e minar o desanuviamiento. A isto pode-se somar as delongas premeditadas na ratificação do acordo SALT-2, etc.

¹ *Financial Times*, 8/12/1975, p. 11.

Enfim, a administração actual e, pessoalmente, o Ex-Secretário de Estado, A. Haig, desmentiu declarações de vários políticos americanos no sentido de que a decisão de congelar a ratificação do SALT-2 estava relacionada com os acontecimentos no Afeganistão. Num encontro com redactores-chefes dos jornais americanos em Junho de 1981 Haig declarou: quanto ao SALT-2, existe a opinião de que este foi vítima do Afeganistão. Não há nada mais longe da verdade.

Escudando-se com a suposta «ameaça de Moscovo», as forças reaccionárias procuram edificar as suas relações com a União Soviética e outros países socialistas a partir de posições de força. Declaram bloqueios económicos, reduzem as relações técnico-científicas e culturais, boicotam os Jogos Olímpicos em Moscovo, etc.

As posições anti-socialistas não são coordenadas apenas pela NATO e por outras organizações de países ocidentais. Esta questão foi objecto de debates em cimeiras. Assim aconteceu na cimeira dos maiores Estados capitalistas — os Estados Unidos, a França, a RFA, a Inglaterra, a Itália, o Canadá e o Japão — realizada em Veneza em Junho de 1980. Além das posições para com os problemas económicos do mundo capitalista, nesta reunião foram discutidas questões internacionais. Os Estados Unidos, sob o pretexto de consolidar a «solidariedade dos aliados», procuraram forçar os seus associados a apoiarem mais activamente a política aventureira de Washington no cenário internacional, conseguindo-o em relação a alguns pontos.

Nestas condições, a concordância das acções no domínio da política externa na base do marxismo-leninismo aparece como uma necessidade vital dos países socialistas.

A coordenação da política externa é importante porque lhes permite enriquecer mutuamente as suas políticas. A experiência e os sucessos de cada país socialista contribuem para a solução das tarefas gerais do mundo socialista.

A ampla cooperação multiforme e as relações entre os partidos irmãos dos países socialistas, nas quais se materializa o internacionalismo, têm importância decisiva para a consolidação da unidade e coesão destes países. Possibilitam a discussão e a coordenação de diversos aspectos da actividade dos partidos comunistas e operários, o reforço e o desenvolvimento da cooperação com o fim de solucionar as tarefas nacionais enfrentadas por cada Estado socialista e satisfazer os interesses internacionalistas da comunidade em geral.

O profundo trabalho teórico realizado pelo PCUS e pelos partidos irmãos dos países socialistas na base das leis fundamentais da edificação socialista e da sua experiência, permitiu criar uma concepção científica do socialismo desenvolvido.

Os êxitos dos povos da comunidade socialista, a cooperação estreita e a ajuda mútua entre si, os esforços conjuntos no sentido de fortalecer a unidade e criar condições internacionais favoráveis ao trabalho criador e pacífico possibilitaram que os países socialistas europeus concluíssem, nos anos 60, a construção das bases do socialismo e determinassem a di-

recção principal da edificação da sociedade socialista desenvolvida.

As consultas entre os partidos comunistas e operários dos países da comunidade socialista e a troca mútua de experiência permitiram formular tarefas concretas e os ritmos ideais de edificação do socialismo. A cooperação entre partidos irmãos permite mediante o enriquecimento recíproco com a experiência acumulada por cada partido, apontar colectivamente os problemas cruciais da edificação do socialismo e comunismo, encontrar as formas mais racionais de relações económicas, definir o delineamento comum nos assuntos políticos externos e trocar opiniões sobre o trabalho nas esferas ideológica e cultural, etc.

Nisto expressam-se novos princípios de relações entre Estados, pelos quais se regem os países da comunidade socialista e que asseguram o desenvolvimento de cada Estado socialista em separado e a consolidação da unidade e coesão dos povos irmãos.

A discussão e generalização da experiência colhida durante a realização de importantes iniciativas no campo da política externa e algumas acções no domínio de relações internacionais possibilitam aos Estados socialistas ver mais profundamente as leis gerais e as tendências de desenvolvimento mundial, determinar as direcções que garantem o cumprimento das tarefas primaciais na política externa leninista da comunidade socialista e traçar as suas perspectivas.

Os encontros que já se tornaram tradicionais en-

tre os dirigentes dos partidos comunistas e operários são de grande importância para a definição do delineamento único dos países socialistas. Desempenham um papel significativo no aprofundamento da cooperação entre os Estados socialistas em todas as esferas — política, económica, ideológica, de relações internacionais e política externa. Contribuem para a activação da luta das forças progressistas pela paz e segurança dos povos.

A base jurídica da política externa dos países socialistas está consagrada nos convénios e acordos bilaterais e multilaterais concluídos entre eles. A título de exemplo, o Artigo 8º do Acordo de Amizade, Cooperação e Ajuda Mútua entre a URSS e a República Popular da Bulgária assinado em 12 de Maio de 1967 preconiza que «ambas as partes consultar-se-ão em todas as questões internacionais importantes que afectam os interesses de ambos os países e concordarão as suas posições»¹. O Acordo de Amizade, Cooperação e Ajuda Mútua entre a URSS e a República Popular da Hungria, assinado a 7 de Setembro de 1967, diz que em todas as questões internacionais a União Soviética e a Hungria «agirão partindo de uma posição comum coordenada de acordo com os interesses mútuos»². O Acordo de Amizade, Cooperação e Ajuda Mútua assinado entre

¹ *Colectânea dos Acordos, Tratados e Convénios em Vigor Concluídos entre a URSS e os Estados Estrangeiros*, Edição XXV, Moscovo, 1972, p. 37, ed. em russo.

² *Colectânea dos Acordos, Tratados e Convénios Vigentes Concluídos entre a URSS e os Estados Estrangeiros*. Edição XXV, Moscovo, 1973, p. 39.

a URSS e a RDA a 7 de Outubro de 1975, estipula que ambas as partes «informarão uma a outra, consultar-se-ão e agirão em todas as questões internacionais importantes partindo de uma posição comum coordenada de acordo com os interesses de ambos os Estados¹. O Artigo 9º do Acordo romeno-soviético de Amizade, Cooperação e Ajuda Mútua, concluído em Julho de 1970, prevê consultas recíprocas sobre as questões internacionais a fim de concordar as suas posições»².

Alíneas análogas aparecem nos acordos com outros países socialistas. O seu conteúdo corresponde à aspiração da comunidade socialista de formular e realizar uma política comum nos assuntos internacionais e na luta pelo triunfo dos ideais da paz e do socialismo. Os princípios de coordenação da política externa são também consagrados no Tratado de Varsóvia, em que se especificam mesmo as formas de concordância. O Artigo 3º do Tratado reza que os países signatários «consultar-se-ão em torno de todas as questões internacionais importantes que afectam os seus interesses comuns, norteando-se pelos interesses da consolidação da paz em todo o mundo e da segurança». Para o efeito, o artigo 6º prevê a instituição do Comité Político Consultivo (CPC). A Or-

¹ *Visita da Delegação do Partido e Governo da República Democrática Alemã à União Soviética. 6-13 de Outubro de 1975. Documentos e Materiais.* Moscovo, 1975, p. 25, ed. em russo.

² *Colecção dos Acordos, Tratados e Convénios Vigentes Concluídos entre a URSS e os Estados Estrangeiros.* Edição XXV, Moscovo, 1973, p. 39.

ganização do Tratado de Varsóvia é, portanto, o centro de coordenação da actividade política externa dos países irmãos que a integram.

O Comité Político Consultivo desempenha um papel significativo na elaboração de iniciativas concordadas na política externa, promovendo importantes actividades e apresentando propostas que visam a consolidação da paz e cooperação entre os Estados. Assim, a reunião do CPC que se celebrou em Julho de 1966 em Bucareste com a presença dos Secretários Gerais e dos Primeiros Secretários dos partidos irmãos, assim como dos chefes de Governos dos países signatários do Tratado de Varsóvia, adoptou a famosa Declaração sobre a consolidação da paz e segurança europeias que, entre outras coisas, propunha a tomada de medidas no sentido de redobrar esforços com o fim de reforçar a segurança neste continente que mais de uma vez foi foco de guerras sangrentas.

A política de consolidação da segurança europeia praticada pela comunidade socialista reflectiu-se também noutros documentos do Comité Político Consultivo.

O carácter consequente e pacífico da política externa da União Soviética e dos outros países da comunidade socialista ficou mais uma vez expresso na reunião dedicada ao aniversário do Comité Político Consultivo dos Estados signatários do Tratado de Varsóvia, que teve lugar em Maio de 1980 em Varsóvia. Os oradores frisaram que os países da comunidade nunca procuraram a superioridade militar e nunca tiveram outra doutrina estratégica, a

não ser a defensiva. E exortaram todos os países e povos amantes da paz a concentrarem os seus esforços no problema crucial dos nossos tempos — o desanuviamento militar e o desarmamento no continente europeu. A Declaração aprovada na reunião de Varsóvia representou um programa de acções no sentido de diminuir a tensão internacional e avançou novas iniciativas de paz, realistas e construtivas.

Os países socialistas ao proporem a convocação de uma cimeira de países de todos os continentes partiram do princípio de que os problemas mais complexos devem ser resolvidos em conjunto. Foi assim na Segunda Guerra Mundial (a cimeira da coligação anti-hitleriana em Teerão em 1943, em Yalta em Fevereiro de 1945 e em Potsdam em Julho de 1945), em Helsínquia em 1975, etc. Outras iniciativas saídas da reunião em causa referiam-se à evolução do processo de desenuviamento político e militar no continente europeu. Foi, em particular, proposto que nenhum Estado europeu aumentasse, a partir de uma data concordada, o efectivo das suas forças armadas na região determinada pela Acta Final da Conferência de Helsínquia e que fossem respeitados todos os pontos deste documento, sobretudo aqueles ligados aos princípios das relações entre Estados. Houve também propostas visando alcançar êxito no encontro em Madrid dos países participantes da Conferência de Helsínquia; de preparação de uma conferência sobre desanuviamento militar e desarmamento na Europa; de esforços unificados a fim de alcançar resultados nas actuais negociações acerca

da limitação da corrida aos armamentos; do início imediato de negociações em torno do Acordo Geral de não emprego da força, de pôr termo à produção de armas nucleares e redução paulatina do seu *stock*; de proibição da criação de novas armas de extermínio massivo; de redução dos orçamentos militares, etc.

Os Países do Tratado de Varsóvia apresentaram reiteradamente propostas pacíficas e construtivas. Na Conferência de Praga do Comité Político Consultivo dos Países do Tratado de Varsóvia (Janeiro de 1983), mais uma vez não só foi manifestada uma atitude comum em relação a todos os problemas-chave internacionais como também foi formada uma plataforma realista de luta contra a ameaça de guerra.

A ampliação constante das relações económicas, técnicas, científicas e culturais entre os países irmãos favorece a resolução das tarefas dos países socialistas na política externa. Estas relações constituem o factor mais importante de consolidação da unidade dos Estados socialistas de fortalecimento das posições internacionais de cada um deles e de toda a comunidade em geral.

A coordenação das acções dos Estados socialistas na política externa que surgiu com a formação do sistema socialista mundial, ampliou-se e aprofundou-se à medida que novo regime social em cada Estado se foi fortalecendo. Os mecanismos de coordenação da política externa não são, contudo, estáticos: desenvolvem-se e aperfeiçoam-se, adaptando-se às condições e tarefas de cada etapa da edificação do socialismo.

Uma das direcções principais das acções coordenadas dos países socialistas na arena internacional é, de acordo com os objectivos da sua política externa, a garantia da paz e segurança e a luta contra a corrida aos armamentos e a preparação de novas guerras.

Neste domínio, os países socialistas apoiam-se na experiência de longos anos da União Soviética que luta contra a política imperialista de agressão e guerras de rapina desde a formação do Estado soviético.

Na Conferência de Potsdam (17 de Julho — 2 de Agosto de 1945), após à derrota do fascismo alemão a União Soviética pronunciou-se energicamente a favor da garantia da segurança europeia. Os países da democracia popular, ao iniciarem o caminho do desenvolvimento socialista, aderiram activamente a esta luta nobre. A primeira iniciativa conjunta da URSS e dos países europeus da democracia popular foi a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros em Varsóvia em Junho de 1948 que apresentou um amplo programa de paz e segurança no continente europeu. A partir desse momento, os Estados socialistas esforçaram-se com cada vez maior perseverância para resolver os principais problemas internacionais no interesse do socialismo e dos povos amantes da paz.

A eficácia da política externa concordada dos países socialistas é comprovada pelo facto de quase durante quarenta anos se ter logrado evitar a catástrofe militar. As acções comuns dos países socialistas apoiadas pelas forças progressistas de todo o mundo

permitiram prevenir a explosão militar e orientar o desenvolvimento das relações internacionais para a solução pacífica dos litígios, graças à mudança na correlação de forças a favor do socialismo que se operou em resultado do potencial económico e da crescente capacidade defensiva e influência política da União Soviética e da comunidade socialista.

A política externa dos países socialistas torna-se mais eficaz com o apoio do movimento comunista e operário internacional e das forças amantes da paz. A política da comunidade socialista e os esforços dos povos amantes da paz têm uma orientação geral — a luta contra a guerra, pela preservação da paz. Tudo isto limita a possibilidade de os círculos reaccionários e imperialistas realizarem a política de agressão e intensificarem a tensão internacional. Ao mesmo tempo criam-se condições favoráveis ao desenvolvimento das relações económicas, técnicas, científicas e culturais mutuamente vantajosas, ao apoio às posições dos políticos sensatos dos países capitalistas, ao exame minucioso e objectivo dos problemas internacionais e à consolidação das mudanças positivas que se operaram na vida internacional.

É de notar que os acordos e tratados internacionais sobre o desanuviamento e a consolidação da segurança foram adoptados, antes de mais, por iniciativa da União Soviética e dos outros países socialistas e graças à sua luta conjunta no interesse de todos os povos. Lembremos, por exemplo, o tratado de não proliferação de armas nucleares, os tratados de proibição de ensaios nucleares em três esferas, de utilização pacífica do espaço, etc.

O mesmo se podia dizer de várias questões submetidas pelos países socialistas à Assembleia Geral da ONU e que tiveram enorme ressonância política. Entre elas encontram-se as questões do desarmamento, da liquidação do colonialismo, do não emprego da força nas relações internacionais, da proibição para todo o sempre do uso de armas nucleares, da redução das despesas militares das grandes potências e canalização de uma parte dos recursos assim obtidos para a ajuda aos países em desenvolvimento.

As iniciativas de paz dos países socialistas constituem um factor constante da vida internacional; são promovidas com insistência e perseverância, atraindo a atenção da opinião pública mundial para os problemas vitais do desanuviamento e da segurança dos povos. Teve grande ressonância, por exemplo, a decisão que a União Soviética tomou em Outubro de 1979 de acordo com a RDA e depois de consultar outros Estados signatários do Tratado de Varsóvia de reduzir unilateralmente o efectivo das tropas soviéticas na Europa Central e retirar, durante um ano, 20 mil militares soviéticos, mil carros blindados e determinada quantidade de outro material bélico do território da RDA. Esta decisão foi totalmente cumprida até Agosto de 1980, tendo em mira dar um novo impulso ao desanuviamento militar na Europa e um exemplo de acções reais neste sentido.

Toda a vida interna dos países socialistas atesta a profunda aspiração dos seus povos à paz. O apelo à guerra é aqui considerado uma anormalidade pa-

tológica. Note-se neste contexto que nos fins de 1978 a Assembleia Geral da ONU adoptou, por iniciativa da Polónia a Declaração «Sobre a Educação dos Povos no Espírito da Paz». Esta Declaração contém um apelo a todos os Estados para se nortearem nas suas acções pela importância excepcional e a necessidade de instaurar, conservar e consolidar uma paz justa e estável no interesse da presente e das futuras gerações, acabar com qualquer instigação do ódio racial, da discriminação nacional e de outra índole, da injustiça e erradicar a propaganda da violência e da guerra.

A política externa única dos países socialistas contribui imenso para a consolidação das forças anti-imperialistas, para a liquidação dos vestígios do colonialismo e para o desenvolvimento de relações de amizade com os novos Estados que iniciaram o caminho da independência nacional.

A política externa dos países socialistas, ao solucionar as tarefas de toda a comunidade, favorece, ao mesmo tempo, a concretização dos objectivos e interesses nacionais e políticos de cada um deles. Por exemplo, o desanuviamento no continente europeu pelo qual lutam invariavelmente e perseverantemente os Estados socialistas, contribuiu para o fortalecimento das posições da RDA no cenário internacional e a liquidação do bloqueio diplomático que lhe fora imposto, reafirmou a inviolabilidade das fronteiras ocidentais da Polónia e favoreceu a normalização das relações entre a Checoslováquia e a RFA. Os países socialistas mesmo quando entram em negociações bilaterais com Estados capitalistas, têm sempre presentes os

interesses da comunidade e dos outros países socialistas. Por exemplo, a União Soviética em negociações deste tipo declarou mais de uma vez o seu apoio às posições da Checoslováquia nos problemas concernentes à invalidade do Acordo de Munique. Os dirigentes da República Popular da Hungria e da República Popular da Bulgária acentuaram invariavelmente que o acordo de normalização das relações entre a Checoslováquia e a RFA era uma das premissas necessárias ao estabelecimento das relações diplomáticas entre eles e a RFA.

Com as suas acções diplomáticas independentes na arena internacional os países socialistas também lutam pelos objectivos internacionalistas e interesses do socialismo mundial, o que contribui para o aumento do prestígio internacional de cada país socialista e a sua participação activa na elaboração e solução dos problemas mais importantes das relações internacionais. Como se sabe na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa paralelamente ao Projecto da Declaração Geral sobre as bases da segurança europeia e os princípios das relações entre os Estados europeus, introduzido pela União Soviética, foram também apresentadas propostas da RDA e da Hungria acerca do desenvolvimento da cooperação económica, comercial, técnica, científica e na protecção da Natureza; os representantes da Bulgária e Polónia apresentaram propostas relativas às direcções principais do desenvolvimento da cooperação cultural, dos contactos e da troca de informação; a delegação da Checoslováquia propôs a constituição dum Comité Consultivo para as questões da segurança e cooperação na Europa.

Daqui se depreende que cada país irmão contribui para a solução dos problemas fulcrais da política mundial contemporânea.

Ora, pode-se afirmar com toda a certeza que em virtude da coordenação estreita das iniciativas políticas dos países da comunidade socialista os povos compreenderam a necessidade de intensificar a luta pelo desanuviamento, pela atenuação da tensão internacional agravada pelos círculos imperialistas agressivos. As acções contra a corrida aos armamentos praticada pelos Estados Unidos e os países da NATO tornaram-se mais massivas.

A vitória do heróico povo vietnamita que soube defender a sua liberdade e independência foi uma vitória das forças da paz e do progresso de todo o mundo. A União Soviética e outros países socialistas contribuíram apreciavelmente para esta justa luta com a sua ajuda militar e económica e o seu apoio moral, político e diplomático ao povo vietnamita irmão. «Fracassou a maior tentativa do imperialismo, depois da Segunda Guerra Mundial, de reprimir à força um Estado socialista e de esmagar a revolução de libertação nacional, — constatou L. I. Bréjnev — O heroísmo e a abnegação do povo vietnamita somados ao apoio decisivo por parte dos países socialistas e da opinião pública progressista em todo o mundo foram mais fortes que o exército de intervencionistas e os seus cúmplices. Triunfou a causa da liberdade e da independência»¹. O significado da vitória do povo

¹ L. I. Bréjnev. *Pelo Rumo Leninista. Artigos e Discursos*, t. 5, p. 454, ed. em russo.

vietnamita vai muito além das fronteiras nacionais.

É sabido como grande foi e continua a ser a contribuição da União Soviética e dos outros países socialistas para frustrar os planos imperialistas de derrube dos regimes progressistas nos países árabes e apoiar a luta dos povos árabes pela liquidação das consequências da agressão israelita e instauração duma paz justa e estável no Médio Oriente. Os países da comunidade socialista mostraram ser amigos fieis dos povos árabes tanto em tempos de paz, como nos momentos em que a independência e a liberdade dos povos árabes foram ameaçadas. A política dos Estados socialistas em relação aos países árabes é coerente, invariável, não sujeita a raciocínios conjunturais e assenta na profunda compreensão dos seus interesses nacionais e dos problemas do seu desenvolvimento social e económico.

A política consequente da União Soviética e dos outros países socialistas visa consolidar a paz e segurança dos povos, suprimir a tensão e desconfiança nas relações entre Estados com regimes sociais diferentes e prevenir a explosão de uma guerra à escala global.

No contexto internacional as relações soviético-americanas revestem-se de grande importância. A União Soviética tem-se sempre pronunciado pela normalização das relações com os Estados Unidos, o que corresponderia aos interesses de ambos os países e de todos os povos do nosso planeta. Em alguns períodos foram alcançados certos resultados neste sentido. Infelizmente, a atitude dos círculos reaccionários ameri-

canos que, de tempos a tempos, prevalecem sobre as forças realistas está em flagrante oposição à política extável e construtiva da URSS em relação aos EUA. «Gostaríamos, no entanto, de esperar — afirmou L. I. Bréjnev no XXVI Congresso do PCUS — que aqueles que hoje definem a política da América acabem por ver as coisas sob uma luz mais realista. O equilíbrio militar e estratégico que se instaurou entre a URSS e os Estados Unidos, entre o Tratado de Varsóvia e a NATO, contribuirá objectivamente para a manutenção da paz no nosso planeta. Nunca procurámos nem estamos a procurar a superioridade militar sobre a outra parte. Essa não é a nossa política. Mas também não permitiremos que se crie essa superioridade sobre nós. Tentativas deste género, assim como as de falar connosco a partir de posições de força não têm qualquer perspectiva!»¹ Continuando sublinhou que as relações actuais e a agudeza dos problemas internacionais por resolver «...impõem a necessidade de um diálogo activo, de um diálogo a todos os níveis. Estamos prontos para esse diálogo»².

Quanto aos demais países capitalistas, a União Soviética e os países da comunidade socialista desenvolvem com eles relações baseadas nos princípios da coexistência pacífica, em particular com os Estados

¹ *Relatório do Comité Central do PCUS ao XXVI Congresso do partido Comunista da União Soviética*, Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, em Português, p. 28.

² *Relatório do Comité Central do PCUS ao XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética*, p. 29.

européus, com vários países da América Latina, da Ásia, etc.

Uma indicação clara da eficácia da política externa coordenada dos países socialistas são os êxitos alcançados na luta pela implantação dos princípios da coexistência pacífica como norma de relações entre Estados com regimes sociais diferentes.

A coexistência dos dois sistemas sócio-económicos opostos — capitalismo e socialismo — atravessou várias fases, desde confrontos agudos e guerras sangrentas até diálogos pacíficos, acordos mutuamente vantajosos e mesmo luta conjunta contra o fascismo. Entretanto, a principal tendência é a de crescimento constante das forças do socialismo, de aumento do poder económico, da capacidade defensiva e do prestígio internacional da comunidade dos países que iniciaram a edificação do socialismo e, por conseguinte, de aumento do peso dos factores objectivos e subjectivos da paz entre os povos de todo o mundo.

A coexistência dos dois sistemas sócio-económicos mundiais opostos, mas integrados, por força da lógica, em amplas relações económicas, políticas e de outro tipo, confirma a dialéctica do desenvolvimento da história humana e a integridade do mundo. A coexistência pacífica dos Estados com regimes sociais diferentes é um imperativo da história contemporânea; existe como fenómeno real, complexo e multiforme do qual são inerentes fluxos e refluxos, assim como acções recíprocas entre forças, processos, leis e tendências. «Existe uma força maior que o desejo, a vontade e a decisão de qualquer dos governos ou classes adversos; essa força são as relações económi-

cas mundiais que os compelem a iniciar as relações connosco»¹.

Em diferentes etapas da coexistência dos Estados capitalistas e socialistas a vida confirmou a necessidade e a viabilidade da solução dos problemas internacionais e interestatais mais agudos por meios pacíficos e na base de acordos. Recordemos a Conferência de Génova e o Acordo de Rapallo; as decisões das Conferências na Crimeia e em Potsdam e os acordos de paz com ex-aliados da Alemanha; o Tratado de proibição de ensaios nucleares em três esferas e a convenção sobre Berlim Ocidental. A ONU, a UNESCO e outras organizações internacionais são cenário de confrontação e ao mesmo tempo de cooperação realista em torno de problemas internacionais. Como exemplos da possibilidade prática de solução dos principais problemas contemporâneos mediante negociações podemos apontar os acordos entre a União Soviética, a Polónia, a RDA e outros países socialistas, por um lado, e a República Federal Alemã, por outro, em que foi reconhecida a realidade política e territorial criada na Europa em consequência da Segunda Guerra Mundial e que constituem elementos importantes da estabilização e consolidação da segurança europeia, assim como do desanuviamento.

A experiência demonstra deste modo que não é obrigatório que a contradição essencial da época contemporânea — entre o capitalismo e o socialismo — culmine em cataclismos. Ela reveste diversas formas

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 44, pp. 304-305, ed. em russo.

de competição económica entre os dois sistemas, manifesta-se na luta ideológica entre o mundo capitalista e socialista, etc.

Saliente-se que a coexistência pacífica enquanto forma de relações entre Estados com regimes sociais diferentes não aparece automaticamente, mas resulta da política externa dos países socialistas e da sua luta enérgica e consequente pela paz e segurança internacional a que aderem as forças amantes da paz em todo o mundo.

A luta pela paz pode, ao mesmo tempo, atravessar períodos de fluxo e refluxo, de êxitos notáveis das forças amantes da paz e de agudização da tensão internacional, provocada pela ofensiva da reacção.

Nos anos 70, por exemplo, em virtude da actividade constante e multifacetada da União Soviética e dos países da comunidade socialista, apoiada pelas forças progressistas do mundo, conseguiu-se um saneamento sensível da situação internacional. A coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes começou a adquirir conteúdo económico e político; foram criadas premissas mais ou menos favoráveis para a solução política dos litígios e conflitos internacionais.

O movimento de libertação nacional também registou sucessos sensíveis. A vitória do povo vietnamita e a formação dum Vietname unificado, a consolidação do poder popular no Laos, a derrota do regime de Pol Pot no Campuchea, a libertação do jugo imperialista e colonial da Etiópia, de Angola, de Moçambique e do Iémen do Sul, o derrube do regime ditatorial na

Nicarágua, a revolução no Afeganistão, a queda da monarquia do Xá no Irão e a vitória dos povos do Zimbabwe assestaram um golpe demolidor no imperialismo e na reacção internacional.

Ao mesmo tempo, o sistema capitalista era abalado por crises sucessivas e pela subida vertiginosa do desemprego, do custo de vida, da inflação, da degradação moral, da vaga do terrorismo, etc.

As forças imperialistas, no limiar dos anos 80, opuseram a política de tensão internacional ao desanuviamiento, desafiando a realidade do mundo contemporâneo e menosprezando o reforço das posições do socialismo, os êxitos do movimento de libertação nacional e o fortalecimento das forças progressistas em geral. Ao procurar obstruir a renovação objectiva do mundo, as potências imperialistas e, sobretudo os Estados Unidos, adoptaram uma política de instauração do seu domínio em todo o mundo, intensificação da corrida aos armamentos e desencadeamento de conflitos contra os países socialistas e independentes.

Nestas condições, aumenta incomparavelmente o significado da solidariedade e das acções coordenadas dos países socialistas com vista a conservar a paz universal e garantir a segurança internacional. Nisso estão interessados todos os povos amantes da paz.

Eles estão interessados na colaboração mutuamente vantajosa com vista à solução de problemas humanitárias gerais. «Com efeito, há muitos problemas grandes, assinala Iú, V. Andrópov, que dizem respeito a todos os países do mundo e cuja importância cresce cada vez mais. Por exemplo a conser-

vação da natureza no nosso planeta, o domínio de novas fontes de energia, a exploração do cosmos e dos recursos do oceano mundial»¹.

Existe uma série de factores sócio-históricos que constituem a base material e política da adopção do princípio da coexistência pacífica como norma de relações entre Estados que pertencem a sistemas sociais diferentes.

Aqui convém destacar o potencial da comunidade socialista mundial, o fortalecimento da sua coesão e unidade como principal factor de contenção das aspirações agressivas dos Estados imperialistas. O crescimento económico, as conquistas científicas e o florescimento da cultura nos países socialistas reforçam as suas posições internacionais. Neste contexto vem a propósito lembrar a tese de V. I. Lénine de que é graças aos seus êxitos no domínio da economia que o socialismo pode influir no desenvolvimento histórico. O potencial económico e militar da comunidade socialista cria condições para a solução dum dos problemas mais cruciais da actualidade — o problema da guerra e da paz — a favor das forças da paz e no interesse de todos os povos. No documento Final da Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários (Moscou, 1969) diz-se: «Apoiando-se no seu potencial económico e de defesa, o sistema socialista mundial freia o imperialismo e limita as possibilidades de exportação da contra-revolução. Ao cumprir o seu dever internacionalista, vai aumentando a sua ajuda aos povos que lutam pela liberdade

¹ *Materiais do Plenário do CC do PCUS, 14-15 de Junho de 1983, p. 24.*

e independência e consolidando a paz e a segurança internacional»¹.

O crescente potencial económico dos países socialistas e as possibilidades de ampliação do comércio externo e de outras relações económicas com eles, por um lado, e a agudização das contradições interimperialistas e as crises sucessivas nos países capitalistas, por outro, despertam cada vez maior interesse dos Estados capitalistas em alargar relações económicas com o mundo socialista, cuja estabilidade económica e segurança fazem dos países socialistas parceiros não só desejados como por vezes necessários. Pode-se começar citando exemplos de longa data, mas bastante característicos: o estabelecimento das relações comerciais com a Rússia soviética ajudou consideravelmente a Alemanha a sair dos profundos abalos económicos e inflação aguda; ao mesmo tempo estas relações também foram vantajosas para o novo Estado socialista.

Hoje, estas relações ainda são mais imperativas. No seu discurso na Conferência dos Partidos Comunistas e Operários Europeus em Junho de 1976 L. I. Bréjnev frisou: «É também importante criar, por assim dizer, o tecido da cooperação europeia, tecido que reforce as relações entre os Estados e povos europeus e desperte o seu interesse pela manutenção da paz durante longos anos. Tenho presente diversas formas de cooperação mutuamente vantajosa — o comércio, a coope-

¹ *Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários. Documentos e Materiais, p. 304, ed. em russo.*

ração no domínio da produção, as relações científicas e técnicas.

Esta meta é bastante realista. . .

Considero que a opinião dos comunistas europeus sobre a utilidade e a necessidade de fomentar as relações deste tipo é única. Elas ajudam a construir uma base material sólida para a paz. Harmonizam-se com os interesses dos trabalhadores. Basta dizer que, segundo os dados publicados no Ocidente, as relações económicas com os países socialistas já garantem emprego a centenas de milhares ou, mesmo, a milhões de pessoas na Europa Ocidental até no actual período de crise»¹.

Muitos políticos ocidentais compreendem a necessidade de desenvolver as relações económicas com os países socialistas. Por isso, e apesar da pressão sem precedentes que os Estados Unidos começaram a exercer a partir de 1980 sobre os seus aliados da NATO e outros países capitalistas tendo em mira o boicote económico da União Soviética e de outros países socialistas, os Estados mais importantes do Ocidente — a França, a Itália, a RFA, a Argentina, o Canadá, etc. — continuam e mesmo alargam estas relações.

As relações económicas entre Estados com regimes sociais diferentes são historicamente mutáveis, dependendo, em particular, das mudanças que se operam na correlação de forças entre o capitalismo e o socialis-

¹ *Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários da Europa. Berlim, 29-30 de Junho de 1976, pp. 75-76.*

mo. De agudas confrontações económicas como meio de luta contra os países socialistas e o desprezo pelo mundo socialista à cooperação económica, comercial, científica e técnica cada vez mais ampla — eis como evoluíram as relações entre os Estados capitalistas e socialistas na esfera referida. Nisto reflecte-se ao mesmo tempo o interesse recíproco pela ampliação das relações económicas entre Nações.

Por exemplo, o progresso científico, outrora também inconcebível sem enriquecimento mútuo, nos nossos tempos adquire ainda mais profundo carácter internacional. O espectro dos problemas científicos ligados à penetração na estrutura da matéria, no macro e microcosmo e o carácter global das tarefas a resolver no domínio da ciência e medicina, da protecção da Natureza e da energética exigem enormes esforços e recursos científicos, materiais e humanos. Mesmo os países mais desenvolvidos não podem contar apenas com os seus próprios recursos, quando se trata de resolver as grandiosas tarefas da actualidade.

Quanto mais amplas são as relações económicas, científicas, técnicas e culturais entre os países capitalistas e a comunidade socialista, tanto mais se fortalecem as bases da coexistência pacífica entre eles e, vice-versa, quanto mais profundas e desenvolvidas são as relações da coexistência pacífica, tanto mais possibilidades há de ampliar a cooperação económica, científica, técnica e cultural e resolver, em benefício mútuo, os problemas que os Estados com regimes sociais diferentes enfrentam.

O incremento do movimento de libertação nacional e o desenvolvimento dos novos Estados independen-

tes contribuem para a generalização dos princípios da coexistência pacífica nas relações entre os Estados. A União Soviética e os outros países da comunidade socialista sempre se têm pronunciado pela abolição do colonialismo e pela libertação dos povos da opressão e exploração. A luta pela abolição do colonialismo particularmente acentuada após a vitória da Revolução de Outubro, conduziu hoje ao desmoronamento do sistema colonial do imperialismo. Os países em desenvolvimento que ainda permanecem na órbita da economia capitalista, continuam, como outrora, a ser explorados pelas potências imperialistas. A independência completa e a libertação do jugo neocolonial só são possíveis, como sublinhou L. I. Bréjnev, «no caminho do desenvolvimento social progressista e da luta consequente contra o imperialismo, no caminho da aliança com os países socialistas e o movimento operário internacional»¹.

Regendo-se pelo postulado leninista do dever internacionalista dos Estados socialistas de apoiar a luta de libertação nacional dos povos oprimidos e de juntar esforços na luta contra o imperialismo, a União Soviética e os outros países socialistas ajudam os países que se libertaram a desenvolver a sua economia nacional, a preparar quadros nacionais e a combater o neocolonialismo, insistindo em que seja sem demora concedida a independência a todas as colónias. Como é natural, a cooperação política, económica e cultural entre os Estados socialistas e os países que se liberta-

¹ L. I. Bréjnev. *Pelo Rumo Leninista. Discursos e Artigos*, t. 2, Moscovo, 1970, p. 385, ed. em russo.

ram reforça-se e amplia-se, o que contribui para o fortalecimento da independência, a política externa soberana dos novos países e a unidade das forças anti-imperialistas.

Os povos dos países em desenvolvimento compreendem que a paz reúne condições favoráveis ao ressurgimento das nações, à independência económica e ao progresso em todos os domínios. Por isso estão vitalmente interessados no desanuviamento e na generalização do princípio da coexistência pacífica como norma das relações entre Estados. Pensamos ser interessante exemplificar este facto com os resultados da votação na ONU em torno destas questões. Nos primeiros 15 anos de existência da Assembleia Geral da ONU a maioria dos países da Ásia e África associaram-se, em 51% dos casos, com a URSS no que concerne a problemas da paz e segurança e em 35% dos casos com os Estados Unidos; quanto à luta contra o colonialismo, a proporção foi a seguinte: 71% com a União Soviética e 38% com os Estados Unidos. Esta tendência acentuou-se ainda mais na actividade ulterior da ONU.

A transformação do sistema socialista mundial em factor decisivo do desenvolvimento da sociedade humana dá um impulso poderoso ao surgimento de diversas formas de luta anti-imperialista. Para a maior parte das ex-colónias, uma destas formas é a política de não alinhamento que representa um meio de defesa da independência política dos Estados imperialistas e dos blocos político-militares.

E, finalmente, a política de expansão das grandes potências imperialistas também prejudica alguns Esta-

dos burgueses. Daí, que o seu desejo de livrar-se das tenazes dos associados mais poderosos agrave as contradições interimperialistas e intensifique as tendências centrífugas no mundo capitalista. Estas contradições, como é sabido, agudizaram-se imenso no comércio, na exportação de capitais, na esfera monetário-financeira, etc., provocando alterações na correlação de forças entre os países capitalistas. Surgem, portanto, tendências na sua política que impõem o aumento das relações com os países socialistas e favorecem a implantação dos princípios da coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes.

Um dos factores que favorece a implantação do princípio da coexistência pacífica enquanto norma das relações entre Nações, é a situação que se produziu no mundo e que confirma, segundo a genial previsão de V. I. Lénine, que virão tempos em que a guerra se tornará impossível por ser demasiado destrutiva. O crescimento do potencial bélico dos dois sistemas contrários e a escala das destruições que poderão causar um a outro, mostram que a solução de conflitos por via armada já não tem perspectivas. O uso das armas nucleares, químicas, biológicas e de outros meios de extermínio massivo já transpõe os limites do racional e por isso, já não podem, hoje em dia, ser considerados como meios para alcançar objectivos políticos, mas sim como meios de destruição da Natureza povoada por pessoas, animais e plantas. Muitos políticos e estadistas do mundo capitalista actualmente afirmam que nem os problemas que separam hoje o mundo nem os problemas previsíveis justificam uma guerra nuclear. A compreensão deste facto faz com

que o princípio da coexistência pacífica tenha sido aceite mesmo por aquelas potências imperialistas que até há pouco o negavam completamente.

Não devemos, no entanto, pensar que o perigo de guerra desaparecerá por si próprio. O imperialismo que por natureza gera aventuras bélicas, tentará resolver os problemas mediante agressões, mesmo a nível local. Por isso os países socialistas insistem em que o desanuviamento político seja complementado com o desanuviamento militar; por isso a União Soviética e os outros países da comunidade socialista lutam pelo desarmamento e pela redução das forças armadas e das despesas militares.

A luta pela paz e pelo desanuviamento, tão desejados por toda a Humanidade, consciencializa os homens da necessidade de se opor à política de agressão dos círculos imperialistas. A paz corresponde não só aos interesses da comunidade socialista, como também aos de todas as nações, facto que constitui a base da política externa internacionalista dos Estados socialistas e do seu significado universal. Tal política é aceitável para todas as nações.

As questões da guerra e da paz e os problemas da política mundial preocupam milhões de pessoas, aparecem entre os seus interesses e estimulam a sua actividade política. As pessoas simples, além de aguentar o fardo da corrida aos armamentos, da histeria em torno dos preparativos militares e da agitação política, já estão cansadas da constante tensão provocada pela ameaça da guerra que os militaristas preparam e de cuja iminência falam sobretudo os magnatas e ideólogos do chamado complexo militar industrial,

assim como das guerras que rebentaram depois da Segunda Guerra Mundial — a guerra mais sangrenta da história da Humanidade. Calculou-se que nas três décadas (1945-1975) que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, no mundo houve 142 guerras e conflitos armados, dos quais 5 — na Europa, 44 — na Ásia, 29 — na África, 33 — na América, 31 — no Médio Oriente Árabe. A maior parte deles foram provocados por intervenções armadas e outras acções bélicas do imperialismo contra o movimento de libertação nacional. Estes conflitos armados e guerras deflagraram em 69 países, tendo participado neles 81 Estados. Muitas destas guerras foram tão destrutivas e causaram tantas vítimas que só podem ser comparadas às grandes guerras do passado. Note-se que ainda hoje continuam a haver guerras, vítimas e destruições.

A história contemporânea atesta que as tentativas de solucionar os litígios por via armada não têm perspectiva. Se a maior potência capitalista não conseguiu a vitória numa guerra local contra o heróico povo do Vietname, o que acontecerá numa guerra de maiores dimensões? Há muita gente que faz esta pergunta. Aqui não se deve menosprezar o factor psicológico para cujo aparecimento contribuíram os próprios adeptos de confrontos agudos: o perigo de guerra levou muitos políticos ocidentais, outrora simpatizantes da política ultramarina de confrontações, a pensar na possibilidade dos seus países virem a ser envolvidos na guerra mais devastadora. Por isso, quanto mais alto soam os acordes da política aventureira dos adeptos da guerra, tanto mais os países da Europa Ocidental receiam ser envolvidos em conflitos alhei-

os. A inclinação de certos círculos norte-americanos para a corrida aos armamentos desenfreada não entusiasma os políticos mais realistas.

O princípio da coexistência pacífica entre países com regimes sociais diferentes implanta-se com inevitabilidade histórica no processo de confrontações, de acumulação quantitativa e qualitativa dos factores favoráveis à paz, de convergência e dissonância das tendências na política externa, de mudanças locais e globais do clima político e de participação cada vez mais activa das massas de todos os continentes na política mundial, o que, por sua vez, leva a uma certa evolução das concepções dos círculos governantes dos países capitalistas no domínio da política externa.

Neste aspecto são características as mudanças na atitude em relação às propostas dos países socialistas sobre a segurança europeia: da sua negação completa em 1954 à Acta Final assinada em 1 de Agosto de 1975 em Helsínquia. A própria convocação desta cimeira, única pelo espectro de Estados nela representados, reafirma as enormes possibilidades das acções unitárias dos países da comunidade socialista e dos esforços conjuntos de todas as forças interessadas na paz e na segurança dos povos. A Acta Final é o resultado dum trabalho perseverante e tenaz, da busca de soluções mutuamente aceitáveis e de compromissos fundamentados. Basta lembrar que foram necessários 10 anos para preparar o terreno político necessário à assinatura da Acta Final em Helsínquia.

A Acta Final, inclusive a Declaração dos princípios pelos quais se devem reger os Estados participan-

tes nas suas relações externas — a igualdade soberana, o não emprego da força, a inviolabilidade das fronteiras, a integridade territorial dos Estados, a regularização pacífica dos litígios, a não ingerência nos assuntos internos, o respeito pelos direitos do Homem e liberdades mais elementares, a igualdade em direitos e o direito à autodeterminação, a cooperação entre Estados, o cumprimento rigoroso dos deveres compatíveis com o direito internacional — constitui o principal pilar das relações entre nações tanto presentemente como de futuro.

Uma vez que o que está em causa é a segurança internacional e a prevenção dos cataclismos ligados ao perigo de confrontos nucleares, é importante materializar os acordos existentes. Os Estados signatários da Acta Final comprometeram-se a observar um dos princípios básicos do direito internacional — «Pacta sunt servanda» (Os acordos devem ser cumpridos).

O agravamento da situação internacional, que se verificou nos fins dos anos 70 por culpa dos círculos mais belicistas do imperialismo, não diminui o significado da Acta Final de Helsínquia. «... Os anos 70, que decorreram sob o signo do desanuviamento, assinala Iú. V. Andrópov, não foram, como afirmam hoje alguns políticos imperialistas, um episódio accidental na difícil história da humanidade. Não, a política de desanuviamento não é uma etapa passada. O futuro pertence-lhe».¹

O XXVI Congresso do PCUS e os congressos dos

¹ *Materiais do Plenário do CC do PCUS. 22 de Novembro de 1982. Edição em russo, Moscovo, Politizdat, 1982, p. 20.*

partidos comunistas e operários irmãos reafirmaram a importância das negociações em torno dos problemas europeus cruciais e a necessidade de prosseguir o processo iniciado na Conferência pan-europeia.

Ora, a dialéctica objectiva do desenvolvimento das relações internacionais determinada, em medida considerável, pelos esforços da União Soviética e dos outros países socialistas apoiados por todas as forças revolucionárias e progresistas do planeta, gerou uma nova situação em que se pode e deve lutar contra a guerra termonuclear mundial, em que a passagem da tensão nas relações entre nações ao desanuviamento e reforço da cooperação se tornou uma necessidade imperativa e em que é diariamente reafirmada a necessidade de realizar a política leninista da coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes.

A coexistência pacífica surgiu no início de uma época histórica caracterizada pela existência, colaboração e influência mútua dos dois sistemas sócio-económicos mundiais opostos. Mesmo as confrontações e guerras impostas pelas forças mais reaccionárias e agressivas do imperialismo não devem ser consideradas como tendência chave da época ou fatal inevitabilidade. A base da coexistência pacífica manteve-se numa ou noutra forma mesmo nos períodos de conflitos bélicos. E isto porque os princípios da coexistência pacífica expressam no domínio político e do direito internacional o estado fundamental da história universal contemporânea. É um facto indiscutível que a União Soviética, o primeiro país socialista, não teve, desde o início, conflitos com países com regime social dife-

rente, inclusive com Estados vizinhos: o Afeganistão, o Irão e a Turquia. É também sabido que, quando repeliu a agressão da Alemanha imperialista, a URSS manteve relações de coexistência pacífica com outros países capitalistas — inclusive os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e outros —, sendo seu aliado na luta contra o fascismo. Deste modo, quando se fala de coexistência pacífica entre países com regimes sociais diferentes, é preciso distinguir o seu estado objectivo e historicamente determinado e a política praticada em relação a ela:

Apesar das constantes tentativas das forças reaccionárias e agressivas do imperialismo de minar e enterrar os princípios da coexistência pacífica, estes lançam raízes constantemente nas relações entre os Estados e povos. Isso é, confirmado pela eficácia da política externa dos países socialistas, política cientificamente fundamentada e assente na doutrina marxista-leninista e nas leis objectivas gerais de desenvolvimento.

As acções unitárias dos países socialistas na arena internacional são reforçadas pela ampla cooperação económica, científica e técnica que constitui a base da aproximação e coesão dos Estados socialistas. Não são, contudo, de menor importância a colaboração ideológica e as relações culturais que influem sensivelmente no desenvolvimento do sistema das relações internacionais contemporâneas.

A colaboração ideológica

A colaboração ideológica ocupa um lugar de destaque na política dos partidos comunistas e operários dos países socialistas. A unidade ideológica dos partidos e povos irmãos decorre objectivamente do carácter internacionalista da doutrina marxista-leninista, pela qual os países socialistas se norteiam na edificação da nova sociedade. V. I. Lénine, ao falar da internacionalização da vida social que se revela já no capitalismo, afirmou que o socialismo internacionaliza completamente a vida económica, política e espiritual do homem.

A colaboração activa no campo ideológico é indispensável ao desenvolvimento criador da teoria marxista-leninista, inclusive à análise científica da prática da edificação do socialismo e comunismo e das relações internacionais, o que se concretiza graças aos esforços colectivos e ao estudo dos fenómenos, factos e problemas da conjugação harmoniosa dos interesses nacionais de cada Estado socialista com as tarefas internacionais da comunidade em geral. A colaboração ideológica é igualmente necessária para resolver tarefas ideológicas concretas no domínio da educação dos trabalhadores no espírito do marxismo-leninismo, da amizade internacionalista e da unidade das nações socialistas.

O prestígio crescente da comunidade socialista que exerce uma influência revolucionária nos países não socialistas e na escolha das vias de desenvolvimento social pelos países que se libertaram da dependência co-

lonial torna imprescindível o aperfeiçoamento ulterior da colaboração no campo ideológico.

A colaboração ideológica é indispensável no contexto das relações internacionais contemporâneas e da presente situação que exigem que os países socialistas unam os seus esforços na política externa, coordenem as suas acções diplomáticas e, em particular, concordem o trabalho ideológico.

Os inimigos do desanuviamento procuram impôr à opinião pública mundial a ideia de que a oposição das ideologias do socialismo e do capitalismo e o confronto entre elas impedem a implantação dos princípios da coexistência pacífica. Sustentam que o desanuviamento e a cooperação entre Estados só são possíveis se os países socialistas renunciarem à luta ideológica e «complementarem» os princípios da coexistência pacífica com a ideia da «coexistência das ideologias». Tentando deste modo formar uma falsa imagem da «tolerância» ideológica do imperialismo, os seus apologistas procuram modificar a atitude de classe dos povos e trabalhadores dos países socialistas para com a apreciação objectiva dos problemas mundiais contemporâneos.

Os ideólogos ocidentais ao mesmo tempo intensificam a luta contra o socialismo esperando minar a unidade ideológica da sociedade socialista e influenciar negativamente a população dos países socialistas.

Ao constatar o poder da comunidade socialista e a ineficácia das formas e métodos de actividade subversiva anteriormente aplicadas, as forças reaccionárias do imperialismo procuram novos meios que lhes permitam minar a unidade dos países socialistas. To-

davia, actualmente têm de levar em consideração que as massas populares dos países socialistas se conscientizaram das vantagens do novo regime social em relação ao capitalismo. Hoje, os inimigos do socialismo pronunciam-se a favor da instauração de diferentes tipos de socialismo — «verdadeiro», «nacional», «com face humana» — e, sob o pretexto da importância da originalidade histórica e das particularidades nacionais, tentam negar as leis gerais da edificação da nova sociedade.

Ao compreenderem que o princípio da coexistência pacífica dos Estados com regimes sociais diferentes é reconhecido e apoiado pelos povos amantes da paz, os teóricos burgueses fazem os possíveis para ocultar a sua verdadeira atitude face a este princípio, para «corrigi-lo» e conferir-lhe o conteúdo que desejam. Por exemplo, a revista *Die Zukunft* num artigo com o título sugestivo de «Helsínquia sim, mas...» escreveu: «Hoje pode-se constatar com toda firmeza que quem é contra a coexistência entre as grandes potências, é contra a paz. Deve-se, contudo, acrescentar que quem é contra a coexistência ideológica, é contra a democracia»¹.

Neste contexto, convém invocar alguns factos. Toda a história da evolução do sistema socialista atesta que os países socialistas têm sido os mais consequentes lutadores pela paz, contra a guerra. V. I. Lénine frisou que «a maior expressão da democracia é a atitude face ao problema da guerra e da paz»². O Estado soviético

¹ *Die Zukunft*, 1973, nº 15-16, p. 6.

² V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 40, p. 92, ed. em russo.

luta pela paz desde os primeiros dias da sua existência. Esta luta adquiriu uma envergadura sem precedentes após a Segunda Guerra Mundial e a formação do sistema de Estados socialistas com a adesão de novos países e povos amantes da paz à luta contra a guerra, pela paz, desanuviamento e coexistência.

Os países socialistas defendem firme e perseverantemente os interesses da paz, pois ela é imprescindível à realização dos planos da edificação socialista e satisfação das crescentes necessidades dos membros da nova sociedade.

Por isso os países socialistas encabeçam a luta pelo desanuviamento, contra o emprego da força na solução dos problemas litigiosos entre Estados, pela criação dum sistema da segurança colectiva na Europa, na Ásia, etc.

A ideia da coexistência das ideologias carece de consistência porque a coexistência pacífica dos Estados com regimes sociais diferentes, ao acentuar a cooperação no domínio da conservação da paz e segurança, da prevenção da guerra nuclear, do desenvolvimento das relações económicas, científicas, técnicas e culturais e da protecção da Natureza, pressupõe a manutenção do sistema político de cada Estado, da estrutura das relações de produção e das bases do regime social. E estes determinam no conjunto a ideologia dominante. A coexistência pacífica enquanto norma das relações entre nações reflecte as mudanças que se operaram na correlação de forças à escala mundial e os novos elementos que apareceram nas relações internacionais. Quanto à natureza e aos objectivos de classe, ambas as ideologias continuam invariáveis e

inconciliáveis. O PCUS parte do princípio de que a luta de classes entre os dois sistemas — capitalista e socialista — nos domínios económico, político e, evidentemente, ideológico continuará. E não pode ser de outra maneira, pois as concepções do mundo e os objectivos de classe do socialismo e capitalismo são contrários e inconciliáveis. A URSS procurará, no entanto, que esta luta, historicamente inevitável, tome um curso que não encerre o perigo de guerra, conflitos e descontrolada corrida aos armamentos.

A unidade dos países socialistas fortaleceu-se na luta pelos objectivos comuns, no trabalho quotidiano dos partidos comunistas e operários e no combate às forças que tentam minar a coesão dos povos socialistas. Os partidos irmãos partem do princípio de que a unidade assenta numa base de classe, marxista-leninista.

Os esforços dos teóricos revisionistas do marxismo-leninismo que procuram minar a unidade dos países socialistas convergem com a actividade da reacção imperialista que visa enfraquecer a comunidade socialista. São as seguintes as principais direcções da luta contra o socialismo mundial:

no campo político — negação do papel dirigente dos partidos comunistas; tentativas de relegar para segundo plano a classe operária e colocar no primeiro plano da vida social e política os grupos e correntes alheios ao socialismo; anticomunismo, por vezes pudicamente encoberto por palavras acerca do humanismo, liberalização e democratização; isolamento das forças que lutam pela paz, segurança internacional, independência e progresso;

no campo económico — tentativas de debilitar as relações entre os países socialistas e torná-los dependentes do mercado capitalista;

no campo ideológico — negação dos principais postulados teóricos do marxismo-leninismo; apologia das correntes e tendências proporcionadas pelos teóricos burgueses com vistas a desmoralizar a personalidade, a incentivar gostos pequeno-burgueses, o cinismo e a violência.

A toda esta ofensiva ideológica burguesa, os partidos comunistas e operários opõem a defesa intransigente dos princípios marxistas-leninistas, o internacionalismo proletário que se baseia na unidade de objectivos e ideais e na vontade firme dos comunistas de se unirem na escala internacional.

Os partidos comunistas e operários consideram que só é possível construir a nova sociedade consolidando a unidade e coesão da comunidade socialista.

Atribuindo enorme importância à coordenação do trabalho ideológico, os partidos comunistas e operários fomentam a colaboração ideológica bilateral e multilateral, implantam formas de coordenação que permitem agir mais plenamente tanto nos interesses de cada país como da comunidade em geral. Para tal contribui também a colaboração noutros domínios.

Entre as formas de troca de experiência e de coordenação das acções conjuntas em diferentes esferas podemos citar reuniões sistemáticas entre funcionários dos Comités Centrais dos partidos irmãos, conferências e simpósios científicos e teóricos, encontros entre cientistas e trabalhadores de diversos domínios da ciência e da produção. Apreciável contribuição para a

teoria marxista-leninista foi dada pelos seguintes simpósios efectuados nos últimos anos: «O significado internacional dos princípios leninistas de formação do partido» (em Ulão Bator e em Praga), «Os princípios do centralismo democrático» (organizado pela Escola Superior do Partido K. Marx adjunto ao CC do PSUA e pelo Instituto do Marxismo-Leninismo adjunto ao CC do PCUS), assim como o seminário internacional subordinado ao tema «A classe operária e o seu partido na sociedade socialista contemporânea», a conferência internacional de cientistas e funcionários de partido dos países socialistas realizada em Sófia, etc.

A colaboração científica é levada a cabo entre secções das Academias das Ciências dos países socialistas, centros de ensino superior e institutos de investigação científica. Realiza-se a troca de colaboradores científicos, estudantes e pós-graduados. Uma ampla colaboração desenvolve-se no campo editorial. Com base em acordos prosseguem relações culturais.

Alargam-se contactos entre cidades e províncias, organizações e empresas, associações artísticas e centros de ensino. Fortalecem-se as relações entre as organizações-base do partido.

A cooperação entre os países socialistas não se limita a características quantitativas, mas também se aperfeiçoa no sentido qualitativo, o que se expressa no aprofundamento das relações entre eles. Nos últimos anos, adquirem maior amplitude os contactos entre empresas análogas dos países socialistas. Tal cooperação inclui troca de experiência no domínio da elevação da eficácia da produção, da produtividade

do trabalho, da emulação socialista e da participação dos trabalhadores na administração.

Estas formas de cooperação são importantes porque o enriquecimento mútuo no campo político e social e a aproximação das culturas dos povos irmãos contribuem para o fortalecimento e prosperidade dos Estados socialistas. A sua importância torna-se ainda maior atendendo ao facto de os contactos directos entre os funcionários dos partidos, políticos, especialistas, cientistas, personalidades da cultura, operários, camponeses e juventude reforçarem a unidade dos países socialistas.

As acções coordenadas no campo da ideologia permitem cada vez mais demonstrar as conquistas do socialismo, o seu contributo decisivo para a luta pela paz e o seu significado para o movimento de libertação nacional. Estas acções constituem um grande apoio para o movimento anti-imperialista e ajudam a desmascarar os militaristas e fascistas, a ideologia e a prática do oportunismo da direita e da esquerda radical.

A colaboração ideológica e as acções coordenadas neste campo são em suma o elemento mais importante da luta dos Estados socialistas pelo reforço das posições do socialismo, pela criação de condições favoráveis à construção do socialismo e comunismo e pela consolidação da unidade e coesão dos países socialistas.

* * *

A unidade e a coesão são expressões concretas da aproximação progressiva dos países socialistas que, actualmente, adquire vigor de lei universal.

A unidade dos Estados socialistas é uma necessidade imposta pela própria vida, pela lógica da luta de classes e pelo internacionalismo da doutrina marxista-leninista, por que se regem os países socialistas ao construir a nova sociedade.

Qual é a importância da unidade dos países socialistas?

Para os países socialistas, quanto maior é a cooperação e a ajuda mútua entre os povos irmãos, quanto mais unidos são na construção socialista, quanto mais firme é a sua unidade na luta pela paz e segurança, factores indispensáveis ao cumprimento das tarefas de criação, tanto mais próximos se encontram os países socialistas da sua meta final e mais visíveis são os contornos do futuro de toda a Humanidade, o comunismo.

Para o movimento de libertação nacional, a unidade dos países da comunidade socialista e a construção do socialismo alteram a correlação de forças no cenário internacional a favor do socialismo e contribuem para o desenvolvimento das tendências socialistas na esfera de acção do movimento de libertação nacional, facto que debilita o capitalismo e reúne condições favoráveis à independência completa dos países que se libertaram.

Para o movimento operário internacional, a unidade, o apoio e a ajuda mútua entre os Estados socialistas, a sua experiência no campo da construção da sociedade mais justa no interesse dos trabalhadores dão um exemplo aos povos do mundo. A comunidade socialista, sendo uma materialização das ideias do socialismo e comunismo, influi cada vez mais na consciên-

cia das massas trabalhadoras, o que se reflecte na crescente influência dos partidos comunistas e operários sobre amplas camadas da população, no reforço da capacidade combativa destes partidos e faz com que os círculos governantes da burguesia se vejam forçados a levar em consideração a sua força e prestígio.

Ora, a luta dos partidos comunistas e operários pela unidade corresponde completamente aos interesses nacionais e internacionais dos países socialistas e — para mais — aos do movimento comunista internacional, das massas trabalhadoras e dos povos que optaram pela independência nacional.

Tendo em conta o recrudesimento da política de agressão das forças reaccionárias do mundo ocidental em relação à União Soviética e outros países socialistas e a passagem ao anticomunismo militante e à repressão do movimento de libertação nacional, a política dos países socialistas, as suas acções coordenadas e consequentes e a sua unidade aparecem como uma necessidade objectiva de defender não só os interesses dos Estados socialistas, como também os de todos os povos amantes da paz.

A experiência reafirma a verdade indeclinável: a força da comunidade dos países socialistas reside na unidade.

Í N D I C E

À laia de introdução.	5
Primeiro Capítulo	
A aproximação dos países socialistas é uma lei objectiva	9
O reforço da coesão dos povos que iniciaram construção do regime socialista através do prisma da experiência histórica	9
A unidade dialéctica do geral e do particular no desenvolvimento dos países socialistas	25
A comunidade dos interesses nacionais e internacionais dos países socialistas	49
Segundo Capítulo	
Os factores económicos e de política interna que determinam a aproximação e a cooperação entre Estados socialistas	75
A formação dos países socialistas	75
A evolução do processo de aproximação económica	140
Integração económica socialista	154
Terceiro Capítulo	
A unidade de objectivos e acções dos países socialistas na arena internacional	168
A unidade de objectivos na política externa	168
A coordenação de acções na política externa	174
A colaboração ideológica	211

AO LEITOR

Os Editores ficar-lhe-ão muito agradecidos se nos der a conhecer a sua opinião acerca da tradução do presente livro, assim como acerca da sua apresentação e impressão. Agradecer-lhe-emos também qualquer outra sugestão.

O nosso endereço é:

Edições Progresso

Zúbovski bulvar, 21

Moscovo, 119021

URSS

Impresso na URSS



Os livros da série

“SOCIALISMO. EXPERIÊNCIAS. PROBLEMAS. PERSPECTIVAS”

são publicados pela editora soviética “Progresso” em conjunto com editoras de vários países socialistas.

Na série publicam-se livros de carácter filosófico, político-jurídico, económico e social, que esclarecem os diferentes aspectos do modo socialista de vida.

São convidados a participar nesta série conhecidos autores soviéticos e colectivos internacionais de autores dos países socialistas.

A série “Socialismo. Experiências. Problemas. Perspectivas” publica-se em inglês, espanhol e português e destina-se aos leitores interessados nos problemas teóricos e práticos da sociedade socialista contemporânea.



EDIÇÕES
PROGRESSO
MOSCOVO